

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MATHEUS HARUO BEKER

PT E SOCIAL-DEMOCRACIA:

Analisando a Trajetória e os Governos Petistas

São Carlos - SP
2020

MATHEUS HARUO BEKER

PT E SOCIAL-DEMOCRACIA: Analisando a Trajetória e os Governos
Petistas

Dissertação Apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência Política
do Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Carlos,
Para Obtenção do Título de Mestre em
Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro
Sousa Braga

São Carlos - SP

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Matheus Haruo Beker, realizada em 05/06/2020.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Prof. Dr. Guilherme Simões Reis (UNIRIO)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

AGRADECIMENTOS

O caminhar que levou à consecução desta dissertação foi possível graças à colaboração direta e indireta de diversos atores que merecem ser aqui citados. Em primeiro lugar agradeço à UFSCar e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pelo apoio institucional e pela formação a mim ofertada. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dado à esta pesquisa. Agradeço aos docentes do programa pelo excelente nível de ensino e pesquisa, e pela dedicação à Ciência Política e à formação de seus discentes.

Agradeço também aos colegas do programa, em especial ao grupo que compõe o Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA) que proporcionaram discussões teóricas e metodológicas cruciais ao meu desenvolvimento enquanto pesquisador, em especial o professor Gabriel Casalecchi, que diversas vezes se dispôs a examinar este trabalho nas suas diferentes fases de desenvolvimento. Devo especial e merecido agradecimento à Maria do Socorro Sousa Braga que, além de cumprir excepcionalmente com seu papel de orientadora desde minha graduação, também dá exemplos de eticidade e sensibilidade com a ciência e com seus alunos que me servem de referência na construção de uma carreira íntegra e competente enquanto pesquisador.

Por fim, agradeço aos amigos pelo companheirismo, momentos de descontração e apoio nesta jornada. À família, em especial meus pais Moacir e Edna, e aos meus irmãos Tatiana, Karine, e Hugo que me proveem amparo incondicional. Sou excepcionalmente grato e dedico esta dissertação à minha companheira Paula e à minha filha Julia, que com compreensão e carinho fizeram desta jornada muito menos árdua do que poderia ser.

Apesar da colaboração imprescindível de todos estes atores, ressalto que toda ação ou omissão nesta dissertação é de minha responsabilidade e as eventuais críticas devem ser atribuídas à minha pessoa.

RESUMO

Esta pesquisa pretende responder à seguinte questão: o Partido dos Trabalhadores age como um partido social-democrata? O objetivo é avaliar se o partido apresentou características social-democratas em sua trajetória partidária e na sua governação no executivo federal. Para contemplar este objetivo empregaremos o estudo das características da social-democracia e da trajetória de seus partidos e relacionaremos tais aspectos à trajetória petista e suas ações no Executivo Federal. Nossa análise conclui que o propósito e a forma com os quais o PT governou, em conjunto com a análise da trajetória petista, indicam que o partido possui elementos suficientemente social-democráticos, ainda que não satisfazendo integralmente o tipo ideal social-democrata. Um objetivo secundário consiste na discussão da metodologia acerca do estudo de partidos social-democratas, mobilizando elementos diversos daquela empregada pela literatura tradicional e fazendo apontamentos a uma metodologia diversa. Estudar e entender a ideologia que balizou o PT durante o governo se faz de grande valia à ciência política já que o partido se constituiu como a principal força de esquerda no Brasil nas últimas décadas, dessa forma a contribuição esperada é de auxiliar estudos futuros no entendimento do sistema político brasileiro e das estratégias empregadas pelo PT no passado, presente e futuro.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Social-Democracia; Partidos Políticos; Ideologia.

ABSTRACT

This research aims to answer the following question: does the Workers Party act as a social democratic party? The objective is to assess whether the party had social democratic characteristics in its party trajectory and in the policies implemented while it was in the federal government. To contemplate this objective, we will employ the study of social democracy characteristics and the trajectory of its parties relating these aspects to the PT trajectory and its actions in front of the executive. Our analysis concludes that the purpose and the way in which the PT ruled, along with the analysis of PT's trajectory, indicate that the party has sufficiently social-democratic elements, although not fully satisfying the social-democratic ideal type. A secondary objective is to discuss the methodology regarding the study of social democratic parties, mobilizing different elements from that used by traditional literature and making notes on a different methodology. Studying and understanding the ideology that guided the PT during the government is of great value to political science since the party has constituted itself as the main left force in Brazil in recent decades, thus the expected contribution is to assist future studies in understanding the Brazilian political system and the strategies employed by PT in the past, present and future.

Keywords: Worker's Party; Social Democracy; Political Parties; Ideology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Disposição e Dinâmica das Características da Social-democracia	40
----------	--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa Selic no 1° ano Lula	82
Gráfico 2	Câmbio brasileiro nos governos petistas	83
Gráfico 3	Participação dos Investimento Públicos na composição do PIB	85
Gráfico 4	Ingressantes em cursos de graduação de ensino superior	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI: Ato Institucional

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEB: Comunidade Eclesial de Base

CNB: Construindo um Novo Brasil

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT: Central única dos Trabalhadores

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DN: Diretório Nacional

EN: Encontro Nacional

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FIES: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IES: Instituição de Ensino Superior

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

IURD: Igreja Universal do Reino de Deus

LIBELU: Liberdade e Luta

LOPP: Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n. 5.682, de 21 de julho de 1971)

MAS: Movimento Para o Socialismo (Bolívia)

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

NAFTA: Acordo de Livre Comércio da América do Norte

ONG: Organização Não Governamental

OP: Orçamento Participativo

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PBF: Programa Bolsa Família

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PDS: Partido Democrático Social

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PED: Processo de Eleições Diretas

PFL: Partido da Frente Liberal

PIB: Produto Interno Bruto

PL: Partido Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP: Partido Progressista

PRB: Partido Republicano Brasileiro

PRN: Partido da Reconstrução Nacional

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI: Programa Universidade Para Todos

PS: Partido Socialista (França)

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSDB: Partido da Social-Democracia Brasileira

PSL: Partido Social Liberal

PSOE: Partido Socialista Operário Espanhol (Espanha)

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PV: Partido Verde

REUNI: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SD: Social-Democracia

SELIC: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SPD: Partido Social-Democrata Alemão (Alemanha)

STF: Superior Tribunal Federal

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O QUE FOI E O QUE É A SOCIAL-DEMOCRACIA.....	7
1.1 Participação política, democracia e organização partidária	10
1.2 Keynesianismo e <i>welfare state</i>	14
1.3 A crise do modelo e a social-democracia contemporânea	19
1.4 Conclusões parciais	24
2. A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.	32
2.1 A origem do PT: conjuntura política e ambiente institucional	33
2.2 A decisão de participar: a sociedade civil na formação do PT.	36
2.3 A organização nos anos iniciais: o auge da democracia petista	41
2.4 Definindo o sentido da marcha petista	43
2.5 As crises internas: os embates entre a esquerda e a direita no partido	49
2.6 O caminho do poder: construindo a aptidão petista para eleger e governar.....	53
2.7 A concertação: a aposta nas eleições de 2002 e a chegada ao poder	55
2.8 Conclusões parciais	59
3. O GOVERNO PETISTA: o projeto do PT para o Brasil.....	62
3.1 Governo, Política e Sociedade	65
3.2 Economia e Estado	71
3.3 Conclusões parciais	80

4. O PT COMO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA?!	82
4.1 As características da social-democracia aplicadas ao PT	83
4.2 O PT como partido social-democrata.	86
5. CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

As eleições gerais de 2018 são um capítulo ímpar na história democrática do Brasil. A forte polarização, o uso indiscriminado de “fake news”, a ascensão da extrema direita brasileira, o declínio da efetividade dos meios tradicionais de campanha, a derrocada de políticos tradicionais, a prisão de Lula em abril do ano eleitoral (que liderava as pesquisas de intenção de voto), e o atentado à faca que o então candidato Jair Bolsonaro sofreu a apenas um mês do primeiro turno são alguns dos elementos que transformaram esta eleição numa das mais conturbadas já vistas pelos brasileiros.

Neste inquieto cenário uma declaração, que em outros tempos originaria certa reação, passou despercebida. No dia 08 de outubro os candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), que haviam então chegado ao segundo turno das eleições, foram convidados a uma breve entrevista no Jornal Nacional. Haddad, logo no início de sua entrevista, disse:

(...) é uma honra poder participar de um segundo turno de uma eleição presidencial, situação em que nós vamos poder confrontar apenas dois projetos. (...) Nós do lado da social-democracia, do Estado de bem-estar social, que garante o direito do cidadão, que garante o direito do trabalhador, que cumpre a Constituição de 1988 que ampliou as possibilidades e as oportunidades. Um projeto que visa gerar empregos e oportunidades educacionais.¹

Não é trivial que o candidato à presidência pelo PT diga, em rede nacional, que “seu lado” é o da social-democracia. Fato é que o PT sempre rejeitou usar esta denominação e os debates acerca do rótulo ideológico que deveriam ou não adotar sempre foram muito vívidos, e a resposta usual era não importar uma ideologia “pronta”. Ainda, o principal rival dos petistas durante 6 eleições presidenciais foi o PSDB, sigla que se denomina social-democrata².

¹ Cf. <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=j1Nx7Yhj98>

² Mesmo que seja o Partido da Social-Democracia Brasileira muito se discute se de fato o partido já foi algum dia social-democrata Cf. Vieira (2016).

Tal aversão, no entanto, nunca arrefeceu a disputa intelectual, tanto fora quanto dentro do partido com relação à sua definição ideológica. Enquanto alguns defendiam que o PT não incorporaria rótulos, sendo antes “pós-social-democrata” e “pós-comunista”³, preferindo construir um “Socialismo Petista”⁴, outros defendem a incumbência do partido em reclamar sua natureza social-democrata⁵. A fundação do PT se deu em uma conjuntura bastante específica que, no final das contas, balizou em grande medida sua relação com as ideologias tradicionais do campo da esquerda na época. Por um lado, por conta da luta social de sua base contra a ditadura militar brasileira e a favor da democratização do sistema político, o PT rejeitava a centralização do poder observada na URSS e na teoria leninista. Por outro, seus fundadores observaram a decadência dos partidos social-democratas europeus e sua paulatina aproximação com uma gestão econômica liberal e austera durante os anos 1970 e 1980. Dessa forma há de se compreender o desejo de fugir de rótulos prontos, preferindo antes criar um certo socialismo, um “socialismo petista”, como indicam os documentos do partido.

Contudo a história do Partido dos Trabalhadores, à primeira vista, de fato muito se assemelha à dos partidos social-democratas europeus. Na área acadêmica alguns trabalhos apontam para essa trajetória social-democrata dos petistas (DARRIEUX, 2017; REIS, 2013; RIBEIRO, 2010; SAMUELS, 2004). A moderação do discurso e as alianças eleitorais heterogêneas, a base sindical e as origens em movimentos sociais, a adesão e a defesa da democracia liberal e a paulatina verticalização da tomada de decisão intrapartidária são apenas alguns dos pontos de encontro entre a história dos partidos social-democratas e do PT.

Não apenas o partido, mas também o governo petista parece compartilhar de características comuns aos dos governos social-democratas europeus. As coalizões de governo abarcando partidos de ideologias diversas, as políticas de distribuição de renda, a manutenção de elementos de gestão macroeconômica liberal em conjunto

³ Cf. GARCIA, Marco A. "A Social-Democracia e o PT", Teoria & Debate, n° 12, novo 1990. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/opiniaoterceira-social-democracia-e-o-pt>

⁴ Cf. Partido dos Trabalhadores. “O socialismo petista”. Documento aprovado no 7° encontro nacional do PT. 1990. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-socialismopetista.pdf>

⁵ Cf. FAGOTTI, Julian. “Social-democracia e alianças de classes, por que não?”. Tribuna de Debates do 6° congresso nacional. 2017

com projetos de investimento estatal e a defesa de um aparelho de seguridade social são alguns dos atributos destes governos, mas é preciso cautela.

Analisar o caminho trilhado tanto pelos partidos social-democratas quanto pelo PT é, de fato, um indicador bastante profícuo e, na mesma medida, muito utilizado para relacioná-los. A abordagem eminentemente utilizada nesta dissertação é a do institucionalismo histórico, o que implica na análise do contexto político e do ambiente institucional em que a social-democracia (SD) e o PT se desenvolveram, bem como das mudanças a que ambos estiveram sujeitos em suas respectivas trajetórias. A análise destes elementos não é trivial, pois, a partir da perspectiva histórico institucionalista, as instituições são “objetos de ativa reinterpretação e, muitas vezes, de visível contingência”⁶ (HALL, p.217) o que só pode ser explicado através da análise dos momentos paradigmáticos que fizeram a instituição ser o que ela é e o que ela não é.

Nesse sentido, entendemos que a sequência dos acontecimentos que levaram a instituição a ser o que é hoje são modelados de acordo com sua gênese e suas escolhas anteriores, que geram um feedback positivo ou negativo frente a uma decisão, gerando assim um novo conjunto de fatores a serem conformados. A este mecanismo se dá o nome de *path dependence* (SKOCPOL & PIERSON, 2002). Em suma, dar ênfase ao aspecto histórico é necessário, pois: os acontecimentos não se dão desconectados de sua época; os acontecimentos modelam e são modelados pelos agentes neles inscritos e; os acontecimentos geram expectativas sobre as instituições e sobre os agentes por conta do *path dependence*. (STEINMO, 2008).

Para entender a SD, portanto, é necessário analisar mais do que apenas a estrada e o sentido onde ela avançou, devemos compreender porque seus partidos transitaram neste trajeto comum e não em outros. Afinal algumas das características da social-democracia, como a desideologização e a profissionalização eleitoral, não são exclusividade sua. Empregamos este esforço no capítulo 1, atentando às suas manifestações na Europa, onde a SD nasceu e se desenvolveu (e onde a literatura

⁶ Tradução própria. Excerto original, com destaque do trecho citado: “By contrast [do institucionalismo sociológico e da escolha racional], historical institutionalists are more inclined to view institutions as **objects of active reinterpretation, and often of overt contention**, as actors seeking power or resources take advantage of their contradictory potential.”

mais se debruça sobre o tema), mas também buscando compreender a visão de mundo da social-democracia e porque as escolhas dos partidos e governos desta tradição política foram feitas considerando um projeto ideológico com objetivos e métodos próprios. Neste capítulo construímos nossa definição de SD baseando-nos na proposta de Reis (2012, 2013) segundo o qual a SD não pode ser entendida apenas como “aquilo que os social-democratas fazem”.

A construção do capítulo 1 é realizado a partir da revisão bibliográfica dos principais ideólogos da social-democracia (BERNSTEIN 1997; KAUTSKY, 1979), bem como a partir de obras que se debruçam sobre o fenômeno histórico da social-democracia, de seus partidos e governos (BERMAN, 2006; ESPING-ANDERSEN, 1988; KITSCHOLT, 1994; MOSCHONAS, 2002; PRZEWORSKI, 1989). Dessa forma, no final do capítulo, sintetizamos quais as características pertinentes à social-democracia que nos serão úteis para desenvolver os objetivos desta dissertação nos capítulos posteriores. O argumento desenvolvido é de que é necessário analisar a trajetória dos partidos social-democratas, tendo em vista contemplar as disputas intrapartidárias que explicitam o posicionamento dos grupos que o compõem, bem como a governança deste partido, que explicita sua vontade na modelação do Estado e das políticas públicas.

Dotados de tal conteúdo lançamos mão, no capítulo 2, de investigar a trajetória do Partido dos Trabalhadores. O objetivo aqui é o resgate da história petista, que permite apontar em qual direção o partido estava caminhando, qual a intenção de seus partidários e quais os paradigmas que definiram o seu entendimento político. Para tanto utilizaremos os diversos estudos acerca da história do partido, bem como os documentos partidários: encontros nacionais, estatutos, programas de governo, moções, resoluções etc. O argumento tecido neste capítulo consiste na importância que a gênese petista teve ao longo de sua vida, que foi marcada pelas disputas internas mobilizando os elementos de pragmatismo, de um lado, e a conservação do ‘socialismo petista’ de outro.

Se no capítulo 2 apontamos o sentido que caminhava o partido, no capítulo 3 investigamos o partido no governo. O intuito é avaliar qual o projeto que o PT buscou empregar durante seus anos à frente do executivo nacional, buscando compreender os aspectos, prioridades e particularidades deste projeto de governo petista.

Consideraremos os programas e políticas públicas que o governo empenhou não apenas recursos do Estado, mas também capital político. Não menos importante é a gestão macroeconômica que se deu durante esses anos e as contradições da manutenção do tripé macroeconômico liberal. Com isso procuramos analisar em que medida um entendimento social-democrata se relaciona com o entendimento petista nas áreas da política, do social e da economia. O capítulo 3 visa demonstrar que as contradições da governação petista envolvendo seus aliados políticos, a ação econômica heterodoxa em um sistema de arcabouço ortodoxo, e as políticas de distribuição de renda e manutenção de estruturas geradoras de desigualdade, são na verdade elementos que colocam o PT no campo da SD, mas que o afastam de seu tipo ideal.

A disposição dos conteúdos nos capítulos 2 e 3 é congruente à discussão metodológica que faremos no capítulo 1. A partir da revisão da história da social-democracia e da literatura sobre o tema, argumentamos que é vantajosa uma divisão metodológica disposta em duas dimensões. A primeira dimensão diz respeito ao percurso traçado pelos partidos social-democratas enquanto organizações políticas, ou seja, a partir de uma perspectiva histórico institucional, julgamos ser importante o resgate da trajetória dos partidos social-democratas para compará-la à trajetória do PT.

Essa perspectiva histórica, no entanto, não é suficiente para alcançar os objetivos deste trabalho. Dessa forma, a segunda dimensão se relaciona com a explicitação da ação social-democrata, analisando qual sua visão de mundo e como sua ação se concretiza no mundo da política. Para abordar essa dimensão argumentamos que é preciso analisar os governos dos partidos social-democratas, instância no qual o partido tem a possibilidade de implementar suas políticas e seu modo de governar. Sendo assim o capítulo 2 dá conta da dimensão “trajetória” e o capítulo 3 da dimensão “governação” na análise do PT.

No capítulo 4, de conclusão, realizamos o esforço de dispor e combinar os achados dos capítulos anteriores, retomando as discussões pertinentes acerca das características da SD, do trajeto do Partido dos Trabalhadores, das ações que seu governo implementou, bem como considerações acerca da metodologia utilizada. Neste movimento constituímos a argumentação e a exposição últimas do trabalho.

Estudar o PT, que é uma das maiores siglas do país, bem como seu governo, que administrou o executivo nacional por mais tempo do que qualquer outro partido no período pós-1988, é de grande importância para o entendimento do sistema político e do sistema partidário brasileiros. Especificamente o estudo da ideologia que pode ter balizado as escolhas do partido, como é o caso desta dissertação, tem o potencial de esclarecer as motivações e as razões das políticas públicas da era petista, da natureza das relações e alianças com outros partidos nacionais e governos internacionais, bem como do emprego das estratégias eleitorais e condutas intrapartidárias de sua base e de seus líderes. Por fim, esta dissertação aspira não somente atingir os objetivos propostos, mas também contribuir para com as futuras investigações científicas relacionadas ao PT, à social-democracia e ao sistema partidário, mesmo para que seja contrariado.

1 O QUE FOI E O QUE É A SOCIAL-DEMOCRACIA

A SD se desenvolveu inicialmente na Europa no seio do movimento proletário do século XIX, em conjunto com movimentos marxistas, de onde deriva. As pautas desses movimentos incluíam a maior abrangência dos direitos políticos, melhores salários e condições de trabalho. Nos anos 1930 a SD adotaria a política econômica keynesiana, que seria hegemônica na Europa em meados do século. A SD então conjugaria com sucesso os paradigmas econômicos vigentes com sua disposição política de lutar pelos trabalhadores, constituindo assim o famoso conjunto de políticas econômicas e sociais denominado *welfare state*. (ESPING-ANDERSEN, 1988). A partir da década de 1970, mudanças nas esferas social e econômica acabaram debilitando as bases políticas nas quais os partidos social-democratas apoiavam suas ações e seu apelo, dificultando a continuidade de seu *modus operandi* tradicional. Esta crise da SD foi objeto de grande discussão ao final do século, principalmente por conta do avanço do neoliberalismo e pela queda do muro de Berlim, colocando a esquerda e a SD na defensiva (ANDERSON, 1999; GIDDENS, 1999; KITSCHELST, 1994; PRZEWORSKI, 1989).

Reis (2012; 2013) aponta que a literatura tradicional sobre a SD foca eminentemente na análise de sua história e manifestação na Europa do século passado e acaba tomando aquilo que seus partidos e governos fizeram como o que a define. Przeworski (1989) e Kitschelt (1994) representariam esta perspectiva, que entende a SD como um fenômeno histórico, que nasceu no movimento marxista, abraçou a democracia através do revisionismo, caminhou para o centro ao longo de sua trajetória baseado pela *lógica da competição eleitoral* e diluiu-se nas alianças e políticas heterogêneas. Esta visão da SD aponta para um abrandamento tal de suas posições históricas que, no limite, pouco se diferenciaria de governos liberais. Uma característica essencial da SD então, a partir desta perspectiva, seria o abandono do projeto de superação do capitalismo, substituído pela ideia de abrandamento dos malefícios deste sistema econômico.

Reis utiliza o argumento de Manin (1989), de que a SD ainda tem como norte o socialismo e que essa busca pelo socialismo funciona como um guia para as ações da SD, ou seja, as escolhas da SD seriam balizadas por esse objetivo que é tomado conscientemente como distante e mediato, rejeitando portanto a ideia de que a SD

visa apenas a reforma do capitalismo. Dessa forma a SD entende que é preciso agir dentro do sistema capitalista, e a partir da institucionalidade democrática, afim de maximizar ganhos no sentido do socialismo. Uma das tarefas da SD, visto que sua ação é limitada pela institucionalidade e pelas relações sociais e econômicas de seu contexto, seria a de pautar pelo relaxamento destes limites estruturais. O argumento de Reis, neste sentido, é de que o fato da SD ter alterado a natureza de suas pautas políticas ao longo do tempo não se deve à uma diluição ideológica, antes é produto de sua adaptação ao contexto histórico visando melhor adequação de sua ação ao socialismo pela via democrática.

Os partidos social-democratas, para Reis, agiriam sobre um pivô purismo-pragmatismo, representado pelas visões de Kautsky e Bernstein, que apresentaremos nas próximas seções. A disputa dos grupos intrapartidários, entre puristas e pragmáticos, proveria um equilíbrio que previne o partido de tornar-se um partido de gueto ou um partido puramente eleitoral. Dessa forma os social-democratas estão em constante oscilação entre, por um lado, o pragmatismo do apelo eleitoral e de coalizão balizado pela aliança de classes e, de outro, a proteção de sua identidade ideológica e de seus objetivos.

A lógica de Reis nos parece razoável: se ater às questões que estruturam o pensamento social-democrata, não definir quais as características nominais apresentadas pela SD europeia e então toma-las enquanto aquilo que significa a SD. Para satisfazer a definição de SD, antes é necessário observar o pensamento por trás das decisões e das estratégias social-democratas, entendendo que a SD se manifesta de forma diferente em diferentes contextos. Justifica-se esse entendimento se considerarmos a estrutura de onde parte o pensamento social-democrata e sua ação.

Przeworski (1989) afirma que a SD se desenvolveu no seio de sociedades capitalistas, construindo-se a partir de escolhas feitas dentro da estrutura de possibilidades definidas por essa particular organização de sociedade. Podemos acrescentar a democracia nesse raciocínio e considerar que o capitalismo e a democracia liberal, também se desenvolveram e se transformaram e, portanto, as escolhas da SD também são passíveis de mudança. Se tomarmos essa lógica como pressuposto, e é o que fazemos, a SD se apresenta de formas diferentes em diferentes contextos não apenas temporais, mas também espaciais.

O capitalismo não impacta de forma homogênea países com níveis desiguais de desenvolvimento econômico e de realidades sociais distintas, então, logicamente, devemos pressupor que a SD europeia e uma suposta SD latino-americana não seriam iguais, ainda que definitivamente guardariam semelhanças fundamentais nos aspectos relativos às suas proposições políticas, dado que, com exceção dos países de regime comunista e de algumas teocracias, praticamente o mundo todo está sujeito de diferentes formas ao capitalismo e, em graus diferentes, à democracia liberal, ambos elementos sob os quais a SD nasce, se desenvolve e busca agir sobre. A questão, portanto, é considerar a SD guardando as devidas diferenças e analisando o pensamento por detrás de sua ação. O que propomos, através do institucionalismo histórico, é explicitar esses paradigmas definidores da SD através da análise da trajetória histórica de seus partidos, o que é diferente de tomar as características históricas enquanto definição.

Esclarecido nosso entendimento, este capítulo visa resgatar tanto as considerações políticas traçadas pelos teóricos da SD, bem como demonstrar o desenvolvimento dos partidos social-democratas. Tal esforço tem duas finalidades. Primeiramente este resgate almeja prover os insumos necessários à comparação feita com a formação do Partido dos Trabalhadores, possibilitando considerar não apenas se a trajetória é similar, mas também se a resolução dos dilemas políticos enfrentados e o modo de governar dos social-democratas e dos petistas são equivalentes. Em segundo lugar visamos alçar as bases necessárias à uma discussão teórica sobre a definição de SD. Argumentamos que é necessário tecer algumas considerações com relação ao estudo de partidos social-democratas, e da própria ideologia social-democrata, em contextos dessemelhantes à da Europa, já que as teorias tradicionais deste campo foram conceitualizadas tendo um datado cenário europeu como pano de fundo.

A SD passaria, ao longo de sua história, por dilemas fundamentais que moldaram sua forma de ação e seu entendimento das esferas social, econômica e política. Consideraremos alguns destes momentos cruciais neste capítulo, que são: i) o surgimento da SD, sua relação com os sindicatos, o processo de estruturação de seus partidos e a assimilação da democracia como meio e fim; ii) a construção do *welfare state*, os fenômenos através dos quais a SD construiu seu modo de governar e o “casamento” com o Keynesianismo no pós-Segunda Guerra e; iii) a crise dos

governos e partidos social-democratas no final do século XX e os desafios enfrentados no contexto atual.

1.1 Participação política, democracia e organização partidária

Segundo Moschonas (2002), as características organizacionais da SD devem ser entendidas como o produto de quatro grandes fenômenos:

Em primeiro lugar, a construção dos partidos do tipo social-democrata como partidos da classe operária (em estreita relação com os sindicatos); a seguir - e simultaneamente - o encontro do movimento operário com a democracia, que assumiu diferentes formas dependendo do país; em terceiro lugar, a tendência dos partidos da classe operária - cuja origem, por assim dizer, era de *outsiders* [à estrutura de poder tradicional] - se deixarem integrar no sistema capitalista; e, finalmente, a tendência dos partidos social-democratas, inicialmente restritos à dimensão de uma única classe social, a tornarem-se grandes formações populares/operárias cujos horizontes não estavam mais limitados exclusivamente à classe trabalhadora [e sim a um apelo generalista]. (p.29-30, tradução própria⁷)

A revolução industrial na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, gerou uma maciça migração populacional do campo para a cidade. Os trabalhadores eram então expostos a extenuantes jornadas de trabalho e a salários ínfimos baseados pelo mercado com ampla oferta de mão de obra e regulamentação praticamente inexistente das condições de trabalho. As condições postas pelo liberalismo econômico catalisaram a insatisfação com relação às condições de trabalho e levaram à adoção, por parte das organizações de trabalhadores, de ideais revolucionários, tais como do marxismo.

Estas organizações, os sindicatos, tinham como objetivo coordenar os trabalhadores de forma a lutar por direitos que individualmente não tinham condições de reivindicar. De acordo com Pelz (2016), os sindicatos europeus no século XIX tinham pouca força de pressão e de organização devido a muitas vezes a legislação

⁷ First of all, the construction of parties of the social-democratic type as parties of the working class (in close liaison with the trade unions); next – and simultaneously – the working-class movement’s encounter with democracy, which assumed different forms depending on the country; in the third place, the tendency of working-class parties – whose origin as *outsiders*, as it were, stuck to them – to let themselves be integrated into the capitalist system; and finally, the tendency of the social-democratic parties, initially largely restricted to the dimensions of a single social class, to become great working-class/popular formations whose horizons were no longer limited exclusively to the working class.

local não permitir sua existência ou o direito de greve, principal instrumento de luta. Essa situação mudaria, de maneira geral, mais para o final do século, por duas razões: a primeira consiste na ascensão do marxismo, que, segundo Pelz (p.84), forneceu “(...) uma estrutura que permitiu que a pessoa comum compreendesse e interpretasse as tensões da sociedade industrial.” (tradução própria)⁸. Este fato fez com que os trabalhadores agissem não apenas tendo em vista suas reivindicações imediatas, mas também adicionou um elemento ideológico que fortalecia o ímpeto para suas contestações, bem como possibilitou que líderes socialistas tivessem lugar e voz nos sindicatos, auxiliando estes na mobilização da massa operária e criando um vínculo entre eles.

Outro fator de importância, que mudou tanto a força dos sindicatos como agentes da sociedade civil quanto sua relação com os partidos socialistas, foi a ampliação do sufrágio, que ocorreu em diversos países europeus ao longo do século XIX⁹. Este fato é de grande relevância pois fez com que, dado os objetivos e o entendimento acerca do mundo serem semelhantes, socialistas e operários passassem a trabalhar em conjunto para eleger representantes de seus interesses no parlamento, criando o vínculo entre os sindicatos e os partidos que viria a ser a base dos social-democratas.

O ajuntamento das organizações operárias com movimentos de contestação da ordem vigente se deu não apenas com os sociais-democratas, mas também com socialistas revolucionários e até mesmo anarquistas (PELZ, 2016; PRZEWORSKI, 1989). A SD, no entanto, se diferenciava por pautar a ação no parlamento de forma a obter ganhos aos operários, reforçando positivamente sua relação, enquanto que movimentos anarquistas ou de inspiração do socialismo utópico rejeitavam mesmo a participação dentro das instituições liberais do Estado.

Como sustenta Przeworski (1989), as resoluções do Congresso de Haia (1872), da Primeira Internacional, levam o movimento socialista à decisão de participar

⁸ “Socialism provided a framework that allowed the average person to understand and interpret the tensions of industrial society”

⁹ Nos casos francês e alemão essa foi uma estratégia adotada por Napoleão III e Bismarck para contrapor o poder político da burguesia no parlamento, como apontam Pittaluga et al. Cf: Pittaluga, G. B et al (2015). “Democracy, extension of suffrage, and redistribution in nineteenth-century Europe”. *European Review of Economic History*, V 19:4, p. 317–334. Disponível em: <https://academic.oup.com/ereh/article/19/4/317/2465220#> Acessado em 28 de maio de 2019.

politicamente através de organizações formais, tais como os partidos¹⁰. O abstencionismo do socialismo utópico daria lugar à criação de vários partidos socialistas no final do século XIX. A participação eleitoral e na esfera do governo, no entanto, sofreram forte resistência nesses movimentos. A objeção primordial “era se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal no caso de uma vitória eleitoral do socialismo.” (p.21), dessa forma a disputa era sobre onde e como o movimento deveria despende energia.

Na década seguinte, segundo Berman (2006), duas correntes “revisionistas” ficaram evidentes com a Segunda Internacional Socialista de 1889. A primeira via os partidos políticos como meros instrumentos para o engajamento dos proletários em uma revolução brusca e radical. A segunda pautava a primazia da política e a luta pelo sufrágio como formas de garantir proteção e ganhos imediatos aos trabalhadores. A SD e seus teóricos seguiram esta última posição.

Esta divergência acerca de “como agir” ganhou outro capítulo fundamental. Segundo Moschonas (2002), com a criação da Internacional Comunista (1919) e da Internacional Operária e Socialista (1923), em conjunto com os rumos da União Soviética, fica evidente uma cisão entre comunistas de um lado, que pautavam a tomada de poder por parte do proletariado de forma abrupta, e os socialistas do outro, defendendo uma ação por dentro das instituições burguesas, tais como o parlamento e as instâncias locais de representação. Esta divisão balizou os caminhos tomados por ambas as partes, na maioria das vezes opondo uma a outra, o que só foi arrefecido por sua união contra o Fascismo nos anos 1920 e 1930¹¹.

¹⁰ Das resoluções do Congresso de Haia destaca-se o Artigo 7a:

“Art. 7a. — Na sua luta contra o poder colectivo das classes possidentes, o proletariado só pode agir como classe constituindo-se a si próprio em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possidentes.

Esta constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da Revolução social e do seu objectivo supremo: a abolição das classes.

A coalizão das forças operárias, já obtida pela luta económica, deve servir também de alavanca nas mãos desta classe, na sua luta contra o poder político dos seus exploradores. Servindo-se sempre os senhores da terra e do capital dos seus privilegios políticos para defender e perpetuar os seus monopólios económicos e subjugar o trabalho, a conquista do poder político torna-se o grande dever do proletariado.”

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/07.htm>. Acessado em 23 de maio de 2019.

¹¹ Cf. Haslam, J. (1979). The Comintern and the Origins of the Popular Front 1934-1935. *The Historical Journal*, 22(3), 673-691. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2638659>

A SD, dessa forma, criaria um entendimento teórico que une seus fundamentos ideológicos à disputa eleitoral e ação política no parlamento. Para representar os interesses dos trabalhadores o partido atuaria no parlamento, para tanto deveria competir eleitoralmente. Dado que depende da participação e do voto dos trabalhadores a missão do partido torna-se, também, lutar pelo sufrágio e fortalecimento dos mecanismos democráticos. Uma vez no parlamento o partido empenha-se por maior participação democrática e pela melhoria das condições de vida do proletariado, fortalecendo assim o vínculo com seu eleitorado, formando, ao menos na teoria, um círculo virtuoso.

Eduard Bernstein (1850 – 1932), teórico filiado ao Partido Social-democrata Alemão (SPD), defendia que a luta pelo socialismo é mais bem-sucedida ao garantir pequenos mas constantes ganhos à classe trabalhadora, dessa forma o regime capitalista seria constantemente empurrado em direção à uma evolução para o socialismo, esta ideia batiza seu livro “Socialismo Evolucionário” de 1899. Bernstein (1997), também defendia que o liberalismo e a democracia são valores inerentes ao socialismo:

Mas a respeito do liberalismo, como grande movimento histórico que foi, devemos considerar o socialismo como seu herdeiro legítimo, não só na sequência cronológica, mas também nas suas qualidades espirituais, como se demonstra aliás em toda e qualquer questão de princípio em que a social-democracia tenha de assumir uma atitude. (BERNSTEIN, 1997, p. 116).

Para o autor a democracia liberal representativa deveria não apenas ser um instrumento pelo qual o socialismo se concretizaria, mas também uma ideologia e um mecanismo que apresentam valores inerentes ao próprio socialismo em sua plenitude, e que seria uma extensão lógica desse pensamento.

Karl Kautsky (1854 – 1938), outro importante teórico da SD, ao criticar os bolcheviques e os rumos da República Soviética¹², acompanha o mesmo raciocínio de Bernstein:

Assim, para nós, o socialismo sem democracia não é digno de consideração. E, por socialismo moderno, não entendemos somente a organização coletiva da produção, mas, igualmente, a organização democrática da sociedade. Por conseguinte, consideramos que o socialismo

¹² Os embates entre, de um lado, Kautsky e Bernstein e, de outro, Lênin e Rosa Luxemburgo, serviram de pontos de afirmação de diferenças entre comunistas e social-democratas. Cf. Motta (2018)

está indissoluvelmente ligado à democracia. Não há socialismo sem democracia. (KAUTSKY, 1979, p.5)

Embora Kaustky e Bernstein defendam a adoção da democracia, divergem com relação à aliança de classes como método eleitoral. O primeiro aponta para uma inerente perda dos objetivos fundamentais do partido caso outros grupos se infiltrem na organização. Bernstein defende que os trabalhadores liberais e a pequena burguesia também sofrem com as injustiças do capitalismo e que compartilham interesses, em alguns pontos, com a classe proletária. Przeworski (1989, p.42) se refere à essa disputa observando que no decorrer do século XX a SD cada vez mais recorreu à aliança de classes. O autor cita um *trade-off* entre o ganho de votos por conta do apelo cada vez menos direcionado à classe trabalhadora, substituída pela invocação da imagem de “partido do povo”, com a perda da base eleitoral eminentemente ligada aos partidos social-democratas, os operários. Esta perda da base operária não foi imediata, como nota Przeworski (p.104). No entanto ela acarretaria inerentemente no arrefecimento do discurso mais ideológico, voltado aos proletários, afinal não é de hoje que a classe média se sente ameaçada por posições de enfrentamento à burguesia e aos capitalistas.

Entre a decisão de participar politicamente nas instituições liberais e rejeitar a ação no parlamento, a SD assimilou as regras do jogo democrático e o apoio dos sindicatos. Ao fazer isso foi incentivada a assimilar e conquistar o apoio de classes adjacentes às dos operários e criar uma burocracia capaz de organizar tal aglomerado tendo em vista os objetivos eleitorais. Quando fez este movimento de “abertura”, ainda que tímida, alcançou o poder e acabou por consolidar uma forma de gestão de Estado.

1.2 Keynesianismo e *welfare state*

Przeworski avalia que a SD, nas primeiras décadas do século XX, se diferenciou de outros movimentos socialistas e dos comunistas por três escolhas fundamentais: i) participar das instituições liberais (democracia parlamentar) em contraposição a rejeitar a integração no sistema político burguês; ii) fazer alianças de classe com a burguesia e a classe média com objetivo de ganhar cadeiras no parlamento, opondo-se à ideia de um “purismo de classe” e; iii) objetivar, no

parlamento, reformas parciais e de curto prazo para o benefício dos trabalhadores, confrontando a ideia de ação direta revolucionária.

. Esping-Andersen (1988) admite as duas primeiras observações de Przeworski, no entanto, argumenta que a escolha entre reformas parciais ou revolução não caracteriza, de fato, a SD. Segundo ele é antes os efeitos que pautas reformistas tem sobre a estrutura de classe que distinguem social-democratas dos comunistas e socialistas revolucionários. Os primeiros acreditam que tais reformas empoderariam a classe trabalhadora, enquanto que o segundo grupo acredita que as reformas teriam um efeito de consentimento da classe operária para com o capitalismo. O autor propõe que uma distinção mais fecunda é a de entender que os social-democratas acreditam que o método democrático e o incremento das condições materiais e intelectuais dos trabalhadores levariam à sua conseguinte compreensão como classe subordinada e à edificação de um sentimento de fraternidade de classe e de solidariedade.

Segundo Esping-andersen (1989; 1991) o *welfare state*, um conjunto de políticas que englobam o provimento por parte do Estado de serviços de saúde, educação, seguridade social, entre outros, promovido eminentemente pelos partidos social-democratas na Europa no pós-Segunda Guerra, seria a materialização do caminho ao socialismo. Ao suprimir a necessidade dos cidadãos de buscar o mercado para garantir sua reprodução social, através da venda de sua força de trabalho, o provimento desses serviços por parte do Estado produziria maior potencialidade para o exercício da cidadania e da solidariedade de classe. Este é, em síntese, o conceito de *desmercantilização* que Esping-Andersen apresenta como sendo constitutivo do que definiria o *welfare state* dos partidos social-democratas, sendo que o socialismo se concretizaria quando houvesse uma desmercantilização integral na sociedade.

Esping-Andersen distingue três tipos ideias de *welfare state*. O primeiro é o *welfare state* “liberal” onde predomina a assistência aos mais pobres e necessitados. O Estado proveria recursos e serviços mínimos, não muito desenvolvidos, principalmente para classes sociais mais baixas, incentivando os cidadãos a buscarem tais serviços através do mercado, tanto por conta dos serviços serem diminutos quanto pelo fato dos seus beneficiários serem geralmente estigmatizados socialmente. Aqui, portanto, existiria baixo alcance da *desmercantilização* e alta manutenção de desigualdades de status entre os cidadãos.

O segundo tipo ideal de *welfare state* é denominado “corporativista”, onde os direitos são ligados à ocupação, *status* e classe social. O Estado aqui apresenta maior capacidade de provimento de benefícios, no entanto estes são maiores caso o indivíduo seja funcionário do Estado em um cargo superior, caso de juízes ou militares. Este tipo de sistema acaba preservando as diferenças de *status* e não possui eficácia em termos de redistribuição de renda.

O terceiro e último *welfare state* é o “social-democrata” onde predomina um entendimento de universalidade dos serviços providos pelo Estado. Sendo assim a natureza desses serviços serve não apenas aos mais necessitados ou de acordo com a classe social do indivíduo, antes ela visa atender tanto trabalhadores de baixa renda quanto uma nova classe média de forma homogênea e com serviços de alta qualidade. Esse sistema evoca um certo tipo de solidariedade entre os cidadãos, pois, tais serviços e benefícios tem alto custo fiscal para o Estado, e necessita portanto de uma taxa de impostos elevada, mas como estes serviços atendem grande parte da população de forma satisfatória todos se sentem “obrigados” a pagar este custo e a defender o sistema de bem-estar implantado. Em contraposição, os dois outros tipos de *welfare state* podem evocar um sentimento de hostilidade entre os cidadãos, já que alguns estariam pagando por serviços que outros iriam desfrutar.

O *welfare state* tem relação com a evocação dos partidos social-democratas a uma estratégia eleitoral mais abrangente, como observam Banting e Kymlicka (2017):

Os partidos socialistas inicialmente se entendiam como partidos de classe engajados na luta de classe, apoiando-se na solidariedade de classe para derrotar seus inimigos de classe. Mas o avanço para a social-democracia ocorreu quando eles abandonaram essa autoconcepção e se redescreveram como um "partido do povo" representando a nação como um todo e apelando para a solidariedade entre os co-nacionais como base para a justiça social.(p.8. Tradução própria¹³)

O sentido da relação entre *welfare state* e a SD proposto por Esping-Andersen dá eminência, além da desmercantilização, à solidariedade enquanto elemento

¹³ “Socialist parties initially understood themselves as class parties engaged in class struggle, drawing upon class solidarity to defeat their class enemies. But the breakthrough for social democracy arguably occurred when they abandoned this self-conception, and redescribed themselves as a ‘people’s party’ representing the nation as a whole and appealing to solidarity amongst co-nationals as a basis for social justice.”

estruturador da ação pela social-democracia. Sendo assim a forma do *welfare state* de tipo liberal ou corporativista não teria o mesmo sentido do tipo social-democrata por conta de não proporcionar a solidariedade entre os cidadãos. Há de se deixar claro, de acordo com nosso entendimento teórico, que toda ação social-democrata está limitada pelas circunstâncias e pelas estruturas de seu contexto. O *welfare state* de tipo social-democrata demanda não apenas um Estado capaz, institucional e economicamente, de prover tal aparato, mas também um compromisso de classes que tem como pré-requisito uma *hegemonia* (GRAMSCI, 2000) que indique a necessidade do *welfare state* social-democrata. Entendemos que num contexto onde tais condições não se encontram a social-democracia, ao agir nos limites, pode tentar implementar um *welfare state* incompleto, ou não de acordo com o tipo ideal proposto por Esping-Andersen.

A consolidação do *welfare state* na Europa tornou-se um instrumento importante para aliviar o *trade-off* descrito por Przeworski onde, ao passo que os partidos social-democratas se distanciam de sua base pela desideologização do discurso e prática, acabam também ganhando eleitores (mesmo que voláteis). Os partidos social-democratas, com o uso desta estratégia, alcançaram enorme sucesso eleitoral no pós-guerra ao mesmo tempo em que construíam uma identidade própria.

Certamente este sucesso se deve à harmonia entre seus objetivos políticos e o consenso econômico e social da época. O *welfare state* não teria tamanho sucesso não fosse o keynesianismo como principal paradigma econômico de meados do século passado. A teoria econômica keynesiana pressupõe que é papel do Estado gerir os ciclos econômicos de forma a fazer com que períodos de desaceleração sejam os menores possíveis e períodos de crescimento os maiores. Isso é um pressuposto totalmente diferente do que supunha a teoria clássica, de que o Estado não deveria intervir na economia pois criaria distorções desnecessárias que o mercado teria a capacidade de resolver.

O raciocínio básico do keynesianismo é que a relação entre renda, poupança e consumo se dá da seguinte maneira: o aumento da renda dos indivíduos mais ricos não faz com que estes consumam mais, e sim que poupem o excedente. O aumento de renda dos mais pobres resulta em um aumento instantâneo do consumo destes. Ao aumentar o consumo (demanda) os capitalistas tem incentivos para investir seu

capital para aumentar a produção de bens, já que a demanda está em alta. O investimento cria empregos, ou seja, o indivíduo desempregado passa a ter renda e a consumir, premeditando mais investimentos e assim seguiria um círculo virtuoso. Dessa forma a teoria pautava pelo investimento direto do Estado, principalmente em infraestrutura que teriam a capacidade de gerar grande quantidade de empregos. Cabia ao Estado gerenciar o nível de demanda, através de uma política de pleno emprego, do gasto público direto em obras de qualquer espécie. Nesta teoria aceitasse que o Estado gaste mais do que sua arrecadação permite pois, com o crescimento econômico decorrente do investimento estatal, as contas se reequilibrariam posteriormente através do aumento da arrecadação de impostos (CANO, 1998).

Aumentar o poder de compra dos trabalhadores era a receita para fazer a economia crescer e beneficiar a sociedade como um todo. Os interesses populares, de todas as classes e grupos aliados, aparentavam uma afinidade, até então oculta, com os interesses da classe operária (MANIN, 1989).

Segundo Esping-Andersen (1988) o keynesianismo, tal como foi utilizado pelos governos social-democratas, apoiava-se em três pilares. Em primeiro lugar o Estado é entendido como um agente econômico fundamental, portanto, a intervenção na economia é natural e necessária, principalmente em setores estratégicos (energia, infraestrutura, crédito, etc.). Em segundo lugar, o Estado deve intervir na economia com o intuito de prevenir crises através da regulação da demanda, ou seja, implementando ações como aumento do salário mínimo e investimento direto para geração de empregos. O terceiro pilar é a implementação de políticas sociais, como saúde e educação públicas, previdência, habitação, etc. O objetivo seria garantir a todo cidadão uma proteção ao bem-estar sem ter de depender do mercado para isso (desmercantilização). Esse entendimento do Estado conjuga-se tanto com o programa social-democrata quanto com os interesses eleitorais dos partidos da SD, pois propõe uma governação que inclui ganhos aos trabalhadores enquanto mantém as perspectivas de lucro dos capitalistas.

Outra condição histórica, que possibilitou a congruência direta dos interesses da SD e da sociedade foi o método de acumulação que se encontrava na Europa do pós-guerra. O fordismo era um regime onde os produtos eram fabricados e

consumidos em massa. Isso possibilitou a criação de uma massa de trabalhadores de “colarinho azul”, que tinham maior facilidade de se identificar com as pautas social-democratas. Ao mesmo tempo o regime fordista proporcionava a manutenção do pleno emprego, pois demandava o uso mais intensivo de mão de obra.

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), o fordismo se pautava pelo uso abundante de operários em uma linha de produção, que era móvel, onde cada trabalhador tinha uma posição estática de modo que sua função se limitava a realizar uma fração do processo de fabricação do produto, que se movimentava nessa linha de produção. Isso drasticamente acelerou o tempo e aumentou o volume da produção, fazendo com que os preços dos produtos caíssem, possibilitando também o consumo de massa. Produtos antes acessíveis a poucos passavam a ser mais comuns (geladeira, televisão, automóveis, etc.). Com a produção e consumo massificados vinha também uma massa homogênea de trabalhadores industriais, que os partidos social-democratas tinham grande capacidade de atrair.

Como veremos a seguir, essas condições começam a se deteriorar, entre outros fatores, pela mudança dos sistemas de produção que passaram a ser mais automatizados e eficientes, necessitando menos mão de obra, além de uma mudança no modo como a produção era afetada pelo comércio exterior e pelo setor financeiro.

1.3 A crise do modelo e a social-democracia contemporânea

O paradigma keynesiano prevaleceu em meados do século XX, fazendo com que os partidos social-democratas conseguissem construir uma rede de estado de bem-estar social robusta nos países europeus. O compromisso, porém, dependia do regime de acumulação fordista para funcionar. Este esteve presente de forma explícita entre a década de 1930 até os anos 1970 (HARVEY, 2005). Isso ocorre porque as bases sociais e econômicas da SD estavam ancorados na configuração social que o regime fordista proporcionou. A capacidade de planejamento econômico do Estado era muito maior graças à padronização da produção e sua escala massificada, bem como a delimitação dos mercados no contexto nacional, o que proporcionava menores custos políticos ao controle de preços de *commodities* e dos salários, além do controle do lucro dos capitalistas (GIDDENS, 1999; HARVEY, 2005).

Com a decadência do regime fordista o fenômeno chamado de regime de acumulação flexível começa a se espalhar no mercado mundial. Segundo David Harvey (2005) a acumulação flexível

(...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos, e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Esse novo modelo de acumulação produziu mudanças na configuração das classes sociais. Segundo Boltanski e Chiapello (2009) a acumulação flexível decorreu dos limites que o fordismo impôs ao crescimento econômico mundial. Segundo os autores, no final da década de 1960 e início dos anos 1970, a concorrência dos países asiáticos e europeus, principalmente aqueles que receberam ajuda norte-americana ao final da Segunda Guerra (planos Marshall e Colombo), bem como a aplicação de tecnologias que permitiam o aumento da produtividade sem necessariamente aumentar os postos de empregos, implicaram em uma oferta de produtos que a demanda mundial não acompanhava.

As sucessivas crises do petróleo (1973 e 1979) fizeram com que as taxas de juros, que haviam sido tomadas a tarifas flutuantes por empresas e países de todo mundo para financiar seu crescimento e industrialização, comessem a aumentar, o que acabaria por limitar tanto o investimento privado quanto a capacidade dos países de manter seus gastos. Consequentemente a manutenção do pleno emprego não era mais possível com o mesmo conjunto de ferramentas de gestão (GREMAUD et al, 2009).

Desse modo, as empresas principalmente dos países desenvolvidos foram pressionadas, por um lado, pela baixa no preço de mercado dos seus produtos, por conta da competição, e por outro lado pelos custos de financiamento da própria produção. Boltanski e Chiapello apontam que as empresas optaram, então, por cortar custos de produção. A terceirização da produção, a subcontratação e a realocação de plantas produtivas para países com mão de obra barata se tornaram as principais estratégias dos capitalistas. Isso acabou por aumentar a massa de trabalhadores com contrato temporário e terceirizados, o que produz efeito negativo na percepção de

classe e, portanto, nos sindicatos e nos partidos com base trabalhista (ESPING-ANDERSEN, 1988).

A crescente financeirização da economia faz com que os capitalistas possam aplicar seus recursos de forma mais flexível em outros países, fazendo com que a concorrência por melhores condições de retorno financeiro a esse tipo de investimento resulte em uma pressão por garantir superávits na balança fiscal, de modo a prover a segurança do pagamento das aplicações, e uma taxa de inflação reduzida, o que se traduzia, muitas vezes, em cortes nos gastos sociais e na alta dos juros nacionais por parte dos Estados (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017).

As mudanças apontadas anteriormente fizeram com que os partidos social-democratas não apenas perdessem a capacidade de gerenciar o Estado da forma como o faziam, mas também incorreu em uma perda do apelo, ao menos nos moldes até então operacionalizados, à classe trabalhadora, que passou a ser cada vez mais heterogênea com profissionais terceirizados, “pejotizados” e prestadores de serviço. Soma-se a isso o fato de que, quando confrontados com crises econômicas nessa nova configuração econômica, os partidos social-democratas então no poder começaram a empregar políticas tidas como liberais. Exemplo são os cortes de programas sociais de desemprego, como fez nos anos 1990 Felipe González, presidente da Espanha pelo PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), ou restringindo benefícios previdenciários, como fez em 2013 François Hollande, presidente da França pelo PS (Partido Socialista). Tais acontecimentos levaram a literatura que trata da SD a apontar que seu modo de ação mudou e/ou que deve assumir novas formas (GARRETT, 1998; GIDDENS 1999; PIERSON, 1996).

Um ponto pacífico na literatura é o fato de a SD não poder mais se expressar da mesma forma como havia feito no pós-guerra. A questão amplamente discutida, especialmente durante a virada do século, é o que exatamente é a SD e quais os caminhos ela deve percorrer no século XXI. Giddens (1999) defende que a SD assuma uma forma de “terceira via”, agregando aquilo que a constituiu como consolidadora do *welfare state* na Europa a novos ideais a par da ordem social e econômica vigente. O autor argumenta que uma ação social-democrata na sociedade contemporânea deve pautar pelo cosmopolitismo na governação da sociedade e um esforço extranacional economicamente, de forma a tentar mitigar os efeitos negativos da fluidez de capital

através de acordos internacionais (GIDDENS, 1999, p.115-133). Dessa forma, as fronteiras nacionais devem ser suprimidas de forma positiva, afim de tirar proveito máximo da globalização, ideal este que balizou acordos como o da Zona do Euro e do NAFTA. Bresser-Pereira (2000) argumenta que tal estratégia de desenvolvimento não seria razoável para países em desenvolvimento, tal qual o Brasil, já que suas empresas não poderiam competir com um mercado aberto, ficando reféns do processo de exportar matérias-primas com baixo valor agregado e importar produtos tecnológicos de países mais industrializados.

Para Giddens o Estado não tem o papel de prover universalmente aos cidadãos os direitos sociais, mas sim de protegê-lo das vulnerabilidades decorrentes da miséria, ou seja, as políticas de bem-estar devem estar associadas apenas aos mais necessitados, e que estes devem ser os responsáveis por superar a sua condição de pobreza para buscar melhores serviços de saúde e educação, aproximando o modelo ao *welfare state* liberal. Estes fundamentos limitam a *desmercantilização* que discutimos anteriormente. Navarro (1999) argumenta que a posição da terceira via coloca a SD modernizada de Giddens no campo do social liberalismo ou de uma democracia cristã ao invés da SD.

Segundo Boix (1998) tanto conservadores quanto progressistas, quando assumem o governo, tem como objetivo o bom desempenho econômico, mas que para alcançar tal objetivo se valeriam de estratégias diferente. Um governo conservador, segundo o autor, tenderia a reduzir os salários reais (ou em casos extremos os salários nominais) dos trabalhadores, bem como o corte ou redução de direitos trabalhistas, de juros e de impostos. Essa estratégia visa diminuir os custos das empresas e atrair investimentos estrangeiros para o país. De outro lado um governo progressista tenderia a incentivar a demanda alocando recursos à construção de infraestrutura e capacitação de capital humano. No campo do progressismo a SD se diferenciaria de governos mais à esquerda por não optar por medidas mais extremas, como a elevação abrupta de salários, a nacionalização ou o calote da dívida pública. De fato a SD tende a agir utilizando-se dos mecanismos de mercado, sempre com a premissa de obter ganhos para os trabalhadores mas sem ferir a confiança das classes burguesas – por exemplo, capacitar a mão de obra eleva os salários dos trabalhadores de forma indireta por conta da maior demanda de profissionais qualificados, ou seja, um mecanismo de mercado.

Em um ambiente de mercados nacionais globalizados, financeirizados e altamente tecnológicos, a política econômica expansionista do século passado, estritamente de demanda, fica restringida devido à responsabilidade fiscal exigida pelo mercado. Pierson (1996) e Garret (1998), apontam que a estratégia social-democrata, nesse sentido, se dá pela atração de investimento através da potencialização da lucratividade do setor privado, eminentemente do setor produtivo, agindo portanto do lado da oferta. O argumento é que a atração do capital geraria maior arrecadação de impostos, necessários aos gastos sociais. Os autores apontam que a capacitação da mão de obra, de forma a qualificar os trabalhadores aumentando a produtividade e o valor agregado da produção, conciliaria aumento da renda da população e atração de investimentos em busca dessa mão de obra qualificada. Políticas de expansão da infraestrutura são vistas, a partir da visão contemporânea de hegemonia neoliberal, como demasiadamente intervencionistas e criadores de distorções fiscais. O que os autores notam, no entanto, é que esse tipo de investimento no cenário atual, onde o equilíbrio fiscal dos governos é tido como fundamental, é feito a partir de parcerias com empresas privadas, sem a necessidade do Estado utilizar demasiadamente seus recursos, através de uma política econômica heterodoxa indireta (desonerações setoriais, incentivos fiscais locais e regionais e provimento de crédito para consumo). Uma infraestrutura robusta reduziria custos de produção e de transação, potencializando a atuação do setor privado e garantindo maior arrecadação para políticas sociais, além de garantir a característica base material da aliança de classes da SD (trabalhadores - salário; capitalistas - lucro e; Governo – tributos transformados em políticas sociais).

Ainda que existam claros constrangimentos por parte do cenário econômico, da hegemonia neoliberal e dos mecanismos de mercado atuais para uma política expansionista, não podemos supor que tal cenário faça com que seja possível apenas um tipo de gestão macroeconômica, isto é, em moldes neoliberais, ou que uma política de demanda esteja fadada ao fracasso (HIST, 1999). Nesse sentido, como aponta Boix (1998), as diferenças entre governos de direita e de esquerda são claros e o uso de políticas de inspiração keynesiana ainda são uma tática exequível no intuito de gerar emprego e renda, ainda que estejam limitados em seu grau de implantação.

1.4 Conclusões parciais

Keating e McCrone (2015) argumentam que o conceito de SD é multidimensional. De maneira mais geral a SD seria uma filosofia política, que busca conciliar o capitalismo de mercado com um senso de responsabilidade social. É também uma tradição política, que rejeita a primazia automática dos mecanismos de mercado e de sua inerente desigualdade, pautando-se por um conjunto de ideais de igualdade, justiça e moralidade econômica. Na dimensão da prática política é um modo de governação que busca sistematicamente incluir e atender as necessidades dos mais carentes e enfatizar o público sobre o privado, sendo especialmente pragmática nessa questão. A SD pode ser vista também como sendo uma subcultura política e social, exprimida pelos sentimentos de solidariedade e coletividade, eminentemente praticados nos sindicatos, movimentos sociais e elaborações de intelectuais trabalhistas.

Os autores apontam então que, ao invés de uma definição estanque que impossibilita a compreensão da SD nos diferentes contextos, mesmo nos diferentes países da Europa ocidental, é mais interessante uma definição genérica, que guarde as ideias chave do projeto social-democrata nas diferentes realidades em que ela se encontrar. Nesse sentido a primeira ideia chave, segundo os autores, é a de domesticação, não extinção, do capitalismo, usando os mecanismos de mercado de forma instrumental afim de prover seus benefícios mitigando os malefícios. A segunda ideia é a de uma busca geral pela igualdade, atacando as desigualdades principalmente de ordem material, sendo que o grau em que a SD se disporia a fazer isso dependeria das condições políticas e sociais de seu meio. Estas duas ideias, na visão da SD, seriam complementares, já que a consecução da busca pela igualdade teria efeito positivo na economia, opondo-se a uma visão liberal, de que até certo ponto a desigualdade é necessária e natural. Por fim o liberalismo social, isto é, a ideia de defesa dos direitos da pessoa humana, o que faz com que a SD simpatize com movimentos identitários e pós-modernos.

Assim como Reis chama atenção para a questão ideológica e não apenas histórica, acreditamos que esta é uma parte importante para definir a SD e seus partidos. Consideramos que, para tal, um indicador compatível com nossos objetivos é avaliar as posições tomadas pela SD em momentos cruciais de sua existência,

particularmente na sua governação, entendendo que no governo os partidos tem a chance de implementar políticas públicas que refletem sua visão política, expondo assim seu caráter ideológico.

Esta dissertação afilia-se à visão de Reis (2012; 2013) sobre a forma de análise dos partidos social-democratas. Temos, no entanto, algumas considerações teóricas e metodológicas que visam propor um aperfeiçoamento, ainda que mínimo, da proposta por Reis. O entendimento de Przeworski (1989) e de Kitschelt (1994), criticada por Reis, baseia-se na ideia de, devido às mudanças sociais e econômicas nos anos 1970 e 1980 é impossível a SD continuar a operar do mesmo modo e, devido à natureza da ação social-democrata que pressupõe períodos no governo e portanto a vitória eleitoral, ela estaria fadada ou a operar sob uma plataforma de partido de gueto, caso continue com suas pautas antiquadas, ou então à desfiguração, dado que a mudança necessária aos partidos social-democratas para continuar competindo os colocaria fora do espectro socialista.

Como já discutido, o fato da SD ter de mudar seu modo de ação não significa que haja uma desfiguração tal que resulte no seu desaparecimento, afinal as ideologias são produtos da ação humana e estão sujeitas ao espírito de sua época¹⁴, sendo conseqüentemente alteradas preservando a essência que as distingue. Entender que a SD estaria fadada ao ostracismo ou à deformação é reflexo do ato de tomar a definição de SD a partir daquilo que os social-democratas fizeram no contexto europeu do século passado, e não a partir de sua visão de mundo fundamental. O entendimento social-democrata acerca do Estado, da economia, da sociedade e da finalidade de sua política é que produzem as ações social-democratas.

A sugestão de Reis, baseada em Manin (1989), de que a SD contemporânea não abandonou a busca pelo socialismo, deve ser discutida. Embora a crítica de Reis seja válida com relação à teoria dominante sobre SD, seria difícil mensurar objetivamente se os partidos estão utilizando-se do “guia socialista” para balizar suas ações em busca de exceder os limites do sistema capitalista, afim de se aproximar de um socialismo, ou mesmo se de fato tal mecanismo existe. O fato do elemento

¹⁴ Para usar do conceito hegeliano de *zeitgeist*. Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petropolis: Vozes, 1992. 358 p. (Colecao Pensamento Humano).

socialismo não ser empiricamente verificável na ação social-democrata pode levar a uma definição excessivamente teleológica, como argumenta Keman (1993). O entendimento da SD, no entanto, seja a busca por domar o capitalismo ou por uma caminhada lenta ao socialismo, é balizado por elementos que concorrem positivamente à desmercantilização, à busca pela igualdade, à solidariedade e justiça social nos termos que o socialismo advoga. Não queremos dizer que definir se a SD pauta ainda pelo socialismo ou pela domesticação do capitalismo é irrelevante, mas sim que é mais produtivo, ao menos num ponto de vista empiricista, definir a SD pelas suas ideias essenciais verificáveis. Dessa forma adotamos uma posição pouco diferente daquele de Reis neste aspecto, embora não haja uma concorrência negativa das duas posições na dimensão verificável.

Outra noção importante presente na teoria de Reis é o da tensão intrapartidária entre o pragmatismo kautskiano e o purismo bernsteiniano. Reis faz uma analogia dos conceitos de *lógica da competição eleitoral* e *lógica da representação das bases* desenvolvido por Kitschelt (1989) onde

[...] os partidos escolhem entre um continuum de opções localizados entre alternativas polares representados por uma lógica de representação das bases e uma lógica de competição eleitoral. Uma lógica da representação das bases é inspirada nas ideologias e práticas políticas dos principais apoiadores. Diante de um tradeoff entre a amplitude do apelo popular e a pureza ideológica da política e posturas estratégicas, eles preferem o último. Uma lógica da competição eleitoral, no entanto, significa ajuste da organização interna, programa e estratégia às condições do "mercado político" para maximizar o apoio eleitoral. (KITSCHELT, 1989, p.42 – tradução própria¹⁵).

A tensão entre a disputa dos puristas e dos pragmáticos preveniria que o partido pendesse excessivamente para um desses lados e, portanto, deixasse de ser social-democrata. Nosso entendimento é de que esta tensão, ainda que seja elemento que estruture os partidos social-democratas endogenamente, deve ser extrapolado para o entendimento também de sua ação diante de elementos contextuais na sua governação. Dessa forma as pressões e os posicionamentos da SD diante dos

¹⁵ [...] parties choose from a continuum of options located between polar alternatives represented by a logic of constituency representation and a logic of electoral competition. A logic of constituency representation is inspired by the ideologies and political practices of core supporters. Faced with a tradeoff between breadth of popular appeal and ideological purity of policy and strategic stances, they prefer the latter. A logic of electoral competition, however, means adjustment of internal organization, program, and strategy to the conditions of the "political marketplace" to maximize electoral support.

desafios de governar e implementar suas políticas também se submetem ao equilíbrio do pivô purismo/pragmatismo.

Partindo das questões colocadas neste capítulo, definimos 6 características da SD que sumarizamos e discutimos a seguir. Esta sumarização parte de duas noções derivadas da teoria do institucionalismo histórico utilizado pela nossa pesquisa. A primeira é o fato de que os momentos paradigmáticos revelados na análise da trajetória das instituições compõem sua natureza e perduram, com limitadas modificações, ao longo do tempo. Esta noção relaciona-se à segunda, a saber, de que tais paradigmas estruturam a ação da instituição em torno de um leque de opções possíveis que refletem suas escolhas anteriores, ou seja, o conceito de *path dependence*. A noção proposta por Reis, de que tomar as características apresentadas pelos social-democratas europeus como a própria definição de SD é fazer uma relação espúria, será uma ideia reguladora da escolha das características que apresentaremos. Atentaremos, portanto, à essência da SD que perdura às especificidades do contexto.

Dividimos as características em dois grupos. Primeiramente as que entendemos como primordiais a um partido social-democrata fazendo com que, do nosso ponto de vista, não seja possível um partido social-democrata existir sem elas ao mesmo tempo que estas características são estáveis em matéria de apreciação pelos seus partidos, sendo historicamente responsáveis pela gênese e pelos paradigmas essenciais da SD. As chamaremos de *características estáticas*. As demais características estão sujeitas à oscilação dada pela tensão do contexto vivido no pivô purismo/pragmatismo, mas são necessárias em seu conjunto à observação de agência de um partido que se inscreva na SD. Estas características representam as posições tomadas pela SD durante sua história e fazem parte de seu entendimento político, mas são suscetíveis à revisão não de gênero, mas de grau, a depender da realidade e das pressões de onde a SD se manifesta. Chamaremos estas de *características dinâmicas*.

A) *CARACTERÍSTICAS ESTÁTICAS:*

I) **Compromisso com a Democracia**

Esta característica é mais genérica, mas não é trivial. A SD não apenas aceita as regras do jogo democrático, ela toma a democracia como um fim, sendo a observância das práticas democráticas ponto crucial ao entendimento social-democrata.

II) **Genética Trabalhista e de Base**

Como ensina Palermo (2005) a genética do partido condiciona os seus limites e o seu desenvolvimento. Os partidos social-democratas foram criados e influenciados no ambiente de reivindicações trabalhistas e sociais, guardando relação com o socialismo, de forma que tanto sua organização quanto sua governação refletem as dinâmicas desta conexão, ainda que em graus diversos.

III) **Reformismo**

A SD se caracteriza pela crença de que é por meio da política institucional que seu projeto se realiza. Este ponto exprime o entendimento de que é através da ação contínua e progressiva rumo à ganhos parciais dentro da institucionalidade democrática, tendo como guia o conjunto de ideias socialistas. A SD entende que pode perseguir seus objetivos instrumentalizando o mercado e o direcionando neste sentido. Implícita nesta característica está a crença no aspecto sistêmico da relação entre Estado, sociedade e mercado, sendo que o primeiro pode e deve influenciar nos demais.

B) *CARACTERÍSTICAS DINÂMICAS:*

IV) **Alianças de Classe**

Desde que a SD entendeu que era preciso participar do jogo eleitoral a questão da aliança de classes gerou discussões teóricas e substantivas de seus partidários. Ao governar, a SD percebeu a necessidade de

composição de coalizões com setores da sociedade nem sempre alinhados aos seus ideais. A variação do grau de heterogeneidade de seus aliados depende, eminentemente, da necessidade maior ou menor da utilização de seu apoio e de sua distância ideológica, sendo, portanto, uma aliança de caráter instrumental.

V) Busca pela igualdade

Esta característica se justifica por ser uma das razões maiores do próprio nascimento da SD no movimento proletário. É, ao mesmo tempo, um objetivo mediato e material da motivação social-democrata. Não é empregada no sentido formalista de equidade dos liberais, é antes entendida no sentido de igualitarismo substantivo, o que resulta em políticas como a tributação progressiva, que trata de maneira desigual os indivíduos no intuito de prover uma igualdade substantiva e uma justiça social neste sentido. É uma das que mais possui elasticidade na ação dos partidos social-democratas na questão material, especialmente após a crise do modelo fordista e na governação sob uma hegemonia neoliberal, ainda que nas questões pós-modernas e identitárias tenha força e certa confluência de interesses com liberais.

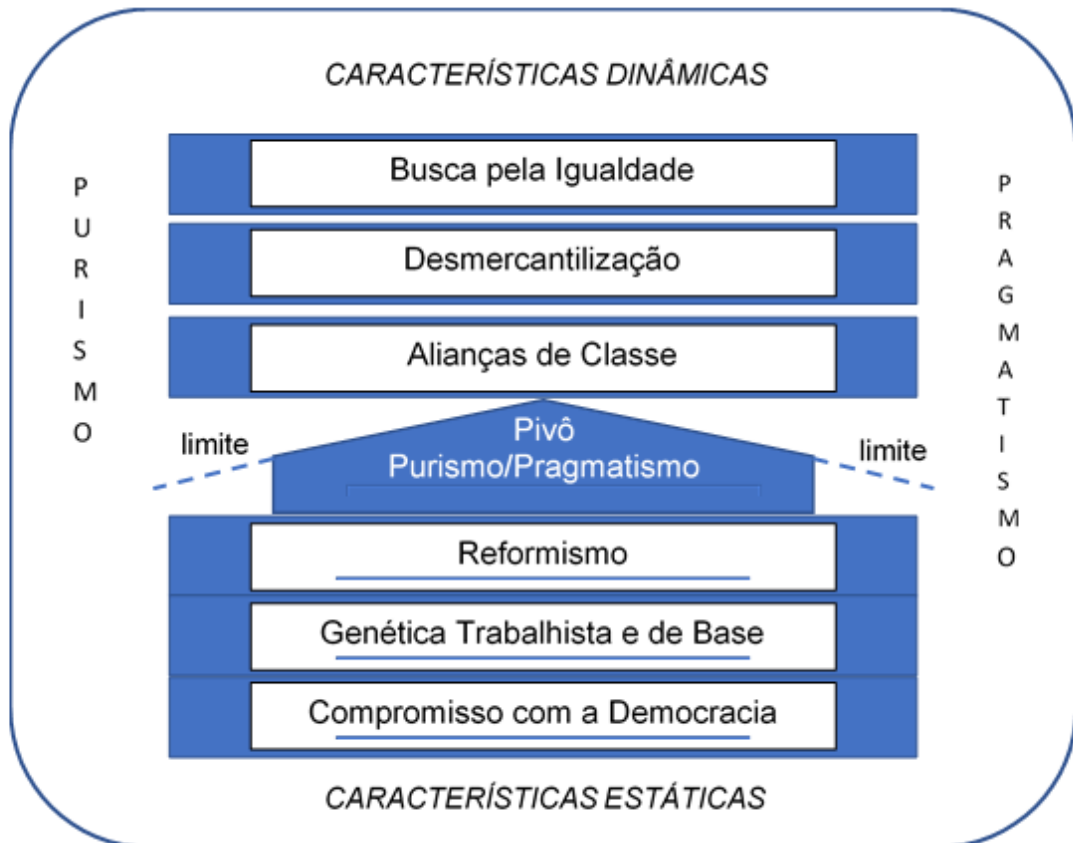
VI) Desmercantilização

O sentido dessa característica, no plano da ação, se dá na defesa dos elementos de *welfare state* existentes e no seu aprofundamento, dado o contexto. A variação sobre o pivô pragmático se dá da mesma forma da característica anterior, mas sofre pressão maior das condições materiais representadas pelo equilíbrio fiscal das contas do Estado e necessita de um pacto mais abrangente e estrutural, dada a necessidade de financiamento através do aumento das receitas e da intervenção estatal nos mecanismos de mercado.

As características estáticas formam a base da SD e são indissociáveis a ela. As características dinâmicas, em seu conjunto, também. Mas estas são vulneráveis ao contexto onde a SD se insere, de forma que a governação social-democrata dá

maior ou menor ênfase à sua consecução dependendo da oscilação dada pelo pivô pragmatismo/purismo. A figura a seguir busca ilustrar esta dinâmica.

Figura 1. – Disposição e Dinâmica das Características da Social-democracia



A ilustração enseja a melhor visualização de nosso entendimento sobre a dinâmica dos partidos e da governação social-democrata. A base da figura compõe as *características estáticas*, que suportam o pivô purismo pragmatismo sobre o qual opera a dinâmica pendular das *características dinâmicas*. Os limites dados pelo pivô demarcam até onde o grau de purismo e pragmatismo pode oscilar. Caso os limites sejam ultrapassados subverte-se a dinâmica não em grau mas em gênero e o governo e partido acabam, pelo lado do pragmatismo, rendendo-se totalmente à um comportamento *office-seeking*, e pelo lado do purismo à um comportamento de partido de gueto, fadado ao ostracismo.

No capítulo seguinte analisamos as características genéticas e o itinerário da organização petista até a vitória de 2002. A revisão dos documentos partidários em conjunto com a literatura existente sobre o partido irá amparar a relação que pretendemos fazer posteriormente. O intuito do capítulo 2, nesse sentido, é contemplar a dimensão “trajetória” da análise empregada a partir do paradigma do institucionalismo histórico.

2. A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.

A supressão democrática vivenciada durante a ditadura militar (1964 – 1985) e a natureza do processo de “lenta, gradativa e segura distensão” no período de transição democrática, fortemente influenciaram tanto o processo de formação do PT quanto a sua própria essência. A formação de um partido cujo objetivo era a representação da classe trabalhadora por ela mesma em uma estrutura onde o Estado é centralizado e caracterizado pelo corporativismo nas relações trabalhistas e políticas¹⁶ é paradigmática por si mesma. Mas mais interessante ainda é que, dado esse objetivo, a organização e os procedimentos do PT deveriam refletir tal princípio, contrapondo-se ao tradicional e característico elitismo dos partidos brasileiros bem como à própria falta de democracia do período, fazendo do PT uma “anomalia” nas palavras de Keck (2010, p.14). As diversas discussões e os documentos provenientes da fundação do Partido dos Trabalhadores deram relevância à democracia interna e à descentralização na tomada de decisão partidária e atraíram o interesse de cientistas sociais, enquanto objeto de estudo, e de diversos grupos sociais, enquanto *locus* de representação numa conjuntura de grande anseio por participação política.

Logo nos primeiros anos de existência, no entanto, o partido experimentou tanto os dilemas provenientes da disputa eleitoral quanto da organização institucional, respectivamente, o *trade off* discutido por Przeworski, onde o apelo a uma fiel base de proletários é substituída pelo apelo a um eleitorado numericamente maior mas mais volátil (o “povo”); e a “Lei de Ferro” de Michels, com a oligarquização e profissionalização da direção partidária. A trajetória petista nos anos 1980 e 1990 seguiu um aumento, no plano eleitoral, do apelo pluralista em detrimento de um classista e do afrouxamento ideológico em termos de alianças. No plano da organização houve um aumento da discricionariedade da direção do partido, bem como de sua “homogeneização” com a eminência da tendência Articulação (posteriormente Campo Majoritário e, a partir de 2005, Construindo um Novo Brasil).

Tal estratégia rendeu frutos ao partido que, nas eleições de 2002, elegeu presidente, em sua 4ª tentativa, Luis Inácio “Lula” da Silva, líder político da fundação do PT e principal figura do partido desde então. Nesta eleição o afrouxamento ideológico e a aliança de classes ficaram demonstrados pela chapa que elegeu Lula,

¹⁶ Cf. Keck, 2010, Introdução.

tendo como vice o empresário José Alencar do Partido Liberal (PL), bem como pela já conhecida “Carta ao Povo Brasileiro”, onde Lula se compromete a conservar os preceitos econômicos neoliberais da gestão anterior e a negar qualquer tipo de ruptura, declamando o “espírito do Anhembi” como diz Singer (2010). Na administração a coalizão de governo também seguiu a mesma lógica de conciliação de classes, no intuito de garantir a governabilidade, fazendo alianças com partidos de ideologias diferentes, tais como: PMDB, PP, PC do B, PDT, PRB, entre outros.

Esta trajetória, no que concerne à história do partido, de seu programa e de sua organização, será detalhada neste capítulo. Tendo em vista nossa abordagem e os objetivos deste capítulo, se faz necessária uma contextualização dos elementos que tiveram impacto na forma, ideologia, intenção e decisão de criar o PT.

2.1 A origem do PT: conjuntura política e ambiente institucional

O Ato Institucional nº2, publicado em outubro de 1965 pelo presidente Castelo Branco, extinguiu o pluripartidarismo no Brasil. O AI-2 era uma resposta do regime ao resultado das eleições que ocorreram alguns dias antes, onde a oposição havia conquistado alguns estados, notadamente o PSD vencendo no estado da Guanabara. O regime então instituiu o bipartidarismo no Brasil, sendo um o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e a oposição representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A miríade de visões políticas presentes no sistema pluripartidário estabelecido entre 1945 e 1965 teria então de se encaixar nos dois partidos legais. O caminho natural dos partidos estabelecidos anteriormente era a migração ao MDB, já que a ARENA representava o regime e estava fortemente controlada pelos militares. O MDB tornou-se, dessa forma, um partido que abarcaria as mais distintas correntes políticas, de comunistas a liberais (KINZO, 1988).

O MDB, no entanto, devido ao alto controle exercido pelo regime, pelas providências estabelecidas nos atos institucionais e pela “legitimação” da ditadura via o milagre econômico (1969 – 1973), não conseguiria se impor de forma relevante até as eleições de outubro de 1974 quando conquistaria 16 das 22 cadeiras em disputa para o senado. Tal desempenho foi possível graças aos sinais de esgotamento do milagre econômico, devido ao 1º choque do petróleo no ano anterior, bem como à maior liberalização nas eleições promovida por Geisel, castelista que havia sido eleito

em março daquele ano e que já havia anunciado a “lenta, gradual e segura distensão” do regime. Tal distensão tinha como objetivo a progressiva retirada dos militares do protagonismo político preservando a sua instituição num governo democrático, bem como assegurar que não haveria uma irrupção violenta na sociedade (LAMOUNIER, 1988).

A transição democrática brasileira seria demorada, altamente controlada pelo regime autoritário e notadamente aversa a mudanças abruptas, sendo que o processo iniciado em 1974 proveria indiretamente o primeiro presidente civil 11 anos depois, e a primeira eleição presidencial direta somente após 15 anos. Kinzo (2001) divide a transição basicamente em 3 fases. A primeira, de 1974 a 1982, foi a fase de maior controle por parte do regime, ainda que logo em 1974 tivessem ocorrido avanços liberalizantes em termos eleitorais e de afrouxamento da censura, ainda estava em vigor o AI-5 e diversos outros mecanismos de repressão. Segundo a autora, três fatores influenciaram fortemente o escopo e a natureza da transição neste início: I) o aspecto eleitoral, que demonstrou a força do MDB nas eleições de 1974 enquanto agente político na transição, o que deixaria claro ao regime que para manter controle do processo de liberalização deveria também controlar o MDB; II) a disputa interna dos militares que, com o processo de distensão, viam aumentar o atrito entre a “linha-dura” e os castelistas, exigindo de Geisel ora atos repressivos, para satisfazer a ala da linha-dura, ora controlá-la através, por exemplo, da demissão do ministro Sylvio Frota que tentava a sucessão de Geisel na presidência em detrimento de João Figueiredo; e III) o aspecto econômico, que demonstrou a incapacidade do regime de manter os indicadores do “milagre econômico”, tendo a inflação e a dívida pública aumentado significativamente no período. Estes três aspectos fortaleceram

aquele padrão controlado e gradual que caracterizou a transição democrática no Brasil. Iniciada em 1974, a liberalização somente teve um avanço significativo em 1978, quando finalmente foi revogado o draconiano Ato Institucional n.5. Em 1979, já na administração Figueiredo, o Congresso aprovou a anistia, que, embora limitada, permitiu a reintegração à vida pública de políticos exilados e de ativistas de esquerda punidos pelo regime militar. Uma nova lei partidária pôs fim ao bipartidarismo compulsório criado em 1966, levando à criação de novos partidos. (Kinzo, 2001, p. 6)

A anistia e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos viriam a ser pontos cruciais na formação do PT e seus anos iniciais, o que será discutido na próxima seção. Por enquanto vale ressaltar que o fim do bipartidarismo, além de cumprir com a intenção

de liberalização, foi uma estratégia do regime para diluir a oposição antes concentrada no MDB, com vistas a manter a transição sob controle.

A segunda fase da transição democrática, compreendida entre 1982 e 1985, talvez tenha sido a mais crítica em termos de estruturação do sistema político e do sistema partidário nos anos que viriam. Com a reinstituição do pluripartidarismo em 1979, as eleições de 1982 tiveram o PDS (representante do regime) como o grande vencedor. A oposição, no entanto, mostraria sua capacidade eleitoral ao eleger pouco mais da metade da câmara federal¹⁷, o que acabou forçando o regime a negociar com deputados dissidentes para posteriormente assegurar maioria.

Em 1983 o então deputado Dante de Oliveira apresenta o projeto para realização de eleições diretas para presidente no ano de 1984, substituindo os planos do regime de uma eleição indireta a ser realizada em 1985, o que levou à mobilização popular na campanha conhecida como “Diretas Já”. Após o sucesso do governo em barrar a medida “à oposição restava duas saídas: buscar simpatizantes dissidentes dentro do governo; ou romper as regras do jogo através da mobilização da sociedade civil” (Kinzo, 2001, p.6). Os esforços por parte do PMDB se concentraram em viabilizar a candidatura de Tancredo Neves à presidência no processo indireto de 1985 através de um acordo com a Frente Liberal, que colocaria José Sarney na posição de vice de Tancredo. O PT posicionou-se contra a negociata e absteve-se do processo indireto, inclusive expulsando 3 deputados que votaram em Tancredo.

Após a vitória do PMDB e a morte de Tancredo antes mesmo de sua posse, José Sarney, ex-liderança do PDS, lideraria o país no primeiro governo civil em 20 anos. O saldo da posição moderada e da negociação empreendida pelo PMDB seria positiva pelo fato de ter conquistado a vitória nas eleições indiretas, no entanto, viria a destacar o PT pela sua posição mais crítica à não representatividade e ilegitimidade do colégio eleitoral em escolher o primeiro presidente civil por um processo negociado e que, no final das contas, resultou na presidência de Sarney que era reconhecidamente uma figura representativa do regime militar e que teria um desempenho insatisfatório no executivo.

A última fase da transição democrática ocorreu entre 1985 e 1990, e ficou marcada pelo processo constituinte e pela primeira eleição direta para presidência

¹⁷. O PDS elegeu 235 deputados; PMDB 200; PDT 23; PTB 13 e PT 8, totalizando 244 votos para a oposição.

desde 1960. Dada a moderação e negociação empreendidas na fase anterior, e o anseio popular por maior participação, as lideranças políticas ficaram mais sensíveis à pressões dos setores mais à esquerda, o que fez com que a constituinte fosse amplamente “democratizada” no sentido processual, possibilitando a participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada, e no sentido substantivo, aprovando uma arrojada série de direitos sociais que diriam respeito desde a saúde e educação até temas como direitos humanos (LAMOUNIER, 1988).

As eleições de 1989 marcaram a eminência do PT no campo da esquerda. PT, com Lula, e PDT, com Brizola, disputavam a chance de ir ao segundo turno contra Fernando Collor (PRN). Apesar de Brizola ter a vantagem sobre Lula na maior parte do primeiro turno, segundo as pesquisas da época, ao se aproximar a data da eleição Lula estava numa crescente, o que garantiu sua vaga ao segundo turno, apenas 454 mil votos a frente de Brizola (0,6% dos votos válidos). Apesar do apoio do PDT no segundo turno, Lula perdeu a eleição, fazendo com que Collor fosse o primeiro presidente eleito por voto popular direto desde Jânio Quadros. Essa situação colocaria o PT em evidência, sendo que nos anos seguintes o Brasil, sendo governado pela coalizão centro-direitista PSDB/PFL, teria como principal voz da oposição e da esquerda o partido de Lula.

Findado o processo de transição de regime o fortalecimento da democracia ainda passaria por percalços significativos: hiperinflação causando sérios problemas sociais, o *impeachment* de Collor por denúncias de corrupção em 1992, a crise fiscal no final dos anos 1990 e início dos 2000, passando pelas denúncias de corrupção já no governo petista, o *impeachment* de Dilma e a ascensão da extrema-direita no pleito de 2018. Em suma, o processo de transição negociada e controlada permitiu certo continuísmo de agentes presentes no período do regime militar para o regime democrático. Foi também importante este período para o estabelecimento do PT enquanto agente relevante na política nacional. Finalizada esta contextualização passaremos, na próxima seção, a tratar do processo de formação do PT propriamente dito.

2.2 A decisão de participar: a sociedade civil na formação do PT.

O projeto político do regime militar demandava o domínio sobre o trabalho e a atividade sindical, visando o controle das reivindicações trabalhistas para manutenção da ordem desejada pelo regime e suprimindo também qualquer tentativa da esquerda de fortalecer-se neste ambiente. Ocorria nesse esquema o controle do reajuste salarial¹⁸ afim de impulsionar seu projeto econômico, regulando a inflação e as contas do governo às custas dos rendimentos dos trabalhadores (MACARINI, 2005, 2006).

O corporativismo foi um instrumento importante do controle ditatorial sobre os trabalhadores e sindicatos. O regime adotou medidas para que a filiação sindical fosse atrativa aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que criava novos sindicatos e comandava a troca dos seus presidentes. Não apenas a política de arrocho salarial, mas também o fim da estabilidade substituída pelo FGTS para os trabalhadores privados, a proibição de greves por motivos políticos ou por aumento de salários e o fim da participação de trabalhadores na direção de fundos de pensão públicos foram os mecanismos utilizados para supressão do poder político dos trabalhadores. Essas alterações acabaram também gerando um distanciamento do *locus* de reivindicação, antes envolvendo os patrões, os sindicatos e os tribunais do trabalho e, depois, concentrado na figura da administração federal, o que acabou criando uma pressão crescente por reivindicações não atendidas e que só poderiam ser contempladas através de uma representação mais democrática e ao mesmo tempo mais institucionalizada e mais próxima ao governo (SANTANA, 2008).

Com o processo de distensão do regime iniciado em 1974, grupos sociais dos mais diversos começaram lentamente a se mobilizar pelas mais variadas pautas. Como aponta Meneguello (1989) revelou-se nos anos 1970 um novo perfil de movimento social. Com os processos econômicos e políticos promovidos pelo regime e pela conjuntura internacional, como as transformações tecnológicas, de infraestrutura, burocracia e de relações de trabalho, houve uma ascensão de assalariados urbanos ligados a ocupações específicas, fruto da divisão do trabalho resultante destes processos. Esta “nova classe média urbana” começaria a exigir maior participação nos processos políticos para defender seus interesses, a natureza do modo de reivindicação seria através de associações autônomas, com pouca penetração institucional, embora organizadas. Este tipo de organização “fora do

¹⁸ Segundo dados do IPEA, o salario mínimo real entre abril de 1964 (início da ditadura) e outubro de 1973 (final do milagre econômico) teve redução de 40,8%. Fonte: IPEA <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M>

sistema” seria utilizada também por associações de bairro locais, de mulheres, o movimento estudantil e o movimento contra a carestia. A igreja, através de seus líderes mais progressistas, teria importante papel catalisador deste tipo de organização, provendo muitas vezes os locais de encontro bem como parcerias através das Comunidades Eclesiais de Base.

O processo de aceleração das demandas populares, no entanto, concentrou-se nos sindicatos. Os anos de arrocho salarial e o estudo do DIEESE apontando que o regime havia mascarado os índices de inflação de 1973 (que eram a medida utilizada para os aumentos salariais), deram início a um processo de negociação com o governo por parte dos metalúrgicos do ABC, eminentemente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo presidido por Lula, para que houvesse a correta reposição salarial no ano de 1977. A falta de acordo entre as partes fez com que no ano seguinte, 1978, eclodissem greves de metalúrgicos de diversas companhias.

Entre 1978 e 1980 o país assistiria a diversas greves e, embora suas reivindicações tenham sido apenas parcialmente contempladas, a mobilização teve saldos importantes para os movimentos sociais da época. O movimento grevista havia despertado o sentimento de contestação e de sua possibilidade frente ao regime, “contagiando” outros movimentos sociais e unindo suas pautas numa mais abrangente, que envolveriam direitos econômicos, sociais e políticos. Dada a centralização e autoritarismo do regime, o diagnóstico destas organizações era de que as demandas não poderiam ser feitas através dos sindicatos, por conta de seu escopo limitado a questões trabalhistas, ou mesmo pelos partidos políticos tradicionais pois o próprio sistema político tradicional não seria capaz de dar vazão às suas demandas ou mesmo de levá-las em consideração dado o funcionamento “de cima para baixo”. Diante desse ambiente hostil à resolução do conflito social pelos canais existentes, esses movimentos decidiram que a natureza da formação de representação de seus interesses teria que ser “de baixo para cima”, e com força institucional (MENEGUELLO, 1989).

Esta percepção da necessidade de construção de um *locus* de representação que escapasse do tradicional controle estatal e dos políticos tradicionais, mas que deveria participar politicamente na dimensão institucional, encontrou-se num momento em que o regime não apenas estava “distendendo” mas também, e por consequência deste fato, estava preparando a volta do pluripartidarismo. Entre 1978 e 1979, dada essa expectativa, ocorreram diversas discussões sobre a necessidade

de construir um partido que fosse representativo das classes populares e que as engajasse na disputa política. Esses setores rejeitavam, em primeiro lugar, a ideia de que era preciso manter uma unidade antiautoritária antes de se pensar na formação de novos partidos, posição do PC do B e do PCB que, proibidos de funcionar até 1985, operavam de dentro do PMDB. Em segundo lugar, eram contra a ideia de que era necessário se integrar ao MDB ou aos parlamentares e políticos com afinidade à formação de um partido tal, no intuito de garantir que o projeto não morresse antes de nascer, posição esta defendida por políticos peemedebistas como Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso. Estes debates se deram em jornais, sindicatos, revistas e encontros acadêmicos, e protagonizavam atores como os sindicalistas, a exemplo de Lula, intelectuais, como José Álvaro Moisés, Paul Singer e Francisco Weffort, e os movimentos da igreja católica. Esses atores, posteriormente, constituiriam a base intelectual e as lideranças do PT (MENEGUELLO, 1989).

O ano de 1979 foi crucial para a formação do PT. Em janeiro o 9º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado em Lins-SP, aprovou resolução que conclamava a criação do Partido dos Trabalhadores e que:

este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer (p.2)¹⁹.

Seguindo a resolução formou-se uma comissão nacional provisória que escreveria uma “Carta de Princípios”²⁰ do PT. Tal carta pretendia expor o caráter socialista do partido, bem como seu engajamento com a luta pela democracia, não apenas política, mas também social e econômica, entendendo-a enquanto antídoto para a manipulação dos trabalhadores. Sendo assim “o PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.”²¹

Tal carta foi distribuída nas comemorações do 1º de maio nas maiores cidades do Brasil para então se discutir a natureza do partido e registrá-lo já no final daquele

¹⁹Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf

²⁰ Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principioSDo-partido-dos-trabalhadores/>

²¹ Ibidem, p.5

mês. Membros de outras organizações sindicais e de movimentos sociais também empenhados na formação do PT criticaram a forma como a carta foi redigida, dando a impressão de que seria um partido dos sindicatos ou de seus líderes, bem como o tempo, muito adiantado, o que “preventivamente esvaziava qualquer outra iniciativa” (KECK, 2010, p.103). Em junho, outro encontro em Poços de Caldas-MG ratificaria os pontos abordados na carta original, mas dessa vez com corroboração de um grupo mais amplo e deixando em aberto o melhor momento para a fundação do partido.

Em outubro de 1979 as discussões sobre o lançamento do partido se acirraram e comissões locais iniciaram o trabalho de organização do partido. Em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, o partido foi lançado e uma comissão nacional provisória havia sido estabelecida. O manifesto de lançamento reforçava a ideia de um partido de massas, democrático em sua organização e feita por e para os trabalhadores²². Em seu programa destaca-se a independência e autonomia de organização partidária e sindical, a democratização política e restauração dos direitos civis, o aprofundamento dos direitos trabalhistas e uma política salarial de aumento real, a defesa dos direitos humanos, a expansão dos serviços públicos de caráter social e a defesa da reforma agrária²³.

Superada a discussão da criação do PT, seus membros teriam agora de organizar o partido. Tal missão seria de grande dificuldade por conta de dois motivos principais; o primeiro relaciona-se com os requisitos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1979 que, ao mesmo tempo em que possibilitava a criação de novos partidos, também exercia fundamental controle sobre a atividade e organização partidária e exigia uma logística e estrutura que apenas MDB e ARENA dispunham (e que, respectivamente, PMDB e PDS herdariam); o segundo motivo era reflexo da proposta política petista e da natureza dos grupos que o compunham, o de montar uma organização capaz de dar vazão a essa ânsia democrática e, portanto, ter uma organização democrática.

O primeiro desafio foi superado graças ao poder de mobilização que o partido dispunha nos movimentos sociais, e em 1980 o TSE deferiria sua inscrição. O segundo desafio, superar a “lei de ferro” de Michels da tendência à oligarquização, que por si já configuraria árdua tarefa, era agravada pela própria lei de 1979. Fato é

²²Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf

²³ Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-programa_0.pdf

que o PT se mostrou um partido único e inovador neste sentido, garantindo à sua base o poder de participar. Esta qualidade, no entanto, teria seu auge logo no início de vida do PT e apenas se deterioraria, qualitativamente falando. A próxima seção tratará destes aspectos.

2.3 A organização nos anos iniciais: o auge da democracia petista

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) de 1979 estabelecia de que modo os partidos deveriam requerer seu registro oficial. A primeira etapa consistia no requerimento junto ao tribunal eleitoral pelo reconhecimento provisório do partido. Para tanto era necessária a apresentação de documentação que comprovasse a existência de uma comissão provisória nacional, bem como comissões provisórias estaduais e municipais, além da publicação do manifesto partidário, estatuto e programa. Satisfeitos esses pontos o partido tinha então o prazo de 12 meses para realizar uma convenção nacional e estabelecer um diretório nacional, para tanto seria preciso realizar convenções em um quinto dos municípios de ao menos 9 estados, como é dado pelos artigos 9º e 12 da LOPP:

Art. 9º. [...] o Tribunal Superior Eleitoral concederá o prazo de 12 (doze) meses para que se organize o partido, comunicando tal decisão aos Tribunais Regionais Eleitorais, que dela cientificarão os Juízes Eleitorais.

Art. 12. O partido que, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, prevista no art. 9º, não tenha realizado convenções em pelo menos 9 (nove) Estados e em 1/5 (um quinto) dos respectivos Municípios, deixando de eleger, em convenção, o diretório nacional, terá sem efeito os atos preliminares praticados, independente de decisão judicial. (BRASIL, 1979)

Apesar das dificuldades impostas pela LOPP de 1979, claramente com intuito de fragmentar e dificultar a oposição ao regime, o PT se apoiaria em sua base e na potência de mobilização desta para encarar o desafio de oficializar o partido, que conseguiria em 1981 o registro definitivo. Grupos de esquerda, inclusive da luta armada como a Liberdade e Luta (Libelu), teriam papel fundamental na organização inicial do partido com panfletagens e recrutamento de militantes (MENEGUELLO, 1989).

Um desafio subsequente seria fazer o ordenamento interno do partido refletir a proposta política petista, qual seja a de que “Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior.”.²⁴ Tal proposta é um desafio, não apenas quando se consideram as dificuldades impostas pela própria natureza do ato de se organizar um mecanismo tão complexo quanto um partido nacional, em termos de burocratização e consequente oligarquização, mas também, especificamente no contexto brasileiro, devido à tradição de tutela do Estado sobre as normas que regem a organização dos partidos políticos. A LOPP de 1979 não é estranha à essa tradição, sendo as normas de organização descritas na lei tendendo à distribuição de recursos partidários e de poder de decisão sempre no sentido vertical de cima para baixo.

O PT constituiria, segundo Keck (2010), dois mecanismos principais no sentido de democratizar o processo intrapartidário de tomada de decisão e de estímulo à participação dos filiados em tal processo. O primeiro é a realização de uma “pré-convenção”, os encontros, nos níveis municipal, estadual e nacional. Dado que as convenções oficiais estavam sujeitas às normas da LOPP, que especificavam o modo de participação dos filiados, a realização da pré-convenção se dava no sentido de proporcionar poder de voz e de discussão aos filiados. Era nos encontros que ficavam acertadas as diretrizes e os delegados escolhidos, sendo que a convenção oficial tinha caráter formalista, de ratificar a decisão primeira.

O segundo mecanismo era a formação dos núcleos de bairro e setoriais, que funcionavam como a unidade basilar do partido. Sendo formado por poucos indivíduos, os núcleos tinham caráter consultivo com relação aos órgãos superiores do partido, mas compunham sua espinha dorsal no sentido de que eram o local de discussão primordial do partido para questões práticas e políticas, constituindo o próprio fazer democrático que o PT almejava. Os núcleos tiveram papel fundamental na fundação do partido, sendo através deles que o PT alcançaria a organização mínima requerida pela LOPP para o registro oficial, bem como foram responsáveis pelo crescimento do número de filiados, principalmente em São Paulo.²⁵

O modo de organização do partido, espelhando sua proposta política, acabou por conformar o PT enquanto um partido único no Brasil, um partido de massas

²⁴ “Carta de princípios do Partido dos Trabalhadores”, 1979. Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principioSDo-partido-dos-trabalhadores/>

²⁵ Sobre os núcleos de base ver: Keck (2010), p.149 – 155; Ribeiro (2010), p.247 – 252.

propriamente dito. Não dispondo de recursos parlamentares, ao menos no início, o PT, de forma exitosa, conseguiu mobilizar as bases sociais que tinham afinidade com seu projeto em torno da realização do partido. Segundo Keck:

Como o PT, os partidos social-democratas e trabalhistas cresceram em ambientes relativamente hostis e tiveram que mobilizar os recursos de que dispunham para superar o ostracismo. Seu recurso principal consistia precisamente nos seus membros, cujas atividades contribuíram em muito para moldar tanto a imagem que a sociedade faz do partido quanto sua configuração interna. (2010, p.159)

A força do PT para se estabelecer enquanto instituição oficial e enquanto agente político nos anos iniciais, assim como foi o caso dos partidos social-democratas, veio debaixo, dos trabalhadores, sindicatos, pastorais, associações de mulheres e de bairros. A exemplo dos social-democratas europeus, no entanto, a “profissionalização” do partido invariavelmente definiria a importância das bases na composição de forças internas do partido, formando um sistema de retroalimentação.

Durante o restante dos anos 1980 e 1990 os núcleos passaram de ser a estrela definidora do PT para uma posição secundária, existindo formalmente mas sem a mesma função democratizadora. Ribeiro (2010) aponta que a cooptação e disputa das tendências pelo controle dos núcleos, a falta de recursos e infraestrutura bem como sua instrumentalização político-eleitoral causaram a ruína de “uma experiência tão promissora” (p.250). O declínio dos núcleos era reflexo das transformações pelas quais o PT passaria com suas experiências eleitorais e em seus posicionamentos frente à política nacional na década de 1980.

2.4 Definindo o sentido da marcha petista

As eleições de 1982 traziam a possibilidade dos eleitores escolherem de forma irrestrita os governadores de estado pela primeira vez desde 1960. A proibição da realização de coligações e a obrigatoriedade do voto vinculado de todos os cargos ao mesmo partido fizeram com que PMDB e PDS concentrassem o embate, numa continuidade daquele entre ARENA e MDB. Isso fez com que os outros partidos recém criados invariavelmente perdessem a possibilidade de se tornarem protagonistas. Destes, apenas o PDT, na esteira do capital político de Brizola, elegeria um senador e um governador (o próprio Brizola), ambos no Rio de Janeiro. Para a câmara o PDS

conquistaria 235 cadeiras (49%), o PMDB 200 (41,7%), PDT 23 (4,8%), PTB 13 (2,7%) e o PT 8 (1,6%)²⁶, sendo que 6 destes foram eleitos por São Paulo, onde o partido tinha maior base.

O discurso eleitoral petista para as eleições de 1982 caracterizou-se pelo classismo. A ideia era apresentar o PT como um partido inovador no cenário político, democrático, mas principalmente como o representante legítimo das classes subordinadas. “Trabalhador vota em trabalhador” era apenas um dos slogans que refletiam tal estratégia. Isso contribuiria para a formação de uma imagem sectarista do partido na opinião pública e nos adversários, além de um teor anti-sistema²⁷, devido ao discurso de novidade, que é diferente de todas as outras forças preocupadas apenas consigo mesmas. “Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço.”²⁸

Sendo essa a sua primeira eleição, o partido usou o período para se estabelecer, tanto do ponto de vista organizacional, através de sua militância Brasil a fora formando os diretórios através das convenções, quanto do ponto de vista político, de marcar uma posição no novo sistema partidário, como pode ser visto nos objetivos do partido para as eleições de 1982²⁹:

1- Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

2- Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores;

3- Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc.) e, para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

²⁶ Dados do TSE. Os percentuais foram arredondados.

²⁷ Cf. RIBEIRO, Pedro José Floriano. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. **Política & sociedade**, v. 2, n. 3, p. 45-70, 2003.

²⁸ “Carta eleitoral do Partido dos Trabalhadores”. Documento aprovado no Segundo Encontro Nacional de 1982. Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/acervo/documentoSDo-pt/encontros-nacionais/1982/Carta-Eleitoral-do-PT.pdf>

²⁹ Ibidem

4- Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apóiam direta ou indiretamente. Denunciar, durante a campanha, as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo.

[...] O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento de sua estrutura orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior.

Na época concorriam as ideias de, por um lado, levar a cabo uma estratégia eleitoral tendo em vista a vitória de cargos públicos e, de outro lado, colocar a vitória eleitoral em um segundo plano, resguardando o partido de desvios em seu percurso a favor dos ganhos eleitorais:

As eleições representam, portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final, que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o Partido de seus objetivos programáticos.³⁰

Apesar dessa desconfiança do papel das eleições, os maus resultados do pleito abalaram fortemente os ânimos dos militantes e serviram de pretexto para a revisão da estratégia petista. Se o partido tem a missão de “construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores” e aceita as regras do jogo institucional, deve, logicamente, tratar de ganhar cargos públicos através das eleições para a consecução de tal estratégia. Esta lógica, no entanto, ainda que tivesse de fato moderado o discurso classista nos anos 1980, foi objeto de disputas internas que analisaremos na seção seguinte.

Entre 1983 e 1984 a campanha das Diretas Já proporcionou ao partido a retomada da estratégia de tentar crescer pela mobilização social, já que o investimento nas eleições não havia dado os frutos esperados. Os comícios das diretas colocaram os líderes petistas, em particular Lula, nos holofotes em união ao grande PMDB com vistas a um projeto que tinha grande apoio popular. Quando a emenda das diretas não prosseguiu no congresso, o PMDB focou esforços na construção de uma frente que colocaria Tancredo Neves como candidato opositor no colégio eleitoral, contra Paulo Maluf representando as forças do

³⁰ Ibidem

regime autoritário. O PT divergiu, preferia continuar com a campanha e, na eleição indireta para presidente, se absteu da votação pois discordava da visão de que havia apenas duas possibilidades, do embate entre as forças tradicionais e os políticos de sempre. Dentro do partido a decisão de não participar no colégio eleitoral acabou criando discordâncias que resultaram na saída de três deputados federais, que acabaram por votar em Tancredo, bem como um deputado estadual.

Após a eleição indireta em janeiro de 1985, a posse provisória de Sarney em março, e a morte de Tancredo em abril, as atenções se voltavam às eleições municipais em novembro. O PT, que havia ganho certo prestígio público através de sua capacidade de mobilização exibida durante a campanha das diretas, contou com o fato de que em muitas cidades o PMDB não era mais visto como a oposição, o que faria o partido ter um expressivo aumento de desempenho. Além do fator conjuntural, “os líderes do PT atribuíram o sucesso eleitoral em parte à mudança do tom da campanha: o partido aparecia mais aberto, menos sectário, misturando o humor à sua mensagem programática.” (KECK, 2010, p.217). Outro fator importante de mudança foi o perfil dos candidatos petistas, que passaram de majoritariamente operários e sindicalistas, a serem profissionais liberais e funcionários públicos de classe média.

O desempenho das eleições de 1985 foram importantes não pelo ganho de cargos, já que o PT conquistaria apenas a prefeitura de Fortaleza nas capitais, mas pela demonstração de que poderia ser uma força considerável não apenas no plano das mobilizações sociais, mas também no plano do poder institucional, já que o partido havia participado de disputas acirradas em importantes cidades e se estabelecido como um polo político estruturador da disputa. Após o relativo êxito de 1985 o PT tinha agora a experiência para replicar a estratégia nas eleições de 1986, que escolheriam os parlamentares constituintes. Tal estratégia consistia na mobilização de seus militantes e das organizações sociais simpáticas ao partido, como as CEBs e os sindicatos, conjugados a uma mensagem menos sectarista e mais aberta.

O partido elegeu, em 1986, 16 deputados, sendo que Lula seria o deputado mais votado nestas eleições com cerca de 650 mil votos por São Paulo. O partido participaria do processo constitucional apoiando a presença de diversos setores sociais marginalizados na construção da institucionalidade brasileira através das emendas populares, e propondo emendas relativas à reforma agrária, redução da

jornada de trabalho e direitos humanos (DE HOLANDA, 2011). Seu poder político, no entanto, era bastante limitado, o que fez com que várias propostas petistas, que também eram vistas como radicais, não entrassem na Carta Magna. Em consequência o partido apresentaria sua própria versão da constituição e decidiria votar contrariamente à versão apresentada oficialmente pelo relator.

Em 2013, numa cerimônia em comemoração aos 25 anos da constituição, Lula diria:

Se o nosso regimento fosse aprovado a nossa Constituição certamente seria ingovernável porque nós éramos muito duros na queda e nós éramos muito exigentes. (...)

Como o PT tinha um projeto de Constituição, nós votamos contra o projeto apresentado pelo nosso querido relator e depois nós assinamos a Constituição. Nós votamos contra porque queríamos o mais radical, queríamos uma coisa mais forte, que não foi possível porque só tínhamos 16 deputados.³¹

Esse posicionamento tinha origem na visão do partido que era balizado, segundo Meneguello (1989), pelos diversos embates entre as bases partidárias, eminentemente entre dois grupos. O primeiro, mais à esquerda, rejeitava os pressupostos democráticos enquanto caminho ao socialismo, conhecidos como “xiitas”. O segundo era o PT *light*, mais moderados, formado por líderes sindicais (incluindo Lula) e políticos independentes principalmente agrupados na tendência “Articulação”, “que colocavam a democracia como valor inquestionável” (p.200). O documento “Plano de ação política e organizativa”, aprovado no 4º Encontro Nacional do PT, em 1986, evidenciaria não apenas o grupo que naquele momento era mais proeminente, mas também dava pistas sobre qual democracia era vicejada:

Nos governos do PT, nosso objetivo central é a democracia, que significa concretamente a liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores, a não repressão, o fim da utilização do Estado e da Administração para o controle e a cooptação dos movimentos sociais. Acreditamos que só a organização autônoma e independente dos trabalhadores, com acesso às informações, permitirá ao governo enfrentar as pressões que lhes serão opostas e realizar mudanças econômicas e sociais.

O conceito de democracia petista, em conjunto com seu entendimento de socialismo, rechaçava uma ideia leninista de partido único organizador da luta dos

³¹ Ver: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/10/solenidade-comemora-os-25-anoSDa-constituicao-brasileira.html>

trabalhadores, mas não definia com clareza sua alternativa. Também era contrário ao corporativismo característico do trabalhismo varguista, sendo essa uma das bases da crítica petista ao PDT de Leonel Brizola. Essa democracia petista, de caráter liberal, e a ideia de que era preciso ocupar as instituições democráticas para fazer as mudanças políticas propostas levava à indagação das alianças eleitorais, do qual o mesmo documento trata:

Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de conquistas imediatas das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, sim, acordos itemizados e delimitados com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final.

Tal posicionamento seria a base para o partido, no primeiro turno da eleição presidencial de 1989, construir a Frente Brasil Popular, com o PC do B e o PSB, e, no segundo turno, angariar o apoio do PDT de Brizola e do PSDB, do então candidato Mário Covas. Esta eleição, cheia de especificidades, foi crucial para o PT afirmar-se enquanto viável postulante à cadeira presidencial nos próximos anos e retroalimentar a estratégia de abertura ideológica.

O desempenho de Lula em 1989, bem como o de Collor, foi possível graças ao sentimento generalizado de descrédito da população para com a política tradicional. Um ano antes, nas eleições de 1988, esse fator já havia rendido ao PT a prefeitura de São Paulo, com Erundina, e mais outros 30 municípios. Eminentemente o fracasso na condução econômica por parte do governo Sarney havia pavimentado o caminho para *outsiders* e posicionamentos mais centrífugos, como o do PT. Vale lembrar também o maciço engajamento da militância petista, que havia levado cerca de 6 milhões de pessoas nos diversos comícios no decorrer das eleições, bem como a arregimentação de 2 milhões de voluntários de campanha (RIBEIRO, 2008, p.112-113).

O programa do partido para estas eleições, segundo Amaral (2003), ainda que não deixasse claro os conceitos de democracia e de socialismo, demonstrava nitidamente a sobreposição da visão de que o socialismo deveria ser pautado pela construção institucional democrática, não indicando uma opção petista pelo processo de ruptura e revolução violenta. A disputa interna que balizava estas questões ajudou

a construir a identidade petista. Veremos a seguir os momentos paradigmáticos desta dinâmica.

2.5 As crises internas: os embates entre a esquerda e a direita no partido

O PT, por conta de sua formação baseada na confluência de diversos movimentos sociais, sempre foi formado por “frações” (SARTORI, 1982) que proviam uma dinâmica ativa à vida intrapartidária petista. As “tendências”, como são conhecidas, tiveram papel crucial na formação do caráter petista. A disputa pelo poder interno se deu basicamente pela oposição de preferências com relação ao papel do partido e sua estratégia na arena social e política. De um lado havia aqueles que pautavam pela unidade interna do partido, o compromisso com a democracia liberal, a busca por alianças políticas amplas e a preferência pela combinação da luta social com a luta institucional. De outro lado havia uma preferência pela ação política através dos movimentos sociais, uma rejeição de concessões ideológicas com vistas ao cultivo de alianças eleitorais, e a ausência do compromisso com a institucionalidade liberal e a democracia representativa. (LACERDA, 2002; AMARAL, 2010a).

Essa disputa intrapartidária se deu eminentemente entre a tendência mais moderada *Articulação*, que tinha Lula como membro e constituía a maior tendência do partido, e as tendências de esquerda como *O Trabalho, Democracia Socialista* e *Convergência Socialista*. Esta última sairia do PT em 1992 e, junto com outros descontentes, fundaria o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

A disputa se dava de forma aguda através dos processos eleitorais para escolha dos dirigentes partidários. Até 2001 o processo eleitoral interno pautava-se pelos Encontros, onde os filiados a nível municipal formavam o Encontro Municipal que escolhia delegados para o Encontro Estadual e este para o Encontro Nacional. Nos Encontros era escolhido, de forma majoritária, o presidente do respectivo nível organizacional, e de forma proporcional os diretórios. Os diretórios então escolhiam as comissões executivas de forma majoritária, o que colocava a *Articulação* em posição privilegiada dado o seu poder interno, fazendo com que o grupo que a compunha, e que posteriormente formaria a tendência Campo Majoritário e

Construindo um Novo Brasil, tivesse o controle do partido, com exceção do período 1993-1995.

A questão da implantação da proporcionalidade na escolha das comissões executivas perpassava pela natureza da disputa entre a Articulação e as tendências de esquerda. Segundo Ribeiro (2010), a Articulação, tendo como motivação a busca de uma unidade partidária mínima para a consecução dos projetos petistas pela via institucional, era a princípio contrária à implantação da proporcionalidade. A Articulação, no entanto, negociou com as tendências de esquerda o mecanismo de proporcionalidade em troca de uma regulamentação das tendências, sendo que para serem aprovadas e não sofrerem sanções, as tendências deveriam se comprometer a seguir o programa petista e agir apenas no interior do partido, coibindo práticas divisionistas balizadas por visões políticas estranhas aos entendimentos mais consolidados do partido, forçando uma diluição orgânica delas³². A regulamentação das tendências foi posta em prática em 1990 a partir de uma resolução de 1987. Para entender a influência das mudanças internas no caráter petista é preciso analisá-las em conjunto com os estímulos exógenos.

Com a vitória de Collor em 1989 os petistas teriam pela frente mais um processo de construção da mobilização e estratégia necessárias para a próxima disputa presidencial em 1994. Tal processo, no entanto, se encontraria com uma crise decisória no interior do partido, com vários episódios concorrendo negativamente nas disputas intrapartidárias. Um desses episódios, de natureza conjuntural, foi o fracasso do governo Collor. Parte dos grupos mais à esquerda do partido propuseram que o PT se mobilizasse em torno da pauta de *impeachment*, a direção, no entanto, entendia que era cedo para tal movimentação, argumentando que haveria risco de uma quebra institucional e a ameaça à campanha de Lula para 1994. Somente após a instalação da CPI e a apresentação de inúmeras provas de corrupção do governo o PT se posicionaria a favor do impedimento, o que acabou desgastando a imagem da direção para com a base por conta de sua letargia. (RIBEIRO, 2010).

³² Para uma descrição mais detalhada ver: Partido dos Trabalhadores. Regulamentação das Tendências Internas. Anexo do 5º EN. 1987. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-anexo.pdf>

A queda da URSS se tornaria um *desafio ambiental* (PANEBIANCO, 2005) que também provocaria grandes embates no interior do partido, evidenciando a disputa das facções internas. Segundo Ribeiro (2010), ainda que a posição oficial do partido sempre tenha sido a defesa da democracia e o repúdio a sistemas repressivos, alguns grupos intrapartidários tinham certa estima pela experiência soviética, o que levou a conflitos dentro da própria Articulação na tomada de posição do partido com relação a essa questão.

De modo geral a “morte do socialismo” afetaria a esquerda, como um todo, permanentemente. No caso do PT este evento serviria para, no curto prazo, reafirmar sua posição de forma negativa, repudiando o autoritarismo e centralização de um leninismo, bem como a rejeição da SD que apresentava “nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo”³³, ao passo que, mais uma vez, não definia de forma positiva o que seriam o socialismo e a democracia petistas. No longo prazo a queda do regime socialista soviético arrefeceria o caráter esquerdista do PT, ainda que a crítica ao capitalismo e a intenção de sua superação estivessem formalmente presentes em seus documentos³⁴.

Outro aspecto que impactaria o partido, e que contribuiu para a crise na direção, seria a experimentação paulatina do poder. Os petistas eleitos e os grupos intrapartidários a eles ligados demandavam maior flexibilidade na construção de alianças, tanto para poder governar (no caso dos prefeitos), quanto para ter alguma influência no processo decisório (no caso dos deputados), enquanto que os grupos mais à esquerda, ligados eminentemente à base do partido, acreditavam que as concessões políticas desviariam o PT de sua missão.

³³ Trecho do documento “O Socialismo Petista” (1990) VII EN. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-osocialismopetista.pdf>

³⁴ Veja, por exemplo, o item 12 da “Resolução sobre Situação Internacional”, aprovado no 6º Congresso Nacional em 2017:

(cont.) “O mundo caminha para o aumento acelerado dos conflitos entre o imperialismo e os países dependentes, entre os super-ricos e uma crescente maioria empobrecida. Por isso mesmo, a dinâmica atual do capitalismo é cada vez mais autoritária e incorpora, de modo crescente e permanente, ameaças às liberdades democráticas. As políticas de superausteridade esvaziam os regimes de bem-estar social e impõem novas formas de exclusão social e aumento acelerado da desigualdade. Esse mundo não pode ser compreendido e nem superado, se não empreendermos a crítica radical do capitalismo e a defesa do socialismo democrático, recolocando essa perspectiva como motor de nossas ações.”

Estas *pressões ambientais* causaram uma crise no partido pois, ainda que os processos decisórios intrapartidários sempre estiveram fragmentados, a tendência “Articulação”, que vinha sendo majoritária desde 1983, controlando as comissões e os diretórios, via-se diante de uma gestão mais heterogênea, onde os grupos mais à esquerda compartilhavam do poder. Além disso a própria Articulação estava dividida com relação a essas pressões externas, o que não ajudou nas eleições do 6º Diretório Nacional, em 1993, onde a chapa de esquerda ganharia o maior número de cadeiras.

A então gestão de esquerda, dividida entre vários grupos pouco coesos, faria com que a estratégia para as eleições de 1994 reafirmasse a intenção socialista do PT, porém com palavras de ordem demais e soluções práticas de menos. A recusa da direção de fazer alianças ao centro e de construir o programa conjuntamente aos parceiros da coligação (PCB, PC do B, PSB, PPS, PV e PSTU) rendeu críticas de importantes setores partidários, como nota Ribeiro:

O Programa de Governo da candidatura Lula também suscitou diversas críticas à coalizão que comandava o PT. Diversos intelectuais ligados ao petismo engrossaram o coro das alas moderadas contra o “radicalismo estéril” do programa, a desconexão entre um socialismo difuso e propostas de governo etc. Lideranças da Articulação, como Aloizio Mercadante, e intelectuais ligados ao partido, como Francisco de Oliveira, também atacavam publicamente a direção nacional por resistir em ampliar as alianças de Lula. (2010, p.198)

O PT estava confortavelmente à frente na disputa pela presidência, discutia-se uma aliança com o PSDB e setores do PMDB, “nessa ótica, a recusa em avançar nas negociações com o PSDB estaria empurrando os tucanos para uma aliança com a direita, especialmente o PFL.” (p.198). Em maio de 1994 o 9º EN deixaria clara a intenção da direção partidária de não tecer alianças fora do espectro mais à esquerda.

Como nota Amaral (2003) a campanha pode ser dividida entre pré-julho, onde Lula teria considerável vantagem nas intenções de voto, deixando vários setores petistas convencidos da vitória, e pós-julho, onde o sucesso do Plano Real alavancaria Fernando Henrique Cardoso à cadeira presidencial ainda no primeiro turno. O PSDB formaria uma coligação com o PFL que:

(...) forneceu ao candidato tucano maior penetração no interior do país, enfraqueceu a candidatura peemedebista de Orestes Quécia e dificultou o lançamento de um candidato de peso situado exclusivamente no campo da direita. (AMARAL, 2003, p.108-109).

O resultado foi acachapante para o partido, da vitória certa para a derrota ainda no primeiro turno. Tal cenário foi terreno muito favorável para a Articulação tecer críticas contundentes à direção do partido. A mais utilizada seria sobre a incapacidade da direção de reagir aos efeitos positivos do plano real na economia e na opinião pública. O PT havia se posicionado contrário às medidas propostas por FHC e seu time de economistas, o sucesso do plano e a falta de alternativas a ele por parte do PT fez com que a campanha de Lula desfalecesse. Tal fracasso permitiria a volta da Articulação ao comando do PT e a uma mudança radical na relação de forças dentro partido.

2.6 O caminho do poder: construindo a aptidão petista para eleger e governar.

O 10º EN foi marcado pela volta da Articulação ao controle do partido onde, aliando-se à Democracia Radical, do Deputado Federal José Genoíno, criaria o conhecido Campo Majoritário, que realizaria profundas mudanças no partido. O também Deputado Federal José Dirceu (Articulação) seria eleito presidente do partido na conturbada convenção de agosto de 1995. O coordenador de campanha de Lula em 1989 César Benjamim, do grupo concorrente a Dirceu, revelaria em tom acusatório que ele havia recebido 478 mil reais em doações (legais) da empreiteira Norberto Odebrecht para a campanha ao governo do estado de São Paulo um ano antes,

Como resposta, o deputado federal José Genoíno afirmou que o PT só conseguiria viabilizar-se eleitoralmente se atuasse nos marcos do que a legislação permitia. Rompia-se o tabu das doações de grandes empresas ao PT (RIBEIRO, 2010, p.105).

Um mês depois, em setembro, o Campo Majoritário rejeitaria os nomes da indicação da chapa de esquerda aos cargos a que ela teria direito. Após o veto da indicação de Arlindo Chinaglia para a secretaria geral, a composição da esquerda retirou-se das negociações. As intenções do Campo Majoritário estavam se materializando. Em prol da competitividade eleitoral defendiam a necessidade de certa unidade e de prover discricionariedade à direção. José Dirceu diria: “O partido vai sair do 'internismo', das lutas internas, e vai para a sociedade. Vai buscar a política de

alianças, procurar o petista que é só eleitor, que não é militante".³⁵ Até o final da década este estilo de gestão proveria três importantes mudanças ao partido.

A primeira grande mudança vem das consequências da “modernização das campanhas eleitorais” (RIBEIRO, 2010, p.109), quando o partido começaria a contratar profissionais especializados para realizar suas campanhas, que antes eram pautadas pela mobilização de voluntários e pela agitação dos militantes. Isto implicaria numa mudança, no curto prazo, da iconografia da campanha petista de modo a apresentar Lula de modo mais “palatável” à grande parte da população, abandonando de vez palavras de ordem classistas e apresentando-se como dirigente capaz de lidar com os problemas complexos do país, resultando numa acentuada moderação do discurso. No longo prazo, por conta do partido não mais apoiar-se de forma proeminente nas suas bases, ocorre um definhamento de sua capacidade de mobilização social. Ainda que o PT tenha, até 2019 ao menos, a maior taxa de identificação partidária³⁶, sua militância nunca teria a mesma importância que teve até a campanha de 1994.

A segunda grande mudança se dá no campo organizacional. A centralização do aparelho de imprensa petista, o processo de ganho de discricionariedade da executiva nacional, a diminuição do poder dos diretórios, a profissionalização da burocracia partidária, em suma, a proeminência dos aparelhos executivos num cenário de centralização de poder em detrimento das instâncias deliberativas era um fenômeno que já vinha ocorrendo no interior do partido desde os anos 1980, mas que ganharia força a partir de 1995 e, em conjunto com o fim do tabu das doações de empresas, faria com que a Articulação/Campo Majoritário impusesse uma *profissionalização* ao partido (PANEBIANCO, 2005).

A terceira grande mudança se dá nas políticas de aliança eleitoral, onde o PT estaria agora disposto a ceder em aspectos estratégicos em prol do apoio de outros partidos. Já em 1998 o PT abriria mão da disputa direta pelo governo do Rio de Janeiro com Benedita da Silva, que seria então candidata a vice com Anthony Garotinho (PDT) como cabeça de chapa. Tal acordo possibilitou a construção da coligação União do

³⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/18/brasil/25.html>

³⁶ 14% do eleitorado identifica-se com o PT, segundo pesquisa Datafolha de abril de 2019. Ver: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/04/08/574c277a171a64f166dee28d083f08cfab2.pdf>

Povo Muda Brasil, que teria Lula candidato a presidente e Leonel Brizola como candidato a vice. O programa, como nota Amaral (2003), ainda que tivesse predominância do PT, pela primeira vez havia sido construído em conjunto com os partidos da coligação, e colocava proposições administrativas e a aptidão para um eventual governo em destaque, num claro esforço da oposição ao contexto do governo FHC.

Na esteira dessa opção pela ênfase na credibilidade e capacidade administrativa, o partido abandonou temas mais ideológicos, como o socialismo, que não é mencionado em nenhum momento no programa de 1998. (...) Questões polêmicas, como a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e a estatização de bancos, defendidas em 1989, também somem. Ganham importância, naquele contexto, temas como a inclusão social e o crescimento econômico, apresentados como objetivos em si, completamente desvinculados de um horizonte socialista. (p.152)

Ainda que as eleições de 1998 tenham sido as primeiras do PT sob a direção mais centralizada, a derrota para Fernando Henrique Cardoso ocorreu no primeiro turno. A avaliação da cúpula era de que, mesmo tendo o PT simplificado o programa de forma a tornar a campanha mais inteligível às grandes massas, e focado nas questões de desempenho econômico e capacidade de administração, não haviam elementos que mostrassem a alternativa petista ao que FHC já fazia com relação a essas áreas. Devemos também considerar que tais mudanças, em torno de uma máquina mais especializada para a competição eleitoral e que tem uma disputa intrapartidária de visões ainda ativa, não se faz do dia para noite. Tal processo seria paulatino, e a derrota de 1998 serviria para que quatro anos depois o PT quebrasse provavelmente o maior tabu até então, aliar-se a partidos “do lado de lá” do espectro político.

2.7 A concertação: a aposta nas eleições de 2002 e a chegada ao poder

Em 2001 o Campo Majoritário consolidaria as mudanças em curso desde meados dos anos 1990. A grande mudança estaria no seu sistema eleitoral, com a realização do primeiro Processo de Eleições Diretas (PED), onde os dirigentes partidários de todos os níveis da organização seriam escolhidos através da votação dos filiados de forma direta, o que havia sido aprovado em 1999, no 2º Congresso do PT.

Amaral (2013) nota que o PED acabou sendo um tipo de resposta do PT ao fenômeno de desconfiança do eleitorado para com os partidos políticos e da perda estrutural generalizada da capacidade dos partidos de mobilizar a sociedade e de ser um canal de comunicação entre os cidadãos e o Estado. Ao fornecer um mecanismo de participação tal qual o PED, o PT, em conjunto com as transformações dos anos anteriores, como o esvaziamento dos Núcleos de Base e sua relativa desideologização, tiveram um efeito de alargamento da base petista, provendo maior participação, mas também acabaram reduzindo a intensidade da militância petista.

O PED, embora seja um mecanismo com alto potencial “poliarquizador”, acabou se transformando, como argumenta Ribeiro (2010), num aparelho que consolidaria a direção nas mãos do Campo Majoritário. O afrouxamento dos requisitos de filiação, tornando a base de filiados “menos ideológica”, o esvaziamento dos ENs de suas atribuições eleitorais, as práticas clientelistas nas eleições, em conjunto com a tática do Campo Majoritário de cooptar lideranças da esquerda do partido, que vinha ocorrendo desde os anos 1990, acabaram por transformar um mecanismo potencialmente democrático, num de manutenção do *establishment* partidário.

A discricionariedade da direção seria crucial nas eleições de 2002 para uma tática muito mais agressiva no sentido eleitoral, o que acabaria por se tornar uma espécie de aposta. Após ser o 2º colocado nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 o PT via o pleito de 2002 como o “agora ou nunca”³⁷, tendo o partido, a pedido de Lula, viabilizado a contratação de Duda Mendonça, famoso publicitário ligado às campanhas de Maluf e que era visto com grande desconfiança pela esquerda petista. A campanha de 2002

foi a mais bem estruturada da história petista: uma grande e profissionalizada estrutura, com uma extensa rede de apoio nos estados (jornalistas, assessores de imprensa etc.), programas de televisão sofisticados, centenas de pesquisas qualitativas e quantitativas etc. Os profissionais tomaram o lugar da militância, da mesma forma que o HGPE delegou aos comícios uma função acessória – gerar imagens empolgantes para a televisão. (RIBEIRO, 2010, p.119)

O auge da profissionalização das campanhas, no entanto, não seria a questão proeminente na transformação petista para 2002. As resoluções do 12º Encontro

³⁷ “PT concede quase tudo para “última cartada” de seu líder”. FSP, 6 de outubro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0610200213.htm>

Nacional dariam a tônica do processo de construção de alianças para 2002. Na seção “As eleições de 2002 e a política de alianças do PT” das resoluções aprovadas lê-se:

A disputa de 2002 já começou. Nosso maior desafio é construir uma candidatura e um programa de governo que possam viabilizar um novo governo para o Brasil, com uma nova maioria parlamentar, que sustente as grandes mudanças históricas. Nosso objetivo deve ser o de construir uma aliança ampla, com forças políticas de esquerda e de centro que estejam em oposição ao governo FHC e às políticas neoliberais e que concordem com um programa alternativo, capaz de superar os impasses políticos, econômicos e sociais com os quais o país se defronta.

Fica evidente a preocupação não apenas com a vitória nas eleições, mas também com a governabilidade, a saída seria a construção de alianças eleitorais que possibilitariam não apenas o apoio nos redutos estaduais, mas também uma coalizão capaz de prover, para um hipotético governo petista, a força para promover as mudanças desejadas no país. O diagnóstico petista de que a visão de setores industriais, agropecuários e financeiros de que um eventual governo Lula traria “fantasmas” como o calote da dívida pública, a nacionalização de indústrias, a expropriação massiva de propriedades para a reforma agrária, temas que deixaram a retórica petista já na década anterior, bem como o descontrole das finanças públicas, faria premente a mobilização do PT no sentido de mostrar seu compromisso com a estabilidade do sistema vigente.

O primeiro passo nesse sentido seria a definição do candidato a vice de Lula. Em março de 2002 o Diretório Nacional aprovaria, após ultimato de Lula nesse sentido, a indicação de José Alencar, do centro-direitista PL. Ficou também acertado que setores do PMDB que faziam oposição a FHC seriam incorporados à aliança.

O PL foi apenas o primeiro passo. Logo vieram apoios que obrigaram Lula a formular, sem maiores constrangimentos, uma versão petista do “esqueçam o que escrevi” que assombrou FHC. O sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, que na acusação mais leve era “pelego”, foi peça-chave na união com o PL; Orestes Quércia, “ex-ladrão de pipoca”, virou “companheiro”; José Sarney, anteriormente um “grileiro” e “administrador medíocre”, tornou-se avalista da candidatura. Pazes foram feitas com a Igreja Universal, para quem Lula já foi o Diabo.³⁸

Termos como “equilíbrio fiscal”, “respeito aos contratos”, “preservar o superávit primário” e “combate à inflação” rechearam a “Carta ao Povo Brasileiro”, divulgado em junho de 2002. A carta era publicada num contexto onde a força de Lula nas eleições

³⁸ ibidem

crecia e, coincidentemente ou não, os indicadores financeiros estavam piorando com o rebaixamento da nota dos papéis da dívida, o aumento do dólar e a queda da bolsa de valores. A carta serviria para acalmar os temores com um eventual governo petista, afirmando o compromisso de Lula com a responsabilidade financeira e o equilíbrio econômico do país. Segundo Singer (2010), a carta acabaria por ser não apenas uma manobra conjuntural para acalmar os ânimos do capital, no intuito de assegurar a vitória eleitoral e a governabilidade nos primeiros meses, mas seria a confirmação de “um segundo sistema de crenças, que passaria a residir definitivamente dentro do peito do partido, lado a lado com o que o havia precedido” (p.105).

Amaral (2010a), analisando os documentos elaborados pelas chapas que concorreram ao DN do partido nos PEDs de 2001, 2005, 2007 e 2009, conclui que, após a chegada do PT à presidência, as disputas internas passaram a se balizar eminentemente não mais entre a preferência da ação junto aos movimentos sociais e uma ação social combinada à institucional, mas colocaram o tema da avaliação da política econômica do governo no centro do debate, fazendo com que as questões estruturantes se voltassem para a relação governo/partido. A política de alianças e a ação social/institucional ainda seriam temas de discussão, mas não a clivagem principal.

Analisando as teses concorrentes a partir do PED 2015 podemos notar que a questão da organização do processo eleitoral volta a ser discutida com mais força. Em 2017 o PED não mais previa a escolha dos dirigentes estaduais e nacionais de forma direta, sendo um sistema híbrido, onde apenas as instâncias municipais eram escolhidas diretamente. As críticas provenientes dos setores de esquerda sobre o processo eleitoral relacionam-se com a dificuldade de representação de tendências minoritárias no âmbito nacional, dado que o número de delegados no Congresso Nacional passou de 800 para 600 em 2017³⁹, fazendo com que efetivamente seja necessário um número maior de votos para eleger um delegado, o que acabaria sendo revertido no ano de 2019. Em 2017 a DN chegou a anunciar um plebiscito para

³⁹ Os debates na imprensa do partido mostram alguns dos mecanismos que são alvos de críticas, como o artigo do ex-deputado federal e dirigente partidário Gilney Viana: <https://pt.org.br/gilney-viana-ped-o-que-era-ruim-ficou-pior/>

definição do futuro do PED no ano de 2019⁴⁰, mas a discussão sobre o formato da consulta foi sendo postergada e ao final adiada para 2021 apenas⁴¹.

As pressões relativas aos métodos eleitorais sempre estiveram presentes de alguma maneira, mas as recentes críticas podem estar relacionadas às crises vivenciadas pelo partido na arena do governo com relação aos casos de corrupção da Lava Jato e do aprofundamento de políticas liberais e perda do apoio parlamentar no segundo governo Dilma, o que acaba inspirando objeções sobre a discricionariedade e os mecanismos de responsividade e *accountability* da direção do partido e de seus grupos políticos presentes no governo.

2.8 Conclusões parciais

O objetivo deste capítulo foi o de apresentar a trajetória do partido, desde sua formação até a chegada ao governo federal. A fundação do PT balizou sua conformação como um partido de massas, formado eminentemente pelas reivindicações sindicalistas e dos movimentos sociais pela democracia e por um socialismo *à la* PT, rejeitando o autoritarismo de formulações ortodoxas bem como a conivência da social-democracia com a burguesia e o capitalismo.

O sentido da evolução do caráter petista mostrou um arrefecimento dos posicionamentos mais ideológicos à medida que o partido se deparava com a necessidade de ganhar eleições e de governar, que fizeram tabus como a aliança de classes paulatinamente ficarem para trás. É certo que a vitória em 2002 e o período no governo acabaram por consolidar as mudanças pelas quais o partido passou até então, e que foram o objetivo deste capítulo demonstrar.

É importante atentarmos para o fato de que as mudanças ensejadas não foram resultado de um voluntarismo petista neste sentido. As condições institucionais, as mudanças sociais e as de configuração da relação entre Estado e partidos políticos são fatores preponderantes na transformação destes no sentido da perda de

⁴⁰ Resoluções do 6º Congresso Nacional do PT. 2017. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2017/07/6-congresso-pt.pdf>

⁴¹ Cf. a crítica da tendência minoritária *Articulação de Esquerda* sobre a questão: <https://www.pagina13.org.br/a-disputa-de-rumos-do-pt-em-2019/>

capacidade de mobilizar suas bases, desideologização, alargamento das alianças, profissionalização eleitoral, entre outros (HARMEL & JANDA, 1994; KATZ & MAIR, 1994, 1995; LIPSET & ROKKAN, 1992).

Tendo isso em mente há de se esclarecer que as mudanças ocorridas são produto eminente da escolha da direção petista, houve vontade da direção e dos agentes políticos petistas de transformar a organização. O que apontamos é a direção desta mudança, que levaria o PT a conquistar finalmente a presidência em 2002. De um partido formado heterogeneamente por movimentos sociais diversos, pautando por um socialismo ainda indefinido, com um discurso classista, candidatos da classe trabalhadora e um modo de participação altamente democrático e descentralizado nos Núcleos de Base; passaria a ser uma organização de cunho profissional-eleitoral, com candidatos da classe média, que faria as alianças necessárias para a vitória eleitoral, e que teria uma direção centralizadora no intuito de fornecer a Lula a unidade requerida no esforço eleitoral.

O sentido da caminhada, no entanto, não quer dizer que as características do PT apontam para um caráter puramente eleitoreiro. Nominalmente o PT abarca ainda tensões e disputas internas, sendo o PED um elemento balizador desta tensão. A identificação partidária do PT ainda é a maior entre os partidos brasileiro e, ainda que debilmente se comparado aos anos 1980, sua base tem instrumento de participação que a grande maioria dos partidos brasileiros nunca tentou implementar.

Como vimos no capítulo 1, a trajetória dos partidos social-democratas tem o mesmo sentido. De partidos com eminência de uma ação classista, geneticamente ligados ao movimento proletário e rejeitando as alianças de classe, passam a cada vez mais ter uma ação profissional-eleitoral. O compromisso com a democracia, como vimos, é fator preponderante tanto para o PT quanto para os social-democratas europeus. As disputas baseadas na manutenção de objetivos desmercantilizadores e de igualdade social por um lado, e as concessões ideológicas com vistas ao poder de outro, balizados por uma tensão purismo/pragmatismo, também estão vivamente presentes na história do PT.

Também discutido no capítulo 1 foi a necessidade de avaliarmos não apenas a trajetória do PT, para a consecução do objetivo deste trabalho, mas também o seu

“modo petista de governar”. No capítulo seguinte trataremos dos desafios do partido no poder e seu projeto de governo tendo em vista satisfazer os requisitos necessários para avaliarmos se o PT de fato pode ser considerado um partido social-democrata, e não apenas um partido que tem trajetória similar à SD.

3. O GOVERNO PETISTA: O PROJETO DO PT PARA O BRASIL

As eleições de 2002 marcaram o PT e a nação. Parafraseando Lula, “nunca antes na história deste país” um retirante do nordeste, que experimentara a fome, “menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos” (SILVA, 2003), com pouca educação formal e um curso de torneiro mecânico que o colocaria no chão de fábrica e na luta sindical, seria eleito presidente do Brasil com mais de 52 milhões de votos.

A posse de uma genuína cria das classes subordinadas levou entre 120 e 200 mil pessoas de todas as partes do país à Esplanada dos Ministérios, numa celebração organizada pelo publicitário da campanha petista, Duda Mendonça. No tradicional discurso inaugural feito no Congresso, Lula daria ênfase à palavra mudança. A erradicação da fome, a distribuição de renda, a soberania econômica e a reforma agrária eram algumas dessas mudanças que Lula projetaria em sua fala, ressaltando em vários momentos que seria um processo “gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.” (SILVA, 2003)

Lula sabia que era preciso, em alguma medida, negociar para governar e aprovar tais mudanças. Os primeiros anos testariam a habilidade política do PT de formar uma base de governo capaz de prover as mudanças almejadas, situação inusitada por conta de, no plano federal, o PT ter sido sempre oposição. Logo em 2003 a reforma da previdência se tornaria um evento crítico em seu governo, alterando a relação do partido com sua base, com outros partidos e com sua militância, provocando inclusive um racha interno que daria luz ao PSOL, fundado em 2004.

Com o aliciamento do PMDB o primeiro governo Lula reteria certa governabilidade, que seria abalada em seguida com as denúncias de corrupção do “escândalo dos bingos”, do caso “valerioduto” e, eminentemente, no caso que ficou conhecido como “mensalão”. Estes seriam episódios que teriam grande impacto no partido no curto, médio e longo prazo. Apesar de um início conturbado o primeiro governo petista da história teria aprovação de 37% e reprovação de 23% em abril do ano eleitoral de 2006, onde Lula seria reeleito, terminando o ano com 52% de aprovação e 14% de reprovação⁴².

⁴² Segundo pesquisa Datafolha

O segundo mandato de Lula proveria a consolidação dos maiores êxitos dos petistas, como o sucesso do Programa Bolsa Família (PBF), a melhoria significativa dos indicadores sociais, retirada dos primeiros barris de petróleo do Pré-sal e ótimo desempenho econômico, que seria apenas afetado, de forma breve, pela crise financeira de 2008. O PT consolidaria sua maneira de governar tendo vários partidos em uma base ideologicamente heterogênea. Lula então encerraria o serviço presidencial em 2010 com 87% de aprovação pessoal, sendo o seu governo bem avaliado por 80%⁴³, ambos recordes históricos.

A candidata governista em 2010 seria então a economista Dilma Rousseff, Ex-ministra de Minas e Energia no início do governo Lula e, a partir de 2005, Ministra Chefe da Casa Civil, onde auxiliou a elaborar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dilma era vista como uma figura mais técnica que política, o que não impediu sua vitória eleitoral com 56% dos votos válidos no segundo turno, contra o peessedebista José Serra. Embora representasse a continuidade do projeto petista e do governo Lula, sua habilidade política não estava a par da de seu antecessor. Houve constantes trocas ministeriais tanto por conta de mudanças na base de governo quanto por denúncias de corrupção envolvendo os ministros.

A partir de 2013 sua aprovação cai drasticamente, certamente influenciada pelas manifestações que ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho”, passando de 63% com 7% de reprovação em março, a 31% para ambos em julho⁴⁴. A aprovação de Dilma se recuperaria a tempo de sua segunda vitória nas disputadíssimas eleições de 2014, onde um novo fenômeno que teria imenso impacto no sistema político fica explícito - o antipetismo.

O segundo governo de Dilma veria o degrading do desempenho econômico brasileiro bem como das contas públicas, o que arrastaria seu governo para baixo em conjunto com as revelações do esquema da Lava Jato. A reprovação ao governo atingiria o então recorde histórico, superado depois por Michel Temer, com 71% de reprovação e apenas 8% de aprovação em agosto de 2015⁴⁵.

A composição ministerial logo no início do segundo governo, com a indicação do ortodoxo Joaquim Levy, bem como os cortes em áreas sociais, faria com que muitos apontassem um “estelionato eleitoral”, por contrariar em grande medida o tom

⁴³ Segundo pesquisa Ibope

⁴⁴ Ibope

⁴⁵ Datafolha

de sua campanha e as pautas históricas do PT. A derrota na indicação de Arlindo Chinaglia (PT) à presidência da Câmara, que ficaria a cargo de Eduardo Cunha (PMDB), em conjunto com os fatos supracitados, eram o prenúncio de uma grave crise política que culminaria num controverso e disputado processo de *impeachment* que condenaria Dilma por crime de responsabilidade fiscal em 31 de agosto de 2016.

O fim traumático da era petista no governo não seria a única tragédia anunciada. Lula, então pré-candidato à presidência pela 6ª vez, seria preso em 7 de abril de 2018, num controverso processo fruto da Lava Jato e encabeçado pelo juiz federal de primeira instância Sérgio Moro, que posteriormente serviria como ministro da justiça do candidato vencedor Jair Bolsonaro. A narrativa petista era de que houve uma injusta prisão de Lula com vistas a impedi-lo de concorrer às eleições. Lula seria solto em 2019 após a decisão do STF sobre o tema da prisão em segunda instância.

Este breve histórico visa dispor de maneira muito resumida a trajetória petista após assumir o governo em 2003. Neste capítulo seguiremos uma estratégia diferente do apresentado no capítulo 2. Ao invés de nos pautar por uma linearidade histórica, empreenderemos a disposição através de duas áreas chave que nos auxiliarão a analisar se a governação petista é social-democrata ou não. A disposição das seções é a seguinte: Governo, Política e Sociedade e; Governo e Economia.

A seção Governo, Política e Sociedade tratará do governo petista nos aspectos concernentes à sua visão da relação que deve ter a sociedade com o Estado, onde serão analisadas as ações do governo perante as organizações sociais, como o PT tratou de governar em meio ao arranjo institucional brasileiro, a evolução de sua disposição no sistema político e as relações com os grupos políticos existentes. Na seção Governo e Economia discorreremos sobre o papel que o governo deu ao Estado na condução econômica do país, da forma, mecanismos e finalidades do crescimento.

O arranjo proposto para este capítulo visa a melhor adequação de sua forma para com seu objetivo nesta dissertação, tanto em termos de inteligibilidade quanto em termos metodológicos. Objetivamos demonstrar o caráter geral do projeto político, social e econômico do PT enquanto esteve no poder, com vistas a conceber se uma ideologia social-democrata esteve presente no ideal de governação petista. Demonstraremos como as aparentes contradições observadas durante o período petista são fruto de um equilíbrio entre a consecução do ideário petista através das ações governamentais e a manutenção do compromisso e alianças feitas com as elites financeiras e políticas resguardando a governabilidade

3.1 Governo, Política e Sociedade

O governo do PT seria invariavelmente uma novidade na política brasileira. Como apontam Samuels (2008) e Amaral (2010b), em relação aos seus antecessores, o PT é uma novidade pois conta com uma vida intrapartidária agitada, é institucionalizado, coeso, contém frações ativas no seu interior, além de uma militância e capacidade de mobilização presentes. Naturalmente ele se defrontaria com um desafio enorme e inédito frente à institucionalidade brasileira. O federalismo descentralizador (ABRUCIO, 2005) e o pluripartidarismo combinado à eleições proporcionais ao legislativo, dando origem a uma crescente fragmentação no congresso e a um trabalhoso 'presidencialismo de coalizão' (ABRANCHES, 1988) testariam a capacidade política de Lula para articular governabilidade e consecução do projeto petista sobre o fino equilíbrio das forças intrapartidárias e interpartidárias.

Samuels (2008) sugere que, dentro de um espectro de mecanismos de governabilidade que vai do clientelismo 'no varejo' (AMES, 2003) à concertação 'no atacado' através de estáveis coalizões que dividem as benesses do governo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999), o PT preferiu seguir um caminho diferente no início. A coligação petista de 2002 sairia das eleições com cerca de 1/4 das cadeiras na Câmara e precisaria, portanto, arregimentar mais apoio para ter uma base suscetível de aprovar as medidas presidenciais. Um parceiro óbvio seria o PMDB, que contava com 76 deputados (14,8% das cadeiras) e não fazia parte da oposição natural do governo anterior (PFL com 84 [16,4%] e PSDB com 70 [13,6%]). Lula acabaria compondo com partidos menores, totalizando 11 partidos na coalizão e 253 deputados (49,3%), constituindo uma base insuficiente, dado que num primeiro momento a negociação com o PMDB teria resistências tanto de Lula quanto de parte dos peemedebistas. Ao longo de 2003, no entanto, ocorreria o acerto com ao menos parte do PMDB, o PP e a migração de deputados em partidos de oposição para siglas governistas, garantindo maioria para aprovação de emendas constitucionais, que necessitam de 3/5 do Congresso (MELO & ANASTASIA, 2005).

Esta base seria primordial para a aprovação da reforma da previdência que o governo apresentaria naquele ano e que, contraditoriamente, apresentava vários elementos da reforma proposta por FHC em 1995 e que o PT rechaçaria na época. Tal posicionamento colocaria o PT mais ao centro na correlação de forças políticas, e

acabaria causando a saída de parlamentares descontentes, grande parte destes os fundadores do PSOL em 2004 (FREITAS, 2018).

Ainda que o acerto com os partidos da coalizão garantisse maioria para o governo, haveria um incomodo pendente por conta de um desequilíbrio na atribuição dos ministérios. O PT ocuparia a maioria dos ministérios, num esforço de cooptação das forças intrapartidárias, o que por um lado garantia a estabilidade partidária, mas por outro gerava descontentamento nos partidos aliados (AMORIM NETO, 2007; RIBEIRO, 2008).

A predominância petista nos ministérios, que são a principal moeda de troca para os partidos coligados, acabou gerando uma fragilidade no governo, que seria contornada pela estratégia 'varejista' de negociação com os parlamentares. A precariedade da coalizão e a adoção de métodos de negociação individuais sujeitaram o governo às práticas de corrupção que irromperam já no primeiro mandato de Lula, como o 'escândalo dos correios' e o 'mensalão', sujando o histórico do partido que era conhecido pela então 'imunidade' a tais práticas (SAMUELS, 2008). O escândalo do mensalão teria grande impacto no interior do PT, que veria esta discussão influenciar a dinâmica interna do partido.

Dada a gênese do partido, no entanto, houve um entendimento de que as lideranças partidárias deveriam ser mais responsivas à base partidária, consenso que foi alcançado graças aos mecanismos de participação característicos do PT. Estes mecanismos são herança genética do partido, que sempre foi balizado pela premência da democracia. Este fator guiou também o entendimento do PT sobre a função do Estado e de suas instituições em relação ao povo.

Nesse campo destacamos dois aspectos que caracterizaram a gestão petista, o primeiro é o entendimento de que o Estado é o responsável maior por garantir o bem-estar social e os direitos sociais previstos na Constituição, fazendo desse entendimento um eixo central de sua gestão; e de que as políticas públicas devem ser construídas junto à sociedade civil, garantindo sua participação nos meios institucionais. Estes dois aspectos não são triviais.

Os preceitos neoliberais de Estado mínimo, característicos dos governos anteriores, nos anos 1990, partiam do pressuposto de autorregulação não apenas da economia, mas também da sociedade. Nesse contexto o terceiro setor seria a nova forma de participação da sociedade civil, eminentemente as ONGs seriam os órgãos operadores desta participação e acabariam por substituir o Estado na área de

prestação de serviços sociais (DAGNINO, 2004). O projeto petista repudiava tal entendimento, colocando como papel do Estado a consecução de políticas sociais e a garantia da prestação pública destes serviços.

Durante os anos 1980 a sociedade civil, e de forma acentuada e inédita os grupos e indivíduos das classes mais baixas, começaram um processo de maior mobilização e engajamento políticos, demandando maior participação no processo decisório (AVRITZER, 2000). O PT, considerando sua ligação com vários destes movimentos e sua posição histórica, acabou sendo pioneiro na experiência de implantação de mecanismos de governação popular, caso do Orçamento Participativo (OP), sendo Porto Alegre o *locus* de implementação bem sucedida e de referência deste instrumento ainda em 1989 na gestão petista de Olívio Dutra (SANTOS, 1998).

O PT dispunha de certo *know-how* no tocante à inclusão da sociedade civil no processo decisório da administração pública, tendo sido o OP marca registrada da gestão municipal petista nos anos 1990, ainda que com variados níveis de sucesso (AVRITZER, 2008; WAMPLER, 2008). A implementação de mecanismos de tal natureza, no entanto, constituem-se grande desafio quando se trata do governo federal, tanto pela dimensão de suas políticas, quanto pela dificuldade de coordenação entre os diferentes entes federativos em diferentes contextos regionais e locais. Logo em 2003 a gestão tratou de criar, reestruturar e ampliar alguns organismos que objetivavam a participação da sociedade nos diferentes temas públicos.

Dentre eles, ganham destaque os conselhos de Política e as conferências que atuam nos três níveis da federação e nas diferentes políticas públicas, assim como as ouvidorias públicas, as mesas de negociação e os fóruns consultivos. O incentivo à criação e à reformulação destes espaços é indicativo da disposição do atual governo em dialogar com as OSCs [organizações da sociedade civil]. (FARIA, p.193-194, 2010)

Os conselhos são espaços onde representantes, eleitos pela sociedade em fóruns próprios, discutem as diretrizes e a aplicação dos recursos em temas como educação, direitos humanos e segurança alimentar. Os conselhos tem poder deliberativo sendo a representação paritária entre governo e os representantes, constituindo importante espaço de interlocução do Estado com a sociedade. As conferências tem o mesmo mecanismo, mas são apenas consultivos e possuem natureza mais geral, servindo para a indicação das diretrizes básicas dos programas a serem discutidos.

Ambos os mecanismos possibilitaram a participação institucional da sociedade na elaboração de importantes políticas do governo, como o PBF, o PAC e a transposição do Rio São Francisco. Ainda que mostrassem diferentes níveis de inclusão dos agentes da sociedade frente aos do governo a depender do tema, a implementação de tais dispositivos certamente mostra a vontade do governo petista de descentralizar e prover controle das políticas em benefício da sociedade (FARIA, 2010). A descentralização e inclusão da sociedade no processo decisório esteve fortemente presente na pauta petista e na sua visão de democracia que, como vimos no capítulo anterior, foi fonte de preocupação a ponto da organização do partido ter sido sujeita a esse tipo de democratização, ainda que com o passar do tempo os mecanismo de participação da base tenham enfraquecido.

Talvez mais marcante não tenha sido essa forma de governação petista, mas o conteúdo das políticas sociais, fruto da visão petista sobre o papel do Estado na sociedade. A questão da pobreza sempre foi objeto de preocupação dos programas petistas e das forças políticas que formaram o partido. Previsto no programa de governo de 2002, o Projeto Fome Zero⁴⁶ foi implementado logo em 2003 como Programa Fome Zero, que previa não apenas garantir a segurança alimentar das famílias mais pobres através de políticas específicas como melhoria da merenda escolar e distribuição de cestas básicas emergenciais, mas também através de políticas estruturais, visando o crédito rural para agricultura familiar, obras de irrigação e cisternas nas regiões áridas.

Esse holismo no tratamento da miséria, tratando não apenas os efeitos mas também suas causas, marca a posição petista contrária a um entendimento neoliberal, já que envolve a intervenção em áreas de natureza econômica. O Fome Zero e suas políticas seriam incorporados ao Programa Bolsa Família posteriormente. A instituição de políticas como o Programa Luz Para Todos, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa Mais Médicos, o Programa Farmácia Popular, a instituição de cotas raciais e de escola pública nas universidades, o estabelecimento do ENEM como método comum de acesso às universidades federais e o próprio Fome Zero e Bolsa Família tiveram o sentido de incluir a população brasileira, nos vários níveis de marginalização

⁴⁶ Descrito no programa do PT para as eleições de 2002 (p.43). Disponível em: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>

social, ao acesso dos seus direitos sociais de moradia, saúde, educação e renda através da intervenção direta do Estado nestas áreas.

A inclusão e democratização destes direitos não se deu sem contradições. Druck (2006) e Bruera (2013) apontam para a cooptação dos movimentos sociais que eram mais próximos ao PT através do acesso ao governo, o que aconteceu também com os sindicatos, especialmente a CUT. Essa cooptação fazia com que houvesse certo arrefecimento das demandas destas organizações, bem como seu controle por parte do governo através de agentes que os dirigiam.

Outra contradição pode ser percebida ao ponderarmos que, ainda que o governo tivesse uma conduta ativa na resolução dos problemas sociais derivados da desigualdade social brasileira, o que caracterizou uma mudança significativa da ação do Estado se comparado aos governos anteriores, o PT enquanto governo não atacou com a mesma intensidade as causas mais estruturais dessa desigualdade, como o sistema tributário regressivo. Retomaremos esta questão na seção seguinte, por ora cabe dizer que as políticas sociais acabaram promovendo uma conexão da camada mais pobre da população com a imagem de Lula, não por acaso um indivíduo proveniente desta mesma classe social (SINGER, 2009).

O bom desempenho de Lula acabou por mitigar os efeitos das pressões das elites políticas e econômicas, particularmente da mídia, sobre os escândalos de corrupção. O bom desempenho do governo, em conjunto com o entendimento intrapartidário de que era preciso flexibilizar o gerenciamento dos ativos governistas em prol de uma coalizão mais ampla e mais consistente, acabou auxiliando na heterogeneização da base aliada ao mesmo tempo que permitiu ao final do governo Lula e início do governo Dilma, o aprofundamento das políticas sociais e uma inflexão desenvolvimentista na área da economia.

O peemedebista Michel Temer seria vice de Dilma na chapa petista de 2010, o acordo seria fruto do consenso intrapartidário de que era necessária maior robustez na eventual coalizão governista e no reconhecimento do erro de não ter abarcado o PMDB logo no início do governo Lula (AMARAL, 2010b). Contando com uma aprovação recorde no final de seu governo, Lula efetivou sua sucessão através de Dilma num segundo turno contra o tucano José Serra.

Dilma, logo no primeiro ano, se deparou com a queda de 6 ministros envolvidos em casos de corrupção. Esta adversidade, no entanto, viria num momento de ciclo centrípeto das forças políticas (ABRANCHES, 2014) onde o desempenho

econômico e a avaliação do governo eram favoráveis e acabaram possibilitando a construção de outras alianças. Exemplo desta situação é que o governo conseguiu ampliar sua base atraindo a bancada evangélica (PEREIRA, 2018), tendo o ex-bispo da IURD, Marcelo Crivella (PRB), chefiado o ministério da pesca entre 2012 e 2014, ainda que esta aliança com um estrato claramente conservador da política brasileira tenha colocado a governação petista cada vez mais numa posição ideologicamente diluída.

Ao final do primeiro governo Dilma, no entanto, cresceria uma indisposição das elites para com o governo, fruto da flexibilização da ortodoxia econômica então vigente num momento de desaceleração econômica (SINGER, 2015; IANONI, 2016). Contribuiu para esse cenário a revelação dos casos de corrupção na Petrobras, após a deflagração da operação Lava Jato em 2014, que envolveu diversos apoiadores dos governos petistas, bem como figuras importantes do próprio PT, incluindo o próprio ex-presidente Lula envolvido em supostos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

As eleições de 2014 viram um crescente sentimento antipetista que os candidatos desafiantes buscavam encarnar. A vitória de Dilma sobre Aécio Neves (PSDB) no segundo turno, por uma diferença de 3,28 pontos percentuais, foi a mais apertada no período pós-1988. Apesar das adversidades, a vitória de Dilma foi possível graças a uma base eleitoral petista construída desde 2003 no nordeste, ainda que não constituísse significância sob cortes de classe sugerindo que a indisposição das elites políticas e econômicas não havia afetado de maneira decisiva o eleitorado até então, que se pautava significativamente pela preferência partidária e pela avaliação do desempenho do governo (AMARAL & RIBEIRO, 2015).

No segundo mandato de Dilma o aparente compromisso petista com as forças políticas da elite se esvai completamente. O antipetismo cresceria ainda mais na esteira das sucessivas denúncias de corrupção provenientes da Lava Jato, da representação eminentemente negativa e diária sobre o PT na grande mídia e da desaceleração econômica e deterioração das contas públicas (SINGER, 2015; AZEVEDO, 2016; IANONI, 2016).

Pereira (2017) demonstra que os dois governos de Dilma apresentaram simultaneamente um aumento da participação do Executivo nas proposições legislativas e um decréscimo na taxa de sucesso destas iniciativas, esse movimento acompanhou o de redução da disciplina dos partidos da base aliada, se comparado

aos governos FHC e Lula. Há também um aumento no número de trocas de ministros e redução considerável do tempo médio de permanência de cada ministro, sugerindo uma desarticulação política com os aliados, dificultado pela crescente fragmentação partidária no Congresso. Em uma interessante abordagem que busca elementos explicativos fora da tradicional análise institucionalista, a autora aponta para o perfil e a capacidade de governança política da presidência como fatores explicativos da performance do executivo. Cabe lembrar o episódio da tentativa do PT de emplacar Arlindo Chinaglia como presidente da Câmara dos Deputados em 2015, concorrendo com o deputado Eduardo Cunha do PMDB, partido do vice de Dilma e aliado imprescindível dos governos petistas até então, sendo o vencedor Cunha posteriormente o responsável pela autorização da abertura do processo de *impeachment* de Dilma.

A crise política e o *impeachment* de Dilma parecem ter, portanto, lastro em duas questões mais gerais que sugerem um ciclo centrífugo no segundo governo de Dilma (ABRANCHES, 2014): a) a queda da performance do governo na área econômica, que começaria a afetar a avaliação de seu governo por parte da população; e b) a indisposição das elites, tanto na área econômica por conta do aparente aprofundamento da heterodoxia na economia, quanto política por conta das dificuldades da presidência de gerir sua base de apoio. Complementemos estas questões com as da seção seguinte.

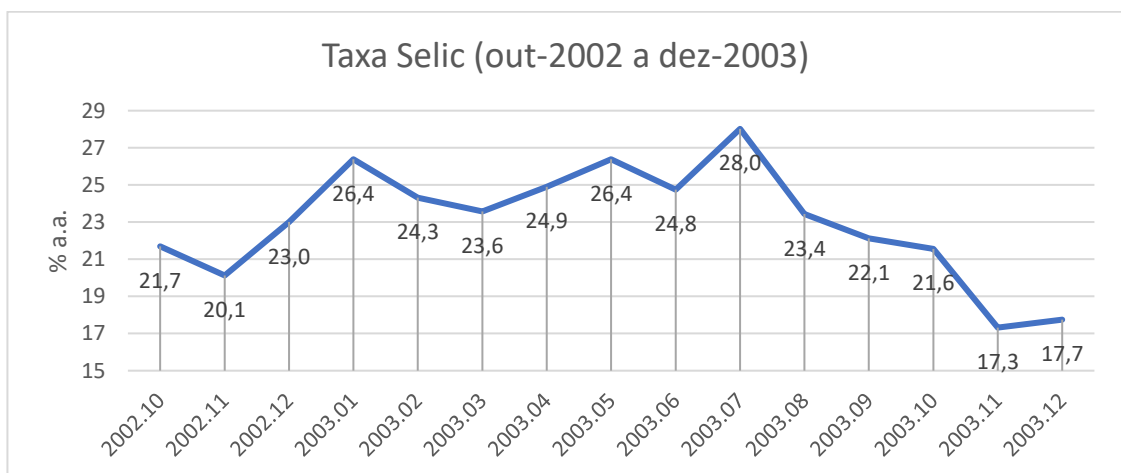
3.2 Economia e Estado

O PT assumiu a presidência sob suspeita do mercado, ainda que a Carta ao Povo Brasileiro tivesse sinalizado que não haveria ruptura do sistema vigente e que Lula manteria a política de responsabilidade fiscal. Logo nos primeiros anos de governo fica evidente o compromisso com o tripé macroeconômico, o que geraria uma contradição, já que fica também evidente que o Estado passaria a ter um papel fundamental na distribuição de renda, geração de empregos e combate à pobreza através de intervenções heterodoxas. Essa situação deu origem a críticas de que o PT havia se tornado neoliberal de um lado, e que seria um governo assistencialista e irresponsável com as finanças públicas de outro. A manutenção do tripé macroeconômico, que foi duramente criticado pelo próprio PT na data de sua implantação em 1999, é uma peça eminente do projeto petista de manutenção da

estrutura ortodoxa. Veremos, no entanto, que a própria contradição supracitada confere não uma “neoliberalização” do PT, mas sim é fruto de um cálculo político com vistas à consecução das políticas de interesse do governo.

O tripé macroeconômico neoliberal, criado no governo FHC, pressupunha a geração de superávit primário para pagamento da dívida pública, a flutuação independente da taxa de câmbio e metas de inflação, subordinando o crescimento econômico à estabilidade financeira e monetária nestes termos (BRESSER-PEREIRA, 2013). De início foi dada a presidência do Banco Central ao liberal Henrique Meirelles, ex-presidente do BankBoston. Como reação ao aumento da inflação no início do governo os juros aumentariam, chegando a 28% a.a., evidenciando o compromisso à estabilidade financeira e acalmando a elite financeira.

Gráfico 1. – Taxa Selic no 1º ano Lula

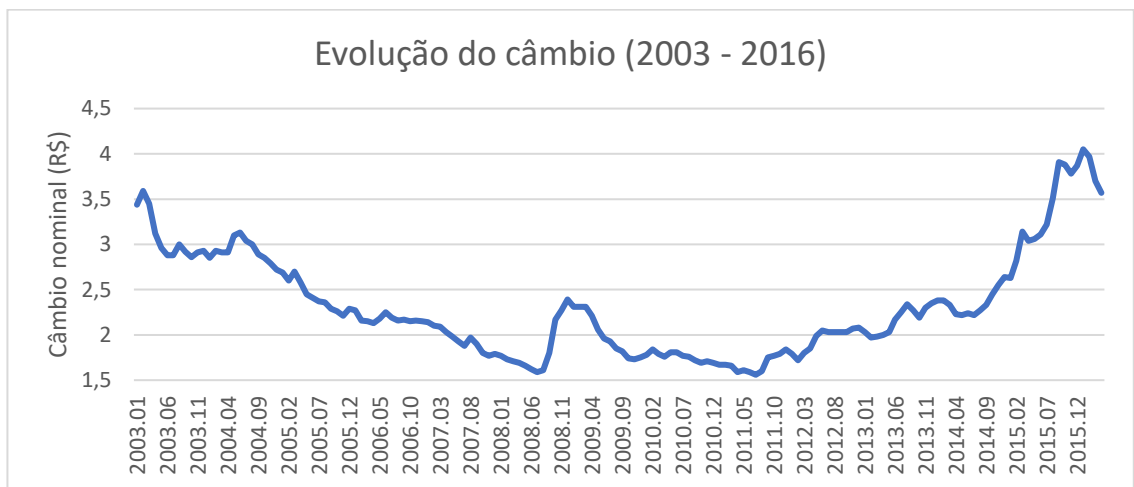


Elaboração própria. Dados: Banco Central

Ainda que operando sob uma estrutura macroeconômica restritiva, os governos petistas apresentaram relativo sucesso na economia até meados do 1º governo Dilma. O bom desempenho econômico, sobretudo no segundo governo Lula, teve como causa uma série de fatores internos e externos. No plano interno houve clara intenção do governo de promover a demanda através do consumo, por meio de uma política de aumento real do salário mínimo, de políticas de crédito, dos programas de transferência de renda e de investimentos em infraestrutura que, em conjunto, acabaram alargando o mercado interno e reduzindo o desemprego. Tal política tem o mérito de exitosamente articular o crescimento da demanda agregada e a distribuição de renda (TEIXEIRA & PINTO, 2012; BIANCARELLI, 2014; IANONI, 2016).

O desempenho econômico sustentado pela expansão do mercado interno foi possível graças a um cenário internacional favorável. A liquidez internacional, isto é, a alta oferta dólares, produziu uma sobrevalorização do câmbio brasileiro, o que acabou segurando as taxas de inflação e proporcionou crescimento do setor de comércio e serviços a par do acesso a produtos importados. No entanto isso demandou que o Banco Central mantivesse as altas taxas de juros para atrair recursos usados para equilibrar as contas com o exterior.

Gráfico 2. – Câmbio brasileiro nos governos petistas



Elaboração própria. Dados: IPEA

O câmbio brasileiro voltaria a se depreciar após a crise financeira de 2008 e, com um cenário internacional desfavorável e o aprofundamento da política heterodoxa através de intervenções anticíclicas, de modo paulatino a partir de 2011. O câmbio valorizado e a taxa de juros elevada, portanto, contribuíram para o controle da inflação e para a manutenção do equilíbrio fiscal num momento em que a demanda interna e a importação aumentavam. Outro fator externo imprescindível que favoreceu o desempenho econômico, durante os governos de Lula, foi a alta no preço das *commodities*. Com as divisas geradas a partir das exportações dessas matérias primas, o Brasil pôde pagar pelo desequilíbrio na balança comercial.

Por conta da manutenção da estrutura macroeconômica legada dos anos 1990, alguns críticos atribuem aos governos petistas um projeto neoliberal (MACHADO, 2009; MACIEL, 2010), enquanto outros, por conta das políticas sociais, que tem impacto econômico eminente, atribuíram aos governos petistas um prejudicial assistencialismo e um novo populismo (MARQUES & MENDES, 2006; PINHEIRO & GIAMBIAGI, 2006).

Uma interpretação mais completa defende que houve uma aplicação do modelo novo-desenvolvimentista sob uma estrutura macroeconômica neoliberal (MORAIS & SAAD-FILHO, 2011; SINGER, 2015; IANONI, 2016). Essa hibridização da política econômica foi responsável pelo bom desempenho e pela estabilidade da economia. O novo-desenvolvimentismo pressupõe o papel do Estado como gerenciador e planejador da economia, mas não como substituto do mercado. O papel do Estado sob a ótica novo-desenvolvimentista, especialmente numa economia emergente, é o de garantir a estabilidade financeira e fiscal, investir em áreas estratégicas, adotar políticas de crescimento do mercado interno e da distribuição de renda *pari passu* o aumento da produtividade, que se daria através do investimento em tecnologia e capacitação da mão de obra (BRESSER-PEREIRA, 2006 ;SICSÚ *et al.*, 2007).

O equilíbrio na articulação de um modelo heterodoxo de desenvolvimento econômico, o novo-desenvolvimentismo, com um *framework* de estabilidade macroeconômica ortodoxa, o tripé neoliberal, variou ao longo dos governos, tendo o início e o final da era petista um cunho mais liberal e o meio mais desenvolvimentista. Num primeiro momento o recém empossado governo trabalhou com uma equipe de cunho mais ortodoxa, a exemplo do apontamento de Antônio Palocci para o Ministério da Fazenda. Com a inflação perto dos 10% em 2003, era preciso, na visão do governo, estabilizar a economia para então colocar em prática, de forma mais aguda, o projeto de desenvolvimento com distribuição de renda.

O primeiro período presidencial de Luis Inácio Lula da Silva – procurou, como relata Mercadante (2010, p. 35), “controlar a inflação [...], recuperar os fundamentos macroeconômicos e superar as fragilidades estruturais que ainda acometiam a nossa economia para, em seguida, concentrar-se mais no lançamento das bases de seu projeto de retomada do desenvolvimento” (FAÉ *et al.*, p.12, 2016; citando MERCADANTE, 2010).

A partir de 2006 ocorre uma inflexão de maior intervenção estatal, premeditada pela troca de Palocci pelo heterodoxo Guido Mantega na condução da economia. Essa mudança é notória quando se analisa, por exemplo, a participação do Estado na composição do PIB brasileiro através dos gastos em investimentos públicos (gráfico 3).

Um dos projetos mais importantes dessa guinada desenvolvimentista foi o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC, instituído em 2007 através da medida provisória nº 387/2007 e pela lei nº 11.578/2007, previa o planejamento e

execução de grandes obras de infraestrutura, além da desoneração e incentivo de investimentos privados nessa área. No lançamento do PAC o presidente Lula afirmou:

Queremos continuar crescendo de maneira correta, porém, de forma mais acelerada. Crescer de forma correta é crescer diminuindo as desigualdades entre as pessoas e entre as regiões, é crescer distribuindo renda, conhecimento e qualidade de vida. [...] O mais importante, e o lançamento do PAC é uma demonstração disso, é que as condições fiscais permitem o aumento do investimento do governo federal sem comprometer a estabilidade. (SILVA, sem paginação, 2007)

Este discurso explicita a proposição do PT de realizar o crescimento econômico a par da distribuição de renda, dado que o cenário de estabilidade econômica esteja presente.

Gráfico 3. – Participação dos Investimento Públicos na composição do PIB



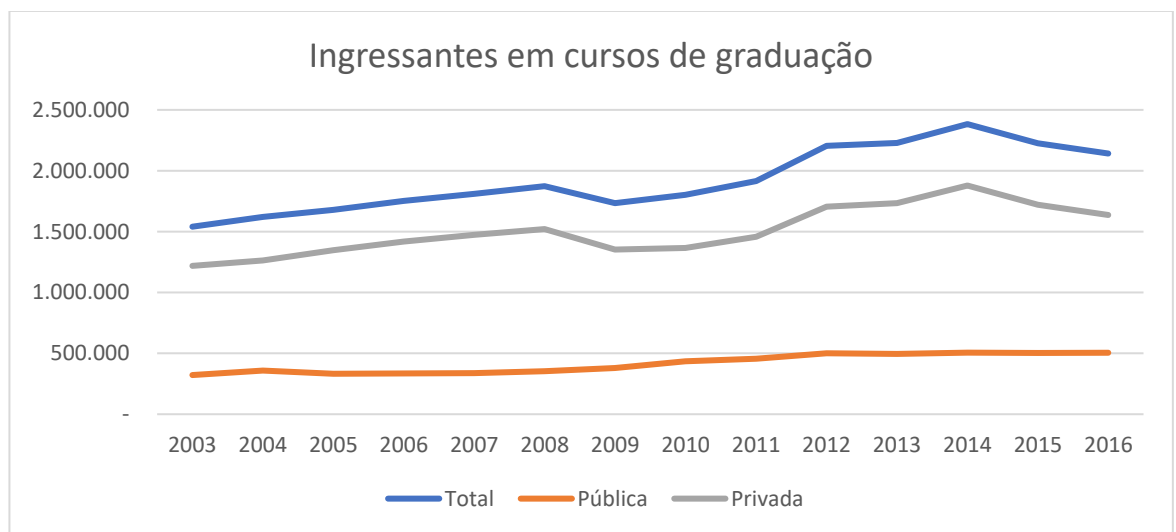
Elaboração própria. Dados: IBGE

Ainda que os programas de transferência de renda e combate à pobreza sejam eminentes realizações do PT, houve também uma clara intenção de intervir na relação trabalho/capital. As políticas de capacitação de mão de obra e investimentos em educação e pesquisa foram pautadas por programas como o PRONATEC, PROUNI, REUNI, reformulação do FIES e pela construção e ampliação das universidades federais e institutos federais. A democratização do acesso ao ensino superior e à capacitação técnica, aspecto catalisado pela adoção do sistema de cotas e pela universalização do ingresso através do ENEM, contribuíram também para a

possibilidade de ascensão social das classes mais baixas. (PEREIRA & CARVALHO, 2014).

É notório que essa expansão tenha se dado de forma mais aguda através das instituições de ensino superior privadas. Ainda que o número de ingressantes em instituições públicas tenha passado de 321 mil em 2003 para 505 mil em 2016, a expansão do acesso ao ensino superior foi pautada pela mercantilização da educação superior, através de grandes incentivos fiscais e concessão de financiamentos a juros baixos nas IES privadas. A expansão das IES privadas ocorre desde o governo FHC, mas tornou-se estratégica na gestão petista pela capilaridade e potencial de interiorização do ensino superior no Brasil (AGUIAR, 2016), bem como a pressão das instituições privadas através da bancada da educação no congresso (DIAP, 2017), ainda que esta seja uma questão a ser pesquisada mais profundamente.

Gráfico 4. – Ingressantes em cursos de graduação de ensino superior.



Elaboração própria. Dados: INEP

Estas políticas conjugam a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores com o fornecimento do serviço qualificado para as ocupações demandadas pela economia moderna. Este cenário acaba não somente atraindo investimentos em busca dessa qualificação, mas também contribuindo para o desempenho econômico do país e aumento da renda média (GREMAUD, *et al*, 2009). Segundo Ianoni (2016) a coalizão formada por Lula em 2002 era formada pelos setores descontentes com as políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990. Além dos setores populares que sofrem com as

políticas restritivas da ortodoxia neoliberal, e que já apoiavam o PT. Lula conseguiu trazer parte dos industriais para sua coalizão, representados pelo seu vice, José Alencar, industrial do ramo têxtil.

O descontentamento do setor produtivo se dava pelo fato de que a política econômica restritiva dos ortodoxos impedia tanto o investimento, por conta da taxa de juros elevada, quanto pela supressão do consumo das famílias. No governo da coalizão 'social-desenvolvimentista', como Ianonni se refere, ainda que as taxas de juros fossem relativamente elevadas elas haviam reduzido, e o poder de consumo do mercado interno havia se restaurado. Nesse sentido as políticas de capacitação da mão de obra proviam, ao mesmo tempo, a catalisação do aumento de renda dos potenciais consumidores e o provimento de um contingente maior de especialistas para a área produtiva.

Com as contas equilibradas o segundo governo Lula planejou o aprofundamento da estratégia de estimular o crescimento da economia através do crescimento da demanda agregada. Para isso era necessário aumentar os investimentos públicos, estimulando a economia pelo lado da demanda, bem como controlar as variáveis macroeconômicas visando estimular o investimento privado através do lado da oferta, principalmente por meio da política cambial, que impacta tanto na compra de máquinas e insumos para a indústria, quanto nas suas exportações. Assim ocorreu uma 'flexibilização' do tripé macroeconômico.

Em síntese, a flexibilização do tripé implicou nas seguintes alterações: a política monetária deixou de perseguir as metas declinantes de inflação, tendo sido substituída pela perspectiva de estabilidade da taxa de variação do índice de preços; o objetivo da política fiscal teria sido estabilizar a relação dívida/PIB no médio e longo prazo e aumentar o investimento público, implicando em redução da meta de superávit primário; por fim, a política cambial passaria a visar a estabilidade da taxa real de câmbio. (IANONI, 2016, p.153)

Dilma assumiria em 2011 com um projeto de acirramento do caráter desenvolvimentista dos governos petistas. Emblemático foi a política de queda dos juros. Com a troca de Henrique Meirelles por Alexandre Tombini o Banco Central lançaria mão de quedas sucessivas na taxa Selic, que não foram de imediato acompanhados pela queda dos juros ao consumidor por parte dos bancos privados. Em 2012 o governo começa a forçar a queda de juros no mercado para o comércio, agricultura e indústria através da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES.

Segundo Singer (2016), além de forçar a queda de juros, havia um claro tom de embate nos discursos da equipe econômica frente à resistência do setor financeiro, apoiado pelas pressões feitas pela grande mídia, o que desencadeou uma guerra ideológica e uma oposição aberta à condução econômica do governo por parte de uma 'frente única burguesa', que contava não apenas com o setor financeiro, mas também com parte do setor produtivo que, numa economia moderna, guarda não somente pautas comuns com o setor rentista, como desregulamentação das leis trabalhistas e pressão negativa sobre a valorização dos salários, mas também estão cada vez mais imbricados com atividades financeiras, vide a abertura de linhas de crédito e pagamentos parcelados com juros bancados por braços financeiros das próprias empresas varejistas e industriais.

No segundo governo de Dilma, quando havia um claro desequilíbrio dos indicadores fiscais e econômicos, a resposta foi uma inclinação liberal, assim como ocorreu no início do Governo Lula, também indicando uma tentativa de responder às pressões das elites econômicas. Com a nomeação de Joaquim Levy ao Ministério da Fazenda, o governo tratou de reduzir gastos para equilibrar a situação fiscal. Em 2015 foram tomadas medidas como o fim de incentivos fiscais, a restrição no acesso ao seguro-desemprego e o estabelecimento de regras que dificultavam o acesso à aposentadoria e a outros benefícios do INSS.

Assim como ocorreu com os governos social-democratas europeus a partir do final dos anos 1970, o PT se viu obrigado a garantir a estabilidade econômica em detrimento do avanço nas pautas de distribuição de renda e de seguridade social. Pesou, tanto para os social-democratas europeus décadas atrás quanto para o PT, a ineficácia de uma economia política demasiada intervencionista num cenário de flexibilização do modelo capitalista, a globalização e financeirização da economia moderna, e também por conta do compromisso assumido com as elites, no caso petista eminentemente as elites financeiras, que tem como base de seu negócio a capacidade de atrair investimentos e de produzir dividendos junto ao Estado, daí a necessidade da estabilidade fiscal e monetária.

Se nos momentos de crise o compromisso de governabilidade cobrou seus passivos, nos momentos em que haviam as condições adequadas o PT pôde aprofundar seu projeto genuíno, de distribuição de renda, mitigação da pobreza, e ação estratégica na economia. Há de se julgar se não haviam condições para uma

mudança na natureza regressiva do sistema tributário brasileiro, questão premente na história das pautas petistas. O fato é que esta, que era também uma questão magna na governação social-democrata europeia, acabou sendo relegada ao abandono nas gestões petistas. Lula afirmou ter tentado por em pauta uma reforma tributária, o problema se daria na articulação com os entes federativos segundo ele⁴⁷. Mas podemos pressupor que também com as elites econômicas e com o Congresso, embora não dispomos de informações suficientes para avaliar esta questão, pois “julgar até que ponto as mãos de políticos social-democratas relutantes foram forçadas por circunstâncias fora de seu controle é uma arte.” (PIERSON, 2005, p.4 – tradução própria⁴⁸).

Há de se considerar, no entanto, a alta capacidade do PT e de Lula de colocar na agenda política nacional as questões de seu interesse, bem como a necessidade de se travar disputas no campo cultural hegemônico e, se não havia condições de implementar uma reforma tributária progressista, havia condições de colocá-la em discussão. O fato do PT não ter empreendido mais esforços na tentativa de empurrar a hegemonia cultural na direção de um consenso que a estrutura tributária brasileira era/é injusta e ineficaz social e economicamente, e de era/é preciso reformá-la, acaba colocando o PT numa posição de omissão grave frente aos princípios social-democratas, tamanho é a importância da tributação progressiva e justa socialmente para os social-democratas e para sua governação.

As contradições na área econômica são reflexo do fino equilíbrio entre a consecução das pautas que o PT defendeu ao longo de sua história e o compromisso com as elites políticas e econômicas tendo em vista a governabilidade e consequente desempenho eleitoral. O sentido da governação petista, portanto, não foi simplesmente uma continuidade dos governos neoliberais anteriores.

⁴⁷ Cf. <https://oglobo.globo.com/economia/lula-diz-que-tentou-fazer-reforma-tributaria-defende-atuacao-do-bndes-2962184>

⁴⁸ “Judging the extent to which the hands of reluctant social democratic politicians were forced by circumstances beyond their control is a fine art.”

3.3 Conclusões parciais

O objetivo deste capítulo não foi absolutamente o de apresentar as ações do governo petista para então compará-los às ações dos governos social-democratas. O objetivo é, partindo do pressuposto que as ações no governo explicitam a intenção e os entendimentos do partido no poder, produzir os elementos necessários para a comparação dos entendimentos petistas com os da SD no capítulo seguinte. Esta lógica baseia-se na discussão feita ainda no capítulo 1, de que a SD se manifesta de forma diferente nos diferentes contextos. A questão então foi o de apreender o sentido das ações do PT no governo, não tanto de tomar nota da sua manifestação de forma nominal.

Nesse sentido concluímos que a governação petista obedeceu 5 grandes princípios: I) o compromisso de classes e a busca pela governabilidade e capacidade eleitoral através de alianças com partidos ideologicamente heterogêneos; II) a inclusão dos cidadãos na governação; III) a busca pela redução das desigualdades sociais; IV) a política econômica híbrida e; V) o acionamento do Estado para articular crescimento econômico e distribuição de renda.

O compromisso de classes ficou evidente na coalizão formada nas eleições de 2002, que reuniu os setores descontentes com as políticas neoliberais e formou um “pacto produtivista”, pautando-se pelo estímulo da demanda tendo a expansão do mercado interno como principal estratégia. As alianças partidárias ideologicamente heterogêneas faziam parte da necessidade do governo de conformar governabilidade e consecução das políticas pretendidas. A inclusão dos cidadãos através dos mecanismos de participação é reflexo da gênese petista e do ‘modo petista de governar’ nos anos 1980 e 1990. A busca da igualdade social também está no DNA petista, e se deu basicamente por meio da mitigação dos males da pobreza e “desmarginalização” de considerável parcela da população através das áreas de educação, renda, saúde e infraestrutura. A hibridização da política econômica explica-se pela relação do compromisso de classes ao entendimento petista do papel do Estado sobre a economia e distribuição de renda. A manutenção de uma macroestrutura ortodoxa e a preocupação com a estabilidade fiscal eram a contrapartida para a realização das políticas redistributivas e heterodoxas e esse equilíbrio seria conformado até o ponto em que a gestão petista mantivesse os ganhos dos capitalistas e dos trabalhadores articulados. Com a crise econômica e política

iniciadas ao final do primeiro e acirradas no segundo mandato de Dilma, este equilíbrio se esvaiu.

As contradições dos governos Lula e Dilma são nada mais que a expressão dessa concertação de interesses. As contradições também evidenciam tanto as intenções do PT no governo quanto as tensões na sua base de apoio e dos grupos intrapartidários. É clara a disposição petista de buscar o crescimento econômico com distribuição de renda e melhoria das condições dos trabalhadores ao promover uma política de aumento real do salário mínimo, o investimento público em áreas estratégicas e as políticas de mitigação da pobreza e capacitação dos trabalhadores. Também é eminente a preferência por uma composição de alianças numa coalizão heterogênea, visando garantir a governabilidade e em certa medida uma governação democrática e inclusiva, ainda que consideremos falta grave a omissão do PT frente à estrutura tributária regressiva do Brasil.

A questão a ser entendida é que estas preferências políticas, demonstradas pelo partido durante seus anos no executivo, encontraram diversas dificuldades. Do lado da economia, pela hegemonia neoliberal e pelos limites estruturais da inserção da economia brasileira no capitalismo contemporâneo, bem como, do lado da política, pela institucionalidade do Estado brasileiro que provê obstáculos na conformação de alianças em um ambiente de fragmentação partidária e necessidade de composição com setores de interesses diversos e nem sempre convergentes.

As contradições dos governos de Lula e Dilma devem ser entendidas à luz destas adversidades, o que não quer dizer que não seja possível definir suas características e o sentido das transformações que o Partido dos Trabalhadores quiseram imprimir durante sua gestão. O argumento aqui exposto, na verdade, é de que estas próprias contradições indicam que o PT buscou a conciliação de interesses de classe diversos, a melhoria das condições gerais dos trabalhadores e um projeto de desenvolvimento econômico pautado pela distribuição de renda guiado pelo Estado. O sentido da governação petista, portanto, foi o de conciliar os ganhos aos trabalhadores numa estrutura de forças políticas e econômicas burguesas. O capítulo seguinte irá discutir estes elementos em conjunto com os do capítulo 2.

4. O PT COMO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA?!

A abordagem utilizada nesta dissertação inspira-se em grande parte nas considerações de Reis (2012; 2013) sobre o estudo de partidos social-democratas. Reis (2013), propõe uma metodologia que considera que a busca pelo socialismo guia as ações dos social-democratas, e aplica esta metodologia à partidos competitivos como o MAS da Bolívia, a Frente Ampla do Uruguai, o PSOE da Espanha e o PT. O autor então considera a trajetória petista como pendendo para uma “peemedebização” do partido, ou seja, haveria uma predominância da lógica pragmática que impediria uma ação mais contundente para avançar nos limites das possibilidades rumo ao socialismo.

Como discutimos no capítulo 1, consideramos não que o avanço ao socialismo é o guia das ações dos social-democratas, mas que pautas que convergem à esta busca pelo socialismo, como a desmercantilização, a busca por igualdade e distribuição de renda, é que são características da SD.

Se analisarmos o PT pela dimensão *trajetória* vemos que o partido nasceu de movimentos que pautavam por maior democracia e direitos trabalhistas no contexto da ditadura militar, o que reflete a disposição de luta pelas pautas democráticas, igualitárias e desmercantilizadoras até hoje. A tensão intrapartidária é também reflexo dessa gênese de massa, ainda que haja claro arrefecimento desta disputa e a dominância de um grupo mais pragmático em seu interior.

Com relação à dimensão *governança*, dada a noção que o contexto influencia a forma como os partidos social-democratas agem, devemos levar em conta, para avaliar o caso do PT, as condições econômicas, sociais e políticas que estruturaram sua ação, além de definir qual é o sentido desta ação. As condições de hegemonia liberal nos paradigmas econômicos certamente limitaram a ação petista nesta área, além da posição periférica do Brasil no sistema do capital internacional. Na questão social o PT age num país extremamente desigual, tendo milhões de brasileiro expostos à pobreza material e marginalizados de direitos constitucionais como da educação, saúde e moradia. A institucionalidade política concebe um sistema partidário altamente fragmentado, onde é imprescindível a formação de alianças com grupos heterogêneos no intuito de governar. Sendo assim o contexto no qual o PT

governou certamente imprime desafios imensos e a resposta petista a esses desafios deve ser analisada frente à sua trajetória e aos limites contextuais. Estes elementos serão considerados a seguir, utilizando as 6 características da SD que construímos no capítulo 1.

4.1 As características da social-democracia aplicadas ao PT

A análise a seguir será baseada nas características e na dinâmica da SD que discutimos ao final do capítulo 1. Seguiremos com a sumarização das características e sua verificação para o caso petista. Iniciamos com as *características estáticas*, aquelas que não estão sujeitas à dinâmica do pivô purismo/pragmatismo e que formam um conjunto indissociável e obrigatório a um partido social democrata.

A característica “Compromisso com a Democracia” é reflexo do fato de a SD não apenas aceitar as regras do jogo democrático, mas também tomar a democracia como um fim, sendo a observância das práticas democráticas ponto crucial ao seu entendimento. Neste ponto tanto a gênese do PT quanto sua trajetória e estilo de governação explicitam uma clara adesão à democracia de maneira finalística. A fundação do partido se deu a partir de movimentos de contestação da ditadura militar brasileira, e a definição do ‘socialismo petista’ reflete uma proposta de rejeição do autoritarismo e incorporação da democracia como um fim, inclusive associando o socialismo à democracia de forma intrínseca, tal como fizeram os teóricos da SD há mais de um século.

A “Genética Trabalhista e de Base” fez com que os partidos social-democratas fossem criados e influenciados por um ambiente de reivindicações trabalhistas e sociais. Esta gênese atua sobre a trajetória dos partidos social-democratas de forma que pautas trabalhistas e de direitos sociais estejam presentes em suas políticas, assim como as tensões intrapartidárias da disputa entre os grupos que formam a base do partido, eminentemente ligados a sindicatos. A fundação do PT exprime claramente esta característica, sendo seus participantes originários das lutas sindicais e sociais do final dos anos 1970, num contexto de demanda por maior participação política e greves por melhores salários.

O “Reformismo” é a crença da SD de que é por meio da política institucional que seu projeto se realiza. A SD entende que pode perseguir seus objetivos instrumentalizando o mercado e o direcionando neste sentido. Exprime também a crença no aspecto sistêmico da relação entre Estado, sociedade e mercado, sendo que o primeiro pode e deve influenciar nos demais. Ao adotar a democracia como valor finalístico, e tendo em vista a gênese e as pautas históricas do PT, enquanto governo o partido tratou de utilizar a institucionalidade brasileira afim de avançar nestas pautas. O entendimento de que tanto os direitos sociais como a distribuição de renda necessitavam de ação dentro dos parâmetros das instituições democráticas por parte do Estado, exemplificado pelas políticas de distribuição de renda e de desmarginalização nas áreas de educação, saúde e moradia são indicativos da propensão petista em avançar nas suas pautas abdicando de um caráter revolucionário abrupto.

Na parte das *características dinâmicas*, que são as propensas à oscilação do pivô pragmatismo/purismo, as “Alianças de Classe” são consequência do entendimento social-democrata de que é preciso participar do jogo eleitoral. Na governação a SD percebe a necessidade de composição de coalizões com setores da sociedade nem sempre alinhados aos seus ideais, o que depende da necessidade maior ou menor do apoio destes setores, implicando também numa maior ou menor consecução das políticas social-democratas em relação às contrapartidas necessárias para o apoio dos grupos da coalizão.

A partir do momento que o PT abandonou o classismo purista e passou a compor alianças estratégicas houve uma maior exposição do partido ao poder institucional. Esta exposição gerou um efeito retroalimentador que incentivou a heterogeneização das alianças eleitorais e governamentais. A composição petista para governar, no âmbito federal, levou ao mesmo tempo à possibilidade de implementar políticas paradigmáticas como o Bolsa Família e o PAC e às limitações importantes na consecução de políticas históricas do partido, como a reforma agrária e a reforma tributária. Esta aliança demonstrou-se debilitada assim que houve um aprofundamento de políticas econômicas intervencionistas, o relaxamento do tripé ortodoxo e a queda do desempenho econômico. É discutível o grau de concessões que o PT fez para governar, ao mesmo tempo que é necessário reconhecer que as

políticas petistas tiveram efeito muito positivo sob a ótica da distribuição de renda e de direitos sociais. Estas questões serão melhor discutidas na seção seguinte.

A “Busca pela igualdade” é, ao mesmo tempo, um objetivo mediato e material da motivação social-democrata e o sentido da ação é o do igualitarismo substantivo. O PT expressaria este ideal através de políticas como o estabelecimento de cotas raciais nas universidades e no serviço público federal, a titularidade do benefício do Bolsa Família à mulher bem como as políticas de distribuição de renda que elevaram milhões de pessoas das classes D e E para a classe C. Políticas mais substantivas, no entanto, que atacassem problemas estruturais da desigualdade brasileira, como o sistema tributário regressivo ou a concentração de terras, foram relegados pelos governos petistas. Ainda que a intenção do PT no sentido da consecução do igualitarismo esteja presente, o grau de ação para tal ficou bastante deprimido.

Por fim a “Desmercantilização”, que se dá na defesa dos elementos de *welfare state* existentes e no seu aprofundamento, e que sofre pressão maior das condições materiais representadas pelo equilíbrio fiscal das contas do Estado e necessita de um pacto mais abrangente e estrutural, foi talvez a questão mais relevada na governação do PT, ainda que seja possível verificar sua presença enquanto pauta petista. A extrema desigualdade brasileira, que coloca milhões à mercê da miséria material, foi uma das pautas mais combatidas nos anos de Lula e Dilma, principalmente através dos programas de transferência de renda e de aumento real do salário mínimo. A limitação, no entanto, se deu pelo uso de mecanismos de mercado na elaboração de políticas como o PROUNI e pela eminência de um projeto de “desmarginalização” através do consumo, com o crédito consignado por exemplo. Ainda que o saldo global seja positivo no sentido da desmercantilização, a reforma da previdência em 2003 e os cortes sociais a partir de 2015, revelam a abdicação da construção de um *welfare state* em prol da governabilidade.

A análise das características acima nos leva a crer que o PT apresenta suficientes atributos social-democratas para ser creditado como um partido desta filiação. Mas esta constatação merece melhor análise para certeza do que estamos afirmando, levando em consideração a dinâmica da trajetória e da governação petista que expomos nos capítulos anteriores.

4.2 O PT como partido social-democrata.

A conclusão a que estamos caminhando é que o PT é um partido social-democrata, mas é preciso melhor definir como e o que estamos querendo dizer com isso. Nossa constatação parte da análise da trajetória e das políticas petistas, mas de igual importância é a observação das dinâmicas que levaram o partido a exibir tais características. Nosso argumento aqui é de que as tensões, disputas e contradições petistas explicitam uma vontade social-democrata. Mas ao nos depararmos com a contradição de manutenção do tripé macroeconômico neoliberal e implementação de políticas heterodoxas e intervencionistas devemos entender o que isso significa.

Nosso argumento, na resolução desta questão, pode ser sintetizado da seguinte maneira: O PT buscou agir nos limites de seu contexto afim de conformar os objetivos de igualdade substantiva e desmercantilização através do reformismo e da democracia, e tal vontade é verificável através das contradições de sua trajetória e governação, que não existiriam caso o partido não buscasse agir neste sentido. Sendo assim, os limites encontrados pelos petistas foram político-institucionais na forma do presidencialismo de coalizão, sociológicos na forma da hegemonia cultural conservadora nos costumes e liberal na economia, e econômica na forma de inserção do Brasil no capitalismo moderno. A questão chave aqui é entender que o PT, através da conformação das alianças, abdicou de uma omissão por uma ação limitada, assim como os social-democratas europeus.

Ainda que em gênero colocamos o PT como social-democrata, por conta do discutido acima, em grau o PT pendeu para o lado do pragmatismo ao não pautar por um reformismo mais profundo. Sendo assim nossa concepção é de que o PT apresenta as qualidades necessárias para ser um partido social-democrata, mas se posiciona não tão perto do tipo ideal da SD.

5. CONCLUSÃO

Em 1959 o SPD realizaria uma convenção na cidade de Bad Godesberg que daria origem ao programa que ficaria conhecido como Programa de Godesberg ou Programa de Bad Godesberg. Este programa foi paradigmático pois colocaria a questão da superação do capitalismo em segundo plano, dando eminência à uma ação que já se verificava na prática do partido há décadas, o do reformismo do sistema.

Ribeiro (2010) argumenta que o PT tem um programa que não reflete sua ação, dando eminência à busca pelo ‘socialismo petista’, e defende que o partido abraçe seu caráter reformista, apontando para a necessidade de o PT ainda ter de passar pelo seu Bad Godesberg. O fato é que a mobilização do socialismo em seus documentos, ainda hoje, é significativa. Embora não tomemos, como Reis (2012, 2013), a busca pelo socialismo como característica definidora da SD, a ideia do socialismo mobiliza certos princípios que estão presentes na prática petista e social-democrata.

A experiência no governo federal durante 14 anos certamente proporcionou ao PT algumas lições importantes. A volta à oposição, a prisão de Lula, o antipetismo e o governo Bolsonaro terão impacto considerável nos próximos passos do partido. Nesse sentido uma das questões futuras é saber como o PT se portará diante das disposições de forças nas eleições que virão, podendo radicalizar o discurso, promovendo uma volta às origens e priorizando a mobilização de sua base, ou se seguirá um caminho centrípeto de conciliação com os atores políticos tradicionais. O PT, neste movimento, poderia também resolver se se define enquanto social-democrata, como fez Haddad nas eleições de 2018, ou se continuará a defender um “socialismo petista” que pode ser entendido, graças à imprecisão do termo, como aquilo que os petistas fazem. Os anos fora do governo, e talvez uma nova experiência no executivo nos próximos anos, definirão o caminhar da trajetória para a consolidação ou não de sua ‘social-democracia petista’, sem ser necessário um Bad Godesberg para isso.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. 1988. "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". *Dados*, v. 31, n. 1, p. 5-38.

ABRANCHES, Sérgio. (2014) Os ciclos do presidencialismo de coalizão. *Ecopolítica*.

AGUIAR, Vilma. (2016) Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 24, n. 57, p. 113-126.

AMARAL, O. (2003). *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Editora Garçon.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. 2010. 306 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2010a

AMARAL, O. Adaptação e resistência: O PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 4, p. 105-134, jul./dez. 2010b.

AMARAL, O. E. do. (2013). As transformações nas formas de militância no interior do PT: maior inclusão e menor intensidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 67-86

Ames, B. (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. FGV Editora.

AMORIM NETO, Octavio. 2007. "Algumas consequências políticas de Lula: novos padrões de formação e recrutamento ministerial, controle de agenda e produção legislativa". In: NICOLAU, Jairo & POWER, Timothy. (orgs.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: UFMG.

ANDERSON, P (1999) *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

AVRITZER, L. (2000) Democratization and changes in the pattern of association in Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 42, n. 3.

AVRITZER, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14(1), 43-64.

AZEVEDO, F. (2016). *A grande imprensa brasileira: paralelismo político e antipetismo (1989-2014)*. 2016. Tese (obtenção de cargo de professor titular) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BELLUZZO, L. G. & GALÍPOLO, G. (2017) Globalização desigual e combinada. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 310

BERMAN, S. (2006) *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

BIANCARELLI, A. M. (2014) A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 58, p. 263-288.

BOIX, C. (1998) *Political parties and the structural conditions of the economy*. In: _____ *Political Parties, Growth and Equality: Conservative and Social Democratic Economic Strategies in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

BONOLI, G.; POWELL, M. (2002) Third ways in Europe?, *Social Policy and Society* 1(1): 59–66.

BRASIL. LEI 6.767 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Brasília, DF. 1979

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2000) A nova esquerda: Uma visão a partir do sul. *Revista Filosofia Política*, nova série, vol.6. 144-178.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006). O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, pp. 5-24.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2013) O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 95, p. 5-15.

BRUERA, H. F. *Lula, the Workers' Party and the Governability Dilemma in Brazil*. New York: Routledge, 2013

CANO, W. (1998) *Introdução à Economia: uma abordagem crítica*. São Paulo: UNESP.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005

DAGNINO, E. (2004) Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 139-164.

DARRIEUX, R. S. P. (2017) Social Democracia: Antecedentes históricos, políticas públicas, globalização econômica e o caso brasileiro. *PONTO DE VISTA (RIO DE JANEIRO)*, v. 1, p. 1-22.

DE HOLANDA, Centro Sérgio Buarque. *Documentos - O PT e a constituinte*. Perseu: História, Memória e Política, n. 06, 2011.

DIAP. (2017). *Educação: o perfil e a agenda privatista do Congresso Nacional: Legislatura 2015-2019 / Coordenação Maria Lúcia de Santana Braga*. -- Brasília, DF : Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar : Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

DRUCK, G. (2006). Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. *En Publicación: OSAL, Observatorio Social de America Latina*, año VI, no. 19. CLACSO, Buenos Aires, Argentina.

ESPING-ANDERSEN, G. (1988) *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1991) As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116.

Faé, R., Goulart, S. & Abdla, P. R. (2016). Estratégia nacional de desenvolvimento nos governos Lula e Dilma: Transformação Neoliberal. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10(1), 1-18.

FARIA, C. F. (2010). Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva?. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 187-204

FIGUEIREDO, A. C., & LIMONGI, F. D. M. P. (1999). Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Editora FGV.

Freitas, F. (2018). De Oposição a Situação: a reforma da Previdência de 2003 e o primeiro “grande racha” no governo Lula. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 27(1).

GARRETT, G. (1998) *Partisan Politics in the Global Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

GIDDENS, A. (1999) Para uma terceira via: a renovação da social-democracia. Lisboa: Editorial Presença.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3. 2000

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A S. de; TONETO JÚNIOR, R. (2009) Economia brasileira contemporânea. 7. Ed. São Paulo: Atlas.

HARMEL, R & JANDA, K. (1994), “An integrated theory of party goals and party change”. *Journal of Theoretical Politics*, (6), pp. 259-287.

HARVEY, D. (2005) Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola.

HIGGS, R. (2000) *The So-called Third Way*. *The Independent Review*, Vol.4(4).

HIRST, P. (1999) 'Has globalisation killed social democracy?', in A. Gamble and T. Wright (eds) *The new social democracy*, Oxford: Political Quarterly/Blackwell.

HUNTINGTON, S. (s.d.) *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

IANONI, M. (2016). *Coalizão e Política Macroeconômica nos dois Governos de Lula: do Tripé Rígido ao Flexibilizado*. Anais do Workshop Estado, Política e Desenvolvimento. Para uma Agenda de Pesquisa. Organizadores: Flavio Gaitán, Roberta Rodrigues Marques da Silva, Andrea Ribeiro - 1. ed. - Rio de Janeiro: ALACIP, 2016.

KATZ, R. S. & MAIR, P (1994). *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. London: Sage.

KATZ, R. S. & MAIR, P. (1995), "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the Cartel Party". *Party Politics* , (1), pp. 5-28

KAUTSKY, K. (1979) *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas.

KECK, M. E. (2010). *PT: A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Keman, H. (1993). *Theoretical Approaches to Social Democracy*. *Journal of Theoretical Politics*, 5(3), 291–316.

KINZO, M D G. *Oposicao e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB : 1966-1979*. [S.l: s.n.], 1988.

KINZO, MARIA D'ALVA G.. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 15, n. 4,p. 3-12, Dez. 2001

KITSCHOLT, Herbert. *The logics of party formation: Ecological politics in Belgium and West Germany*. Cornell University Press, 1989

KITSCHOLT, H. (1994) *The transformation of european social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

LACERDA, Alan Daniel. O PT e a Unidade Partidária como Problema. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002

LAMOUNIER, B. O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (ed). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LENIN, V. I. (1979) O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: HUCITEC.

_____. (1989) O imperialismo: fase superior do capitalismo. 5. Ed. São Paulo: Global.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. (1992), "Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores", in S. M. Lipset (ed.), *Consenso e conflito: ensaios de sociologia política*. Lisboa: Gradiva

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. Nova econ., Belo Horizonte , v. 15, n. 3, p. 53-92, 2005

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro , v. 10, n. 3, p. 453-489, 2006

MACHADO, E. (2009). El gobierno de Lula, el neoliberalismo y las luchas sociales. Metapolítica: revista trimestral de teoría y ciencia de la política , v. 13, p. 34-43.

MACIEL, D. (2010). "Melhor impossível": a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. Universidade e Sociedade (Brasília) , v. 46, p. 120-133.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. (2006) O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. Rev. Econ. Polit., São Paulo , v. 26, n. 1, p. 58-74.

MANIN, B. (1989) Démocratie, pluralisme, libéralisme. In: BERGOUNIOUX, A. e _____. *Le régime social-démocrate*. Paris: Presses Universitaires de France.

MARX, K. (2010) Manifesto comunista. São Paulo: Hedra.

MENEGUELLO, R. (1989) PT: a formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MERCADANTE, A. Brasil: a construção retomada. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

MERKEL, W. & PETRING, A. (2007) Social democracy in power: Explaining the capacity to reform. *Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft*. 1. 125-145.

MICHELS, R. 1982. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: UNB.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. (2011) Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507-527.

MOSCHONAS, G. (2002) *In the Name of Social Democracy: The Great Transformation: 1945 to the Present*. Londres: Verso.

MOTTA, L. E. (2014) A respeito da questão da democracia no marxismo (a polêmica entre Althusser e Poulantzas). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº13. Brasília. pp. 19-51.

NAVARRO, V. (1999). *Is There a Third Way? A Response to Giddens's The Third Way*. *International Journal of Health Services*, 29(4), 667–677

PANEBIANCO, A. (2005) Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (1979). “Carta de princípios do Partido dos Trabalhadores”. Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principioSDo-partido-dos-trabalhadores/>

PARTIDO DOS TRABALHADORES (1990). “O socialismo petista”. Documento aprovado no 7º encontro nacional do PT. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-osocialismopetista.pdf>

PARTIDO DOS TRABALHADORES (2007). “Socialismo: o socialismo petista” in_____ Resoluções do 3º congresso nacional do PT. p.8-25. Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Resolucoesdo3oCongressoPT.pdf>

Pelz, W. (2016). *A People's History of Modern Europe*. Londres: Pluto Press.

PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy & RAILE, Eric. (2009). “Presidencialismo de coalizão e recompensas paralelas: explicando o escândalo do mensalão”. In: INÁCIO, Magna & RENNÓ, Lucio (orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: UFMG.

PEREIRA, T. I.; CARVALHO, C. H. A. de. (2014). Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (58), 209-244

PEREIRA, Celina. Medindo a governabilidade no Brasil: o presidencialismo de coalizão nos governos FHC, Lula e Dilma. 2017. 87 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Pereira, Matheus Mazzilli. (2018). OPORTUNIDADES POLÍTICAS EM UM PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (105), 217-252

PETRAS, J. (2000) 'The Third Way: Myth and Reality', *Monthly Review*, Vol. 51(10), pp. 19–35.

PIERSON, P. (1996) The New Politics of the Welfare State. *World Politics*, v. 48, n. 2, p. 143-79.

PIERSON, C. (2005). Social Democracy in the 21st Century: Nature and Prospects. Paper for the Workshop Governance of Welfare for the 21st Century: New Social Risks and Renewal of Social Democracy.

PINHEIRO, A. C. GIAMBIAGI, F. *Rompendo o Marasmo; a retomada do desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2006.

PRZEWORSKI, A. (1989) *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

REIS, G. S. (2012) Redefinindo a base teórica para o estudo dos partidos social-democratas. *Civitas*, v. 12, p. 321-339.

REIS, G.S. (2013) *Ainda a social-democracia? Rediscutindo e aplicando o conceito a partidos competitivos da América do Sul e da Europa*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, P. F. (2010) *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCar.

SADER, E. (Org.). (2005) *Gramsci: poder, política e partido*. São Paulo: Expressão Popular.

SAMUELS, D. (2004) From Socialism to Social Democracy? Party Organization and the Evolution of the Brazilian Workers' Party. *Comparative Political Studies*, Vol. 37 No. 9. p.999-1024.

SAMUELS, D. (2008). "Brazilian Democracy under Lula and the PT." Forthcoming in: SHIFTER, M., and DOMINGUEZ, J. (eds.). *Constructing Democratic Governance in Latin America* (3rd edition). Baltimore: Johns Hopkins University Press.

SANTANA, M. A. (2008) Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, 7(13), 279–309.

SANTOS, B. de S. (1998). "Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy". *Politics and Society*, vol.4.

SARTORI, G. Partidos e Sistemas Partidários. Brasília: Zahar/UNB. 1982

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (2007). Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, nº 4, p. 507-524.

SILVA, Luís Inácio Lula da. (2003). Discurso de posse na tribuna do Congresso Nacional. Brasília.

SILVA, Luís Inácio Lula da. (2007). Discurso na cerimônia de lançamento do PAC. Brasília. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/22-01-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-de-aceleracao-do-crescimento/view>

SINGER, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos CEBRAP*, (85), 83-102.

SINGER, A. (2010). A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos Estudos*. - CEBRAP, São Paulo , n. 88, p. 89-111.

SINGER, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *novos estudos cebrap*, (102), 39-67.

SKOCPOL T, PIERSON P. (2002) Historical Institutionalism in Contemporary Political Science. In: KATZNELSON I, MILNER HV *Political Science: State of the Discipline*. New York: W.W. Norton ; pp. 693-721.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. (2012) A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Econ. soc.*, Campinas , v. 21, n. spe, p. 909-941.

VIEIRA, S. M. (2016) O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA TRAJETÓRIA E IDEOLOGIA. 1. ed. Curitiba: CRV.

WAMPLER, B. (2008). A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?. *Opinião Pública*, 14(1), 65-95.